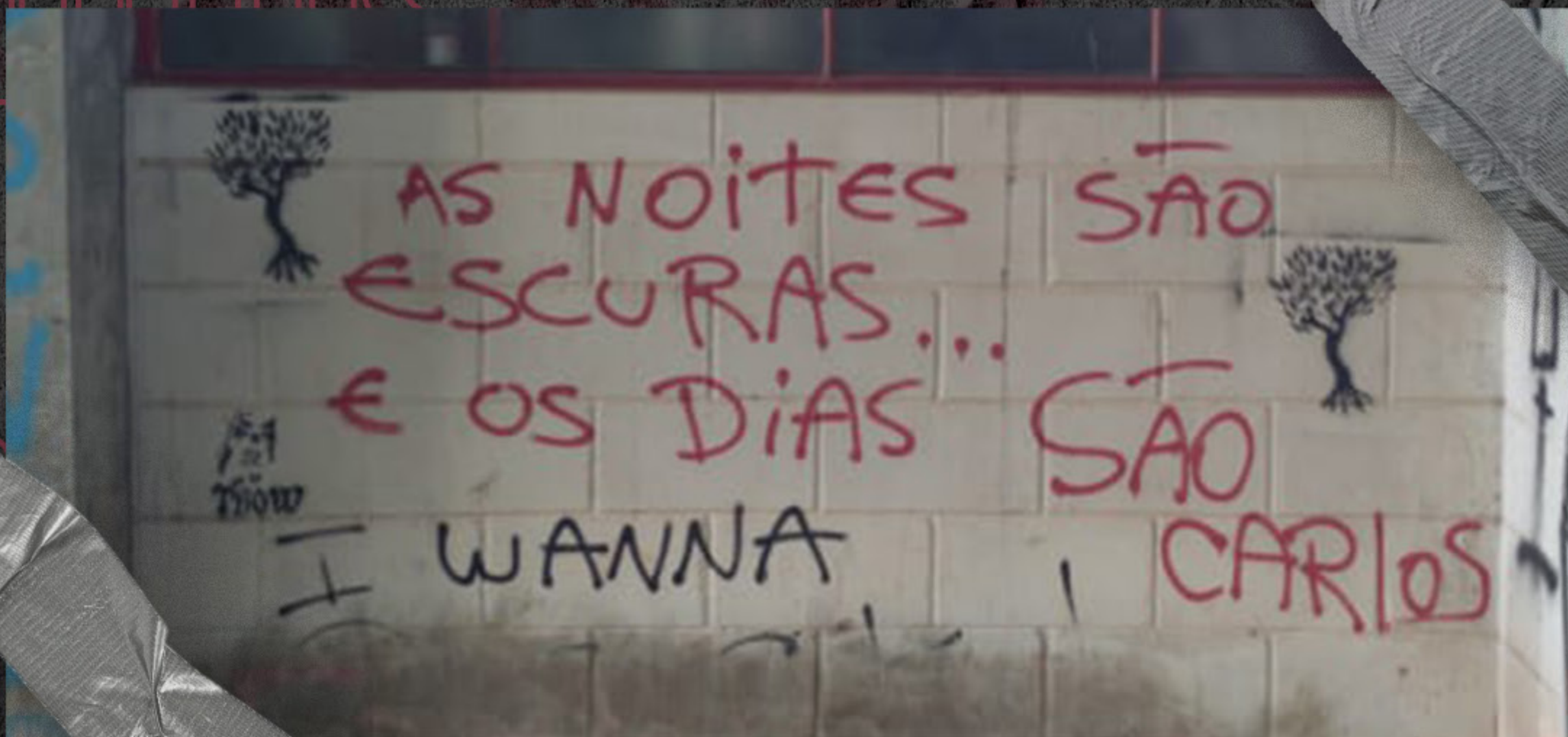


Marie-Anne Paveau

# Linguística *folk*: uma introdução



Letraria 

Roberto Leiser Baronas  
Tamires Cristina Bonani Conti  
Julia Lourenço Costa  
**Organização**

# Linguística *folk*: uma introdução

Marie-Anne Paveau

Roberto Leiser Baronas  
Tamires Cristina Bonani Conti  
Julia Lourenço Costa  
(Organização)

# Linguística *folk*: uma introdução

Araraquara  
Letraria  
2020

# Linguística *folk*: uma introdução

## Projeto editorial

Letraria

## Revisão

Letraria

## Projeto gráfico e diagramação

Letraria

## Capa

Letraria, a partir de imagem cedida por Lauro Damasceno (UFSCar) e Michelle Thamiris Ramos Simões (UFSCar)

## Edição da imagem da capa

Emely Larissa dos Santos (UEPG)

## Tradutores/as

Érika de Moraes (UNESP)

Fernando Curtti Gibin (UFSCar)

Julia Lourenço Costa (UFSCar/FAPESP)

Marco Antonio Almeida Ruiz (USP)

Maria de Fátima Sopas Rocha (UFMA)

Mariana Luz Pessoa de Barros (UFSCar)

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)

Paula Camila Mesti (UNESPAR/ANPOLL)

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Samuel Ponsoni (UEMG)

Tamires Cristina Bonani Conti (UFSCar/FAPESP)

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguística *folk*: uma introdução**. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.

CDD: 410 Linguística

ISBN: 978-65-86562-30-9

## Vícios na fala

Para dizerem milho dizem mio  
Para melhor dizem mió  
Para pior pió  
Para telha dizem teia  
Para telhado dizem teiado  
E vão fazendo telhados

(Oswald de Andrade. Poesias reunidas. *In*: Obras completas.  
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 47).

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Parte I – Definições e conceitos</b>	<b>12</b>
A linguística “fora do templo”	13
Não-linguistas fazem linguística?	27
As normas perceptivas da linguística popular	44
O falar das classes dominantes: linguística popular e dialetologia perceptiva	55
<b>Parte II – Aplicações e perspectivas</b>	<b>73</b>
Linguística popular e ensino de língua: categorias em comum?	74
A língua sem classes da gramática escolar	85
Imagens da língua nos discursos escolares	96
As vozes do senso comum nos discursos sobre a escola	103
A linguística fora de si mesma: em direção a uma pós-linguística	128
<b>Sobre a autora, o/as organizador/as e os/as tradutores/as</b>	<b>133</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>139</b>

# Apresentação

É com muita alegria que entregamos a todas, *todes* e todos interessados em questões de linguagem um conjunto de textos sobre linguística *folk* ou linguística popular, da discursivista francesa Marie-Anne Paveau, especialmente reunidos para uma edição brasileira.

Falar de linguística *folk*, especialmente no que concerne ao contexto brasileiro, é dissertar sobre um aparente paradoxo. Com efeito, se olharmos para as áreas que os grandes eventos da linguística brasileira consideram como fazendo parte do escopo das ciências da linguagem<sup>1</sup>, ou mesmo o que as agências de fomento consideram como áreas dignas de se obter financiamento para a pesquisa, a linguística *folk* não aparece como um desses campos. Entretanto, para ficar somente no que circula na mídia, uma espiada mais detida em um *site* de notícias qualquer levantará quase diariamente um conjunto de textos ou mesmo comentários de internautas sobre questões de linguagem, na maioria esmagadora das vezes, produzidos por não-especialistas em linguística. Não se trata somente de discussões de natureza prescritiva, mas que abarcam também outros tipos de práticas, tais como, as descritivas, intervencionistas e militantes. É justamente nesse sentido que afirmamos tratar-se de um aparente paradoxo, pois embora a linguística *folk* não esteja institucionalizada em termos de domínio ou subdomínio das ciências da linguagem nos grandes eventos da linguística brasileira, ou nas agências de fomento, ela está muito viva e dinâmica em outros contextos, sobretudo na boca dos/as falantes e nos teclados dos/das internautas.

Este livro da pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau (inédito tanto no contexto francês quanto no brasileiro) completa uma espécie de trilogia epistemológica e teórico-metodológica iniciada pela autora com a publicação de *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*<sup>2</sup>, passando também pela publicação de *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*<sup>3</sup>. Trata-se de abordagens distintas sobre a linguagem, mas que no seu conjunto, além de conectadas, são imprescindíveis para a sustentação epistemológica e teórico-metodológica de um grande programa de pesquisa da autora acerca do digital, ou dos tecnodiscursos, materializado no livro *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*<sup>4</sup>. Os trinta e um verbetes que compõem esse potente e ousado programa de pesquisa de Paveau têm como pano de fundo epistemológico e teórico-metodológico a questão dos pré-discursos, o problema da relação entre linguagem e moral, no que concerne às virtudes discursivas, ou ainda as proposições formuladas no âmbito da linguística *folk*. São essas três bases que sustentam toda a pavimentação perquirida no âmbito de uma Análise do Discurso Digital, proposta por Marie-Anne Paveau.

---

1 Referimo-nos basicamente à Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), ao Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) e à Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL).

2 A edição francesa **Les prédiscours: sens, mémoire, cognition** foi publicada em 2006 pela Presses Sorbonne nouvelle e a edição brasileira pela Editora Pontes em 2013.

3 A edição francesa **Langage et morale: une éthique des vertus discursives** foi publicada em 2013 pela Éditions Lambert-Lucas e a brasileira pela Editora UNICAMP em 2015.

4 A edição francesa **L'Analyse du discours numérique: dictionnaire des formes e des pratiques** foi publicada em 2017 pela Éditions Hermann e a brasileira, organizada por dois de nós, será publicada pela Editora Pontes no início de 2021.

Os nove capítulos que compõem este livro embora já tenham sido publicados individualmente em forma de artigo em diversos periódicos franceses<sup>5</sup>, num período que compreende uma vintena de anos, nunca foram reunidos em um único suporte. Coube a nós como organizador/as o trabalho de reunir e, ao lado de diversos/as discursivistas brasileiros/as, traduzir e dispor os textos de maneira que a linguística *folk* obtivesse estatuto próprio para o ingresso no campo dos estudos da linguagem, sendo não apenas apresentada no contexto de língua portuguesa, como uma das possibilidades pertinentes e relevantes de se refletir sobre a linguagem com base nos metadiscursos dos/as locutores/as, questão praticamente inexistente no que concerne às ciências da linguagem, mas também como uma possibilidade concreta de discussão da validade epistemológica e, especialmente, social desses saberes, bem como a sua aplicação prática. Aplicação essa tanto no âmbito dos mais diferentes domínios e subdomínios das ciências da linguagem enquanto possibilidade de integração, quanto no que concerne ao ensino de línguas.

O recorte efetuado para a organização deste livro se deu a partir de dois grandes eixos, que produzem coesão epistemológica e teórico-metodológica aos capítulos aqui publicados: o da definição e conceitos da linguística *folk* e o da aplicação e das perspectivas desse campo de estudos. Esses dois eixos, além de organizarem de alguma forma a leitura, deixam menos opaco o projeto do livro: introduzir a problemática da linguística *folk* no contexto da língua portuguesa. Cumpre destacar que, embora esteja totalmente fora de nossos propósitos qualquer tipo de cenografia que busque privilegiar o controle do leitor e dos sentidos, acreditamos ser pertinente apresentar – mesmo que rapidamente – cada um dos capítulos que compõem esta coletânea.

No capítulo inicial deste livro, panoramicamente a autora apresenta o campo de estudos da linguística *folk* enfatizando num primeiro momento que a irrupção desse campo está relacionada com um movimento maior, que envolve praticamente todos os campos do conhecimento, qual seja, o da presença de fenômenos já relativamente conhecidos: o aumento do nível de conhecimento dos indivíduos, sobretudo em razão do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, o aumento da disponibilização dos saberes nas publicações tradicionais ou eletrônicas, a expressiva difusão da informação em múltiplos suportes, especialmente os gratuitos. Todos esses fenômenos (que concernem, especialmente, aos países desenvolvidos) contribuem significativamente para o aumento dos saberes dos indivíduos e para um apagamento das diferenças entre profissionais do saber (os universitários, por exemplo) e os detentores profanos de saberes ou de saberes profanos. Na sequência, Paveau apresenta as geografias em que a linguística *folk* está bem estabilizada e as suas múltiplas dimensões: epistemológica, teórica, representacional e prática.

No segundo capítulo, a discursivista trata da questão da linguística *folk* com base no trabalho dos não-linguistas. Ela examina primeiro a figura do linguista *folk* ou linguista popular, apresentando uma tipologia em regime escalar e não binária, desde o linguista amador escritor

---

5 Agradecemos vivamente os Editores das revistas francesas (**Pratiques**, **Langage et Société**, **Études de linguistique appliquée**, **Le Français aujourd'hui** e **Les carnets du Cediscor**) em que os textos aqui reunidos foram originalmente publicados, que gentilmente autorizaram a tradução e a publicação em língua portuguesa.



de livros didáticos ao humorista produtor de jogos de palavras em cena, passando pelos escritores, juristas e outros locutores afetados pelas questões languageiras. Na sequência, a autora discute a validade dos saberes *folk* no âmbito das ciências da linguagem com base em duas posições possíveis em filosofia das ciências (o eliminativismo de P. Churchland e o realismo doce de D. Dennet). Por fim, ela propõe uma terceira postura epistemológica, a qual designa “integracionista”: os conhecimentos populares são saberes pertinentes e devem com efeito ser integrados à linguística, que frequentemente desenvolve suas teorias somente baseada nas intuições dos linguistas profissionais.

No capítulo três, Paveau aborda a questão das normas perceptivas mobilizadas por falantes comuns em suas práticas linguísticas. Ela fala precisamente de práticas linguísticas e não de práticas languageiras, designando um campo bem identificado nos Estados Unidos, a linguística *folk*, e, em menor medida, na Alemanha (*Volklinguistik*), menos ainda no domínio francófono, no qual muitos designadores, com referentes um tanto vagos, coexistem para designar esse conjunto de discursos não eruditos, não especialistas sobre as formas e padrões da linguagem e do discurso: linguística popular, espontânea, profana, selvagem, não erudita. A interrogação da pesquisadora não diz respeito à dimensão prescritiva *versus* descritiva das normas assim produzidas, mas concerne ao valor das percepções na elaboração de um discurso linguístico popular e, portanto, à validade das teorias populares em relação às teorias acadêmicas, teorias científicas.

Marie-Anne Paveau se debruça no quarto capítulo sobre os pontos cegos ou impensados nos trabalhos de sociolinguística francesa: de um lado, nos planos prático e metodológico, o falar das classes dominantes como não-objeto de pesquisa e, de outro lado, nos planos epistemológico e teórico, a não-consideração dos resultados da linguística popular (linguística *folk*) e dos parâmetros perceptivos no estudo dos fenômenos languageiros. Ela propõe inicialmente um balanço sobre a noção de classe social na sociolinguística francesa e anglo-saxã e a descrição da notável assimetria que existe entre as classes comumente escolhidas pelas ciências sociais como terreno de investigação (trabalhadores, povo, excluídos e, em menor grau, as classes médias) e os pertencimentos reais ou imaginários dos indivíduos (em que se encontram igualmente as classes dominantes, as elites, as aristocracias e as burguesias herdadas ou reconstruídas). Na sequência, a autora examina, numa perspectiva integracionista, as formas e a validade dos resultados da linguística *folk*, prática analítica antiga, em especial sobre o falar das elites e dos bairros nobres. Ela mostra também, em particular, que os conceitos e métodos da dialetologia perceptual norte-americana, ainda pouco presentes nas pesquisas francesas, permitem tratar esse tipo de *corpus* e fazer proposições linguísticas sobre os falares de classe. Por fim, a discursivista propõe uma primeira descrição do falar das classes dominantes com base na linguística *folk*, enfatizando alguns de seus aspectos característicos: pronúncia “Marie-Chantal”, código lexical e rituais pragmáticos.

No quinto capítulo, partindo da afirmação de que o desenvolvimento da ciência cognitiva e depois da etnometodologia fez emergir a questão da ciência espontânea dos sujeitos, questão natural para um campo que lida com o desenvolvimento do conhecimento, das percepções e das representações dos indivíduos, a autora explora este problema no campo da língua

francesa, fazendo uma pergunta simples: as categorias espontâneas de alunos podem ser mobilizadas no ensino da língua ou devem, pelo contrário, ser desconstruídas para dar lugar a categorias aprendidas? Depois de definir o que se denomina “linguística popular” e sublinhar seu interesse pelo campo do ensino-aprendizagem da língua, ela busca responder a essa questão por meio de três exemplos de categorias: a palavra, a flexão verbal e o gênero do discurso.

No sexto capítulo, Marie-Anne Paveau, com base no princípio de que a representação unitária da língua tem uma função social importante, que não deve ser obliterada: por razões práticas e também didáticas, sociais e até ideológicas, ela assevera que é realmente o francês padrão que deve ser ensinado na escola. No entanto, para a autora isso não implica a falta de abordagem e o silenciamento sobre a variação social em particular; ela questiona, ainda, se na língua, como em outras situações, existem fenômenos de classe; se existe um francês popular e um francês das classes dominantes e se as redes sociais, os grupos e as comunidades que cruzam as classes de maneira complexa, sem apagá-las, também se definem por suas formas de falar, fortemente marcadas por determinismos sociais. É esta questão da variação social no sentido mais classista do termo que a discursivista aborda aqui, comparando as gramáticas escolares com base nos saberes linguísticos chamados “acadêmicos” e nos saberes da gramática espontânea, ou gramática popular (“*folk grammar*”, que advém da linguística popular “*folk linguistics*”), altamente desenvolvida nos Estados Unidos, que integra o parâmetro classista.

No sétimo capítulo, a pesquisadora reflete sobre o discurso escolar. Assim, ao falar sobre esse tipo de discurso, ela toca num problema metodológico importante: o que se entende por “discurso escolar”? Identificado restritivamente como discurso da escola, e, até mesmo, à custa de uma redução espacial, como discurso na escola, o discurso escolar não é impedido por si mesmo de se relacionar com aqueles que se encontram fora do espaço escolar ou da instituição escolar. Em outras palavras, o discurso na escola não é apenas os discursos da escola; seria preciso, portanto, poder compartilhar o que é dos pais e da família, o que depende de parâmetros sociais e culturais, o que se capta no discurso da mídia, o que emerge de uma crença popular, etc. E esses próprios discursos interpenetram-se e entrelaçam-se formando um universo discursivo que se organiza de maneira diferente, de acordo com os tempos, as crises e os acontecimentos. Falar de imagens de língua em discursos escolares não pode, assim, ser feito sem levar em conta a polifonia essencial e essa tarefa é muito importante para ser realizada no âmbito de um capítulo. Como em trabalhos anteriores, ela aborda a questão tanto fora, quanto dentro da escola, propondo aqui algumas respostas, porém sempre muito “monofônicas”, reduzindo os discursos escolares aos que são produzidos no âmbito da escola pelos alunos, pelos professores, pelos livros e pelos textos oficiais.

No oitavo capítulo, a partir de um *corpus* de ensaios do *mainstream* contemporâneo sobre a escola, Paveau propõe uma concepção de senso comum ponderada pelas dimensões semântica e perceptual, em uma abordagem em três níveis (pré-discursivo, metadiscursivo e discursivo) a partir da presença de marcas no discurso. O senso comum no discurso está de fato ancorado no espaço pré-discursivo do conhecimento prévio compartilhado em uma

comunidade discursiva, se manifesta no nível metadiscursivo por meio de comentários dos falantes explicando sua relação com o senso comum (marcas de negação ou captura de formas de senso comum destinada à validação de enunciados) e é construída no nível discursivo por meio de certo número de arranjos lexicais, enunciativos e frasais.

No último capítulo, numa espécie de conclusão deste livro, a autora defende que a renovação dos estudos sobre a linguística popular por meio da consideração dos pontos de vista dos locutores/as e de suas experiências de vida se inscreve num amplo movimento mundial de descentramento que exaspera atualmente as ciências humanas e sociais. O questionamento dos grandes dualismos fundadores, as indagações das abordagens pós-coloniais e as epistemologias militantes permitem abordagens pós-dualistas que podem ser mobilizadas em linguística. A integração dos metadiscursos das pessoas comuns no programa da linguística a conduz em direção a uma dimensão ecológica que a pesquisadora qualifica de pós-linguística.

Cumprir destacar uma vez mais que este livro de Marie-Anne Paveau sobre linguística *folk* não vem corroborar os discursos negacionistas de variadas ordens, que se inscrevem numa espécie de sociologia da ignorância tão em voga atualmente e profundamente deletéria para a ciência, em particular, e para a toda a sociedade, em geral, mas vem para

Considerar, no próprio trabalho linguístico, os metadiscursos das pessoas comuns, incorporando suas experiências de vida, seus pontos de vista, suas posições morais, suas situações políticas e tudo o que compõe sua vida, permitindo à linguística sair do logocentrismo que a priva da profundidade da vida dos sujeitos. A plena integração das condições de fala dos/as locutores/as nas práticas linguísticas, quer sejam elas dos/as produtores/as dos *corpora* ou de seus analistas, permite iniciar o programa de uma pós-linguística que respeita os ambientes das pessoas que falam e suas palavras. (PAVEAU, 2018).

Enfim, este livro vem corroborar a necessidade premente do debate acerca da instauração das novas partilhas do discurso acadêmico. Deixamos um agradecimento muito especial a autora, Marie-Anne Paveau, que prontamente acolheu a proposta desta coletânea e também um muito obrigado afetuosos a todos/as tradutores/as pelo seu esmerado trabalho. Ótima leitura a todas, *todes* e todos. As sugestões e críticas são sempre muito bem-vindas.

São Carlos, UFSCar, primavera de 2020.

O/as organizador/as

**Parte I**  
**Definições e conceitos**

# A LINGUÍSTICA “FORA DO TEMPLO”<sup>6</sup>

## 1. Sobre a relevância e a pertinência em se discutir linguística popular

Em 2008, a *European Review of Philosophy* publica uma edição totalmente dedicada a *Folk Epistemology* (HEINTZ; POUSCOULOUS; TARABORELLI, 2008). Neste número, diversas questões abordadas pelos autores, majoritariamente filósofos, recobrem exatamente as questões que pretendemos apresentar esquematicamente no capítulo inicial deste livro. Essas preocupações atestam que existe atualmente em diversos campos do conhecimento (filosofia; epistemologia; linguística; psicologia; neurociências; biologia e outros domínios) uma robusta interrogação sobre a natureza dos saberes, sobre os modos de constituição e de legitimação dos conhecimentos ditos científicos. Neste número, a *European Review of Philosophy* propõe ainda as seguintes questões:

- a) Qual é o domínio adequado de um sistema de epistemologia popular?
- b) As avaliações epistêmicas envolvem o pensamento consciente?
- c) As avaliações epistêmicas são específicas de humanos?
- d) Como a epistemologia popular contribui para o pensamento racional?
- e) Quais são as relações (se houver) entre a epistemologia normativa, a epistemologia do senso comum e a epistemologia popular?
- f) Como a epistemologia popular se relaciona com nossa compreensão ingênua da verdade?
- g) Quais aspectos da cultura poderiam ser explicados com base em uma epistemologia popular?
- h) Os sujeitos compartilham as mesmas intuições epistemológicas entre culturas? Ou as epistemologias variam entre culturas? (HEINTZ; POUSCOULOUS; TARABORELLI, 2008, p. 34).

Neste livro, de natureza introdutória, não temos espaço para explicar pormenorizadamente a emergência atual de todas essas questões. Contentar-nos-emos em trazer à lembrança fenômenos bem conhecidos: o aumento do nível de conhecimento dos indivíduos, sobretudo em razão do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, o aumento da disponibilização dos saberes nas publicações tradicionais ou eletrônicas, a expressiva difusão da informação em múltiplos suportes, especialmente os gratuitos. Todos esses fenômenos (que concernem, especialmente, aos países desenvolvidos) contribuem significativamente

---

<sup>6</sup> Texto originalmente publicado em: ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Présentation. La linguistique « hors du temple », *Pratiques*, p. 01-15, 2008. Tradução de Roberto Leiser Baronas (UFSCar), Tamires Cristina Bonani Conti (UFSCar/FAPESP) e revisão técnica de Julia Lourenço Costa (UFSCar/FAPESP). Outra versão deste texto foi publicada no Dossiê “Linguística popular/folk linguistics e linguística científica: em vez do versus propomos a integração”, na revista *Fórum Linguístico*, v. 16, número 4, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4257>. A expressão “fora do templo”, usada no título deste artigo, foi emprestada do projeto que Amélie Cure preparou para o número sobre Linguística Popular, publicado na revista *Pratiques*, no número anteriormente citado. Essa expressão faz eco à fórmula “fora do cânone”, que designa a arte bruta, a arte dos loucos, das crianças, dos inexperientes, dos não artistas, também chamada de “arte *outsider*” ou “*folk art*”.

para o aumento dos saberes dos indivíduos e para um certo apagamento das diferenças entre profissionais do saber (os universitários, por exemplo) e os detentores profanos de saberes ou de saberes profanos<sup>7</sup>. Outros elementos mais confidenciais, pois concernem à história das ciências, podem ser desenvolvidos: a reflexão sobre as relações entre saber e crença é tão antiga quanto o próprio pensamento, assim como o valor do conhecimento do senso comum, não suscetível de verificação lógica (COATES, 1996; DASCAL, 1999; MARKOVITTS, 1999; DENNETT, 1990 [1987]; FISETTE; POIRIER, 2002); a emergência de uma disciplina como a etnometodologia que trouxe, a partir da segunda metade do século XX, novos objetos epistemológicos para as ciências humanas, tal como o “saber dos participantes” ou novos métodos como a “compreensão”, em especial, a partir das narrativas de vida.

Enfim, as ciências cognitivas, contrariamente à sulforosa reputação positivista e naturalista, foram as primeiras a se perguntar como os conhecimentos de qualquer natureza são produzidos no cérebro de todas as pessoas e não somente nos mais científicos. Diante desse quadro, nos pareceu pertinente e mesmo relativamente urgente que a linguística, independentemente da história e da geografia que a abrigue, visto que ainda permanece um pouco distante desse questionamento epistemológico, se interrogue e se deixe interrogar pela dimensão *folk* dos saberes.

Tomando como referência um conjunto de artigos publicados inicialmente na revista *Pratiques* em 2008<sup>8</sup>, que tratam especificamente de questões atinentes à linguística popular, propomo-nos então a discutir neste capítulo, mesmo que de maneira não exaustiva, a questão da linguística popular no interior das ciências da linguagem. Para tanto, perseguiremos vários objetivos: a) desejamos dar conta da ausência no contexto francês de um campo identificado como “linguística popular” ou “linguística *folk*” em comparação com os domínios anglo-saxônico e alemão, nos quais a linguística popular faz parte de um dos subdomínios da linguística geral. Nesses países, a *folk linguistics* ou a *Volklinguistik* estão bem implantadas e são muito dinâmicas com publicações e manifestações científicas consistentes nestes últimos anos, que podem ser atestadas na bibliografia deste livro, por exemplo; b) desejamos igualmente explorar ou mesmo definir o que o campo da linguística pode sublinhar no domínio francófono, em comparação a domínios conexos e problemáticas afins como o purismo, a gramática normativa, o trabalho sobre as normas linguísticas, sobre a metalinguagem ou sobre a noção de epilinguística, por exemplo; c) pretendemos igualmente abrir uma reflexão sobre a validade dos saberes profanos, e por consequência, sobre os saberes “científicos”, questão que é muito específica em linguística na medida em que a reflexividade, a introspecção, a consciência linguística e a epilinguística são problemáticas que definem a disciplina. Qual é, portanto, a pertinência das intuições dos locutores profanos em comparação às elaborações científicas dos linguistas? Esses últimos não são também locutores profanos? Por fim, nos parece necessário e de maneira premente questionar as relações e as contribuições da linguística popular à linguística geral; à linguística aplicada e ao conhecimento e ao ensino-aprendizagem

7 Essa distinção não é binária, mas escalar: várias categorias de detentoras do saber podem ser vistas como *experts*: os estudantes, os colecionadores, os apaixonados por determinado assunto, os eruditos ou especialistas de todas as ordens. Para um aprofundamento dessa escala, ver Schmale (2008) e Paveau (2008).

8 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1168>

de língua materna, em particular em um período em que as orientações oficiais do ensino de língua na escola e no colégio, especialmente no contexto francês, promovem um tipo de gramática que reivindica uma espécie de “simplificação” e uma “autenticidade” que pode ser talvez muito próxima do que chamamos aqui de saberes profanos ou espontâneos<sup>9</sup>. É a razão pela qual desejamos uma reflexão sobre o lugar, a validade e a eficácia pedagógica das práticas reveladas mais ou menos conscientemente da linguística popular colocadas em cena tanto pelos alunos quanto por seus professores, no ensino da língua em todos os níveis.

## 2. O que é a linguística popular?

Debruçar-nos-emos aqui sobre os problemas de designação e de categorização dos objetos ou das questões relativas à linguística popular.

### 2.1. Os termos e as categorias *folk* e *popular*

O termo *linguística popular* é um dos objetos de uma série de denominações anglo-saxônicas baseadas em *folk*, nas quais esse termo é traduzido em francês por *popular*, *espontâneo*, *inexperiente*, *profano* ou *ordinário* (a lista de denominações permanece aberta como demonstram os poucos trabalhos na área). Falamos também de *linguística do senso comum* e encontramos igualmente a expressão *linguística dos locutores profanos*, em que L. Rosier assinala a presença massiva na internet: “Pode-se [...] constatar a presença do que nomeamos *linguística dos locutores profanos* na internet, notadamente nos fóruns de discussão [...]” (ROSIER, 2004, p. 70).

No domínio científico anglo-saxônico (sobretudo, norte-americano), encontramos estudos bastante numerosos sobre as *folk theories*: *folk psychology*; *folk epistemology*; *folk biology* (*folk taxonomy*); *folk linguistics* (*folk etymology* e *folk ou perceptual dialectology*) e recentemente *folk pragmatics*. No entanto, o termo *folk* não é unívoco e o domínio da *folk psychology*<sup>10</sup> se subdivide, por exemplo, em dois subdomínios: de um lado a psicologia do senso comum (*commonsense psychology*), que descreve e explica o comportamento humano em termos de crenças, desejos, intenções, expectativas, esperanças, etc. e, de outro, uma versão filosófica dessa psicologia do senso comum, que propõe uma interpretação dessas explicações ordinárias por meio de generalizações teóricas, mobilizando os conceitos de crença, desejo, etc. Essa corrente é representada, por exemplo, pelos trabalhos de P. Churchland, D. Dennett e W. Sellars.

As lexias construídas a partir de *folk* estão bem estabilizadas no campo anglo-saxônico. Em nosso trabalho, tentamos ao máximo conservar a sua tradução da maneira mais literal possível. No entanto, o termo *popular* em francês - e também em português - é polissêmico. Falamos aqui de *linguística popular*<sup>11</sup>. Todavia, como definir esse termo? Propomos por enquanto

9 Ver em particular os seguintes textos: Boletim oficial, número 0, 20 fevereiro de 2008, **Os novos programas da escola primária**, Projeto submetido à consulta pública; Éduscol dgesco, abril de 2008, Colégio, **Projeto de programa**, francês: Relatório de missão sobre ensino da gramática, 2006, elaborado por A. Bentolila, E. Orsenna e D. Desmarchelier.

10 Para ver a difusão desses trabalhos norte-americanos no contexto francófono, ver, por exemplo, Fiset e Poirier (2002).

11 As reservas em torno desse termo são ambíguas e enganosas (ele designaria de maneira pejorativa a linguística do povo) fazendo com que alguns autores adotassem a lexia afrancesada *folk linguistique*. NT. No Brasil, salvo melhor juízo, embora o sentido de popular possa ser pejorativo, sobretudo enunciado por locutores que pertencem às classes mais abastadas da população, porém, como a linguística popular ainda está em gestação, tais sentidos ainda não estão apensos à expressão: linguística popular.

chamar *popular* o saber espontâneo dos atores sociais sobre o mundo (depositado entre outros espaços nos provérbios e nos ditos populares, por exemplo), que se diferencia do saber acadêmico ou científico, da mesma maneira que o saber prático se distingue do saber teórico. O saber espontâneo é constituído de saberes empíricos, não suscetíveis de verificação lógica (o saber espontâneo não é verdadeiro nem falso, visto que é um *saber aproximativo*, como explica F. Markovits) e também de crenças que constituem guias para a ação dos atores sociais: as lendas urbanas ou as influências da lua sobre as plantações ou ainda se o céu está mais ou menos nublado como possibilidade de chuva são crenças reveladas do saber espontâneo. As conotações pejorativas geralmente apenas ao termo *popular* (contrariamente a outros usos eufóricos do termo como *educação* ou *universidade* ou *artes e tradições popular(es)*, por exemplo) fazem parte do escopo dos estudos da linguística popular e podem se tornar um importante objeto de estudo para esse domínio.

## 2.2. Geografia da linguística popular

### 2.2.1. Folk linguistics

O domínio anglo-saxônico da *folk linguistics* foi aberto nos anos 1960 do século passado pelos trabalhos inaugurais de Hoenigswald (1960, 1996), que reivindicou firmemente que se leve em conta os saberes espontâneos na constituição de toda a ciência. Todavia, essa importante demanda não encontrou muito eco à época. Foi preciso esperar os anos 2000 para que a obra seminal de N. Niedzielski e D. Preston retomasse a questão sobre o conteúdo e a representatividade da linguística popular norte-americana atualmente. Em seu trabalho, N. Niedzielski e D. Preston (2000, p. 8) precisam o sentido de *folk* em *folk linguistics*:

[A palavra *folk*] refere-se àqueles que não são profissionais qualificados na referida área [...]. Definitivamente não usamos *folk* para nos referirmos a rústicos, ignorantes, atrasados, primitivos, minoritários, isolados, marginalizados ou grupos e indivíduos de *status* supostamente inferiores.

Em seguida, os autores enfatizam a importância de se levar em conta os saberes populares para a constituição dos *corpora* de saberes científicos: “Seja para o propósito puramente científico de registrá-lo ou para os propósitos sociais de nos ajudar a entender melhor nossas atitudes mútuas, sugerimos que o estudo [...] dos traços linguisticamente orientados é uma tarefa importante.” (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2000, p. 123).

Os nomes e as expressões abaixo, que intitulam os capítulos do livro de N. Niedzielski e D. Preston desenham claramente o mapa da *folk linguistics* norte-americana:

- a) Regionalismo;
- b) Fatores sociais;
- c) Aquisição da linguagem e linguística aplicada;
- d) Linguística geral e linguística descritiva.



O exposto permite destacar, alinhados a J. R. Dow (autor de uma resenha do livro de N. Niedzielski e D. Preston, publicada no *Journal of American Folklore*, em 2001), que a obra apresenta elementos de análise e de reflexão nos seguintes domínios da linguística norte-americana:

*A ethnography of language, a social psychology of language* (ou estudo das atitudes linguísticas muitas vezes traduzidos por *psicologia social da linguagem*), *general, descriptive linguistics* (*linguística geral e descritiva*), *language variation and change* (linguística variacionista), e *applied linguistics* (linguística aplicada).

Esses dados nos mostram que a *folk linguistics* no domínio anglo-saxônico, especialmente no norte americano, constitui um importante campo para as ciências da linguagem<sup>12</sup>.

### 2.2.2. *Volkslinguistik, Laienlinguistik*

No contexto germânico, a *Volkslinguistik*, às vezes chamada de *Laienlinguistik*, embora os termos não cubram as mesmas práticas linguísticas<sup>13</sup>, se apresenta como no domínio anglo-saxônico, isto é, como um campo de estudos já consolidado, com muitas produções científicas, eventos, etc. O pesquisador G. Antos tem contribuído largamente para difundir essa abordagem que se situa no domínio da formação, transitando entre a psicologia e a gestão. A *Laienlinguistik* é a linguística dos manuais de conversação ou de expressão oral, destinados a melhorar a competência linguística dos locutores na sua vida social e profissional. Os trabalhos do que se denomina enquanto *Volkslinguistik* se concentram, todavia, sobre a dialetologia e adotam uma perspectiva que se poderia denominar geolinguística, se debruçando, por exemplo, sobre a imagem da “*bad language*”/“língua ruim”, associada às variantes regionais<sup>14</sup>. Também é esse uso geolinguístico da noção de linguística espontânea, popular que P. Sériot mobiliza na Suíça no título de seu artigo de 1996 sobre a linguística espontânea dos marcadores de fronteiras<sup>15</sup> e no trabalho coletivo publicado na revista *Pratiques*, número 139/140.

### 2.2.3. *Linguística popular*

No domínio francês e francófono, os estudos que se inscrevem na linguística popular são raros, como sublinha J.-C. Beacco, que alhures escolheu evitar o termo *popular* no título do número 154 da revista *Langages*<sup>16</sup>, por ele dirigida acerca desse tema, preferindo falar

12 N.T. No caso do Brasil, ao se tomar como parâmetro as áreas que compõem o campo de estudos da linguística a partir, por exemplo, do CNPq ou de um evento já consolidado como o de uma associação como o GEL ou mesmo os Grupos de Trabalho da ANPOLL, a linguística popular sequer figura como um domínio ou mesmo subdomínio de estudos da linguagem.

13 Para um aprofundamento desta questão veja o artigo de Schmale e Stegu, publicado em dezembro de 2008, na revista **Pratiques: linguistique, littérature e didactique**, número 139/140. O artigo pode ser acessado em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1168>. Veja também o artigo de Antos (1996).

14 Para um aprofundamento desta discussão veja, por exemplo, Langer (2001), os trabalhos de W. Davies e o projeto de pesquisa **The history and current status of ‘bad language’ as a concept in German folk linguistics**, que pode ser acessado no site: <http://eis.bris.ac.uk/~gexnl/research/ahrb.html>

15 NT: A referência completa do artigo mencionado é SERIOT, P.: La linguistique spontanée des traceurs de frontières *In*: SERIOT, P (éd.). *Langue et nation en Europe centrale et orientale, du 18ème siècle à nos jours*, **Cahiers de l’ILSL** (Univ. de Lausanne), n. 8, p. 277-304, 1996.

16 NT: A íntegra desse número intitulado **Représentations métalinguistiques ordinaires et discours**, sob a direção de Jean-Claude Beacco, pode ser acessada em [https://www.persee.fr/issue/lgge\\_0458-726x\\_2004\\_num\\_38\\_154](https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_2004_num_38_154).

sobre *representações metalinguísticas ordinárias*. É, sobretudo, a expressão *etimologia popular* que é difundida na França. Dentre as razões para a escolha dessa terminologia está o fato de se tratar de um fenômeno linguístico passível de descrição e suscetível de fornecer um objeto discreto para a linguística geral. O texto de autoria de H. E. Brekle, presente no tomo 1, do livro *História das ideias linguísticas*, organizado por Sylvain Auroux, bem como o trabalho de J.-C. Beacco, citado anteriormente, fazem menções explícitas ao domínio da linguística popular. Também Pierre Bourdieu, desde o início dos anos 1980, mas de maneira mais explícita em seu trabalho de 2001, reclama a existência de uma “ciência rigorosa da sociolinguística espontânea” (BOURDIEU, 2001, p. 137). De maneira um pouco mais recente e programática, vale mencionar os nossos trabalhos (Marie-Anne Paveau) sobre a necessidade de se levar em conta a linguística popular no ensino da língua francesa na escola (2005); os que tratam da construção de objetos sociais nas abordagens sociolinguísticas (2007 e 2008) e os que buscam renovar as teorias do discurso (2006). Alguns desses trabalhos são objetos dos próximos capítulos deste livro. Há ainda o trabalho de L. Rosier sobre a questão do purismo nos trabalhos acerca das normas da língua francesa e a circulação dos discursos (2003, 2004 e 2006).

O que expusemos anteriormente não significa que as questões aqui rapidamente apresentadas não sejam tratadas na literatura. Todavia, esse tipo de tratamento é feito sob outras etiquetas terminológicas ou com base em outras orientações teóricas e temáticas.

Em primeiro lugar, é sob a designação *ordinário* que o discurso espontâneo sobre a língua é às vezes estudado<sup>17</sup> sem que haja, contudo, uma discussão sobre essa questão no contexto francês, cujo objetivo seria o da constituição de um domínio científico que buscasse uma sistematização quer seja da “*linguística ordinária*” ou do “*ordinário*” propriamente dito. O termo *ordinário* é amplamente mobilizado em lexias como *francês ordinário*, *trocas linguísticas ordinárias* ou *discursos ordinários*. Essa problemática do termo *ordinário* se confunde frequentemente com a problemática do cotidiano à maneira que os *etnometodólogos* tratam dessa questão. Em segundo lugar, dois subdomínios ou orientações teóricas e temáticas são intensamente atravessadas pelas questões da linguística popular:

- a) De uma parte, o vasto domínio dos estudos sobre o “meta”, que trata da linguística do sistema (REY-DEBOVE, 1978, que faz uma distinção da “metalinguagem corrente” e “científica” tanto da teoria da enunciação e da reformulação (AUTHIER-REVUZ, 1995 e as aspas meta-enunciativas, quanto de Julia (2001) que fala de uma “semântica espontânea”) ou da didática da língua (por exemplo, J.-C. BEACCO, R. BOUCHARD, J. DAVID e S. TRÉVISE)<sup>18</sup>;
- b) De outra parte, um conjunto também vasto de trabalhos que em sociolinguística (J.-C. BEACCO define a linguística popular como um desdobramento da sociolinguística) se ocupam das normas e das representações (BERRENDONNER, 1982, GADET (2007 [2003]),

<sup>17</sup> Para constatar essa afirmação, veja o sumário do número organizado por Jean-Claude Beacco na revista *Langages* em 2004, intitulado *Représentations métalinguistiques ordinaires et discours*.

<sup>18</sup> Para uma síntese destes trabalhos, ver Bouchard e Meyer (1995).

HOUDEBINE (2002), LAFONTAINE (1986), E. A. BOYER, N. GUERNIER, J.-M. KLINGEBERG e outros), frequentemente recobertas pela etiqueta das “atitudes linguísticas”, no quadro de uma psicologia social da linguagem.

## 2.3 Práticas de linguísticas profanas

Como acabamos de mostrar, de certa maneira, a linguística popular não existe na França como um campo constituído. Neste caso, pode parecer paradoxal querer definir seus objetos e os materiais de observação. O paradoxo se configura se nos propomos a considerar a linguística popular como uma estrutura para unificar os objetos e abordagens mencionadas até agora, centrada em torno do conceito de *prática*.

Para tanto, perquirimos a seguinte proposição: o campo de investigação da linguística popular incluiria o conjunto dos enunciados que podemos qualificar como *práticas linguísticas profanas* (isto é, que não vêm de representantes da linguística como uma disciplina estabelecida, os “não-linguistas”, assim chamados por N. Niedzielski e D. Preston), designando, avaliando ou referindo-se aos fenômenos da linguagem para produzi-los (os dois primeiros itens são retirados de Brekle, 1989 e o terceiro proposto por nós/Marie-Anne Paveau):

- i. Descrições ou (pré)teorizações linguísticas, por exemplo, *aquelas* que se relacionam com a designação (*chamar um gato de gato* ou *as coisas por seu nome*) ou sobre a hierarquia entre escrito e oral (*palavras verbais, falar como um livro, colocar os pingos nos is, dizer ao pé da letra*) ou ainda sobre a conformidade com as regras da língua (*agente vai e você está afim “não são português”*<sup>19</sup>). Um exemplo de um trecho da linguística social popular, derivado do *corpus* das obras típicas do “espírito francês”, que propõe uma pequena teoria profana do patronímico em um contexto intercultural (Turid, a jovem companheira norueguesa do narrador, faz o experimento sobre os usos do nome próprio na administração francesa):

Mas o segredo do nome também se estende aos serviços públicos. Enquanto em muitos países sabemos imediatamente com quem estamos lidando – nos escritórios com um crachá com o nome do funcionário; no telefone porque o funcionário foi nomeado – na França, se Turid quer saber quem ela deveria chamar na prefeitura, nas contribuições, no Serviço Social:

- Senha 634!

Se ela insiste em ter uma interlocutora que parecesse gentil com ela:

- Pergunte, Madame Yvette!

O nome da família continua sendo um segredo quase inviolável. É o mesmo no bistrô onde o chefe recebe constantemente mensagens codificadas:

- Eu te deixo pelo Senhor Léon. Você vai dizer a ele que é do Sr. Raymond... (P. DANINOS, 1977, *Made in France*, Paris, Julliard, p. 23).

---

19 N.T. Aqui a autora usa dois exemplos de “erros gramaticiais” em francês, que adaptamos para o português com o uso de *agente* no lugar de *a gente* e *afim* no lugar de *a fim*.

- ii. Prescrições comportamentais, que na maioria das vezes vêm de um normativismo mais ou menos exacerbado: sabemos que “amantes da boa linguagem” ou “comerciantes de regras”, nas palavras de G. Philippe (2002), condenam facilmente os neologismos (inúteis), os empréstimos (ameaçadores), os advérbios terminados em *-mente* (pesados), as palavras técnicas (jargões), feminilizações (ridículas) etc. (PAVEAU, ROSIER, 2008). As práticas profanas, então, são abarcadas pelo purismo, como definido por L. Rosier (2004, p. 69):

*É caracterizada por uma forte axiologização performativa (o que é dito, o que não é dito) que une o bom uso e pretende respeitar uma estrita economia das trocas linguísticas, em que se avalia aquele que fala de acordo com seu domínio da língua, sob o ângulo de riqueza lexical e correção gramatical.*

- iii. Intervenções espontâneas sobre a língua, chamadas de “falhas” pelos gramáticos e puristas, mas que constituem uma prática real de linguagem profana implícita se considerarmos que a falta constitui um discurso sobre a linguagem. A coisa é entendida pelas etimologias populares (*cata-vento* < *catar* + *vento*) e as meta-análises ou “interrupções” (*ônibus* → *autocarro*, *panorama* → *diaporama*), menos quando dizem respeito aos erros. Mas sabemos, porém, e desde há muito tempo (a intransponível *Gramática das falhas* de Frei data de 1928) que a maioria das falhas dos falantes, grandes ou pequenas, é explicada pelo princípio da economia da linguagem: a linguagem é assim regularizada (o famoso *\*você faz*), simplificado (o caso bem conhecido, odiado pelos puristas, *emoção* → *emocionado* ou o menos conhecido *\*ele cobriu*, lido no *Télérama*, semanário culto, em julho de 2006), harmonizado (*\*Centro de estudos espaciais*, também no *Télérama* em setembro de 2006). As falhas do francês existem, como D. Leeman pergunta (1994)? Tudo depende por quem, para quem e por que fazer. Mas as intervenções também dizem respeito a campos mais políticos, que dizem respeito às realidades de territórios e populações, como mostra claramente o artigo de P. Sériot, E. Bulgakova, A. Herzen, como já mencionamos presente no número 139/140 da revista *Pratiques*. Nomes de pessoas, nomes de línguas, nomes de países e rios: trata-se aqui de uma linguística popular com alto grau de performatividade, uma vez que as intervenções linguísticas também são prescrições de identidade.
- iv. Há ainda as práticas militantes, especialmente aquelas que se debruçam a questionar certos usos linguísticos por conta de seu caráter racista, homofóbico, machista, enfim preconceituoso.

Recapitulando, com base no nosso entendimento, diremos que a linguística popular reúne quatro tipos de práticas linguísticas: descritiva (descrevemos a atividade da linguagem), normativa (prescrevemos comportamentos da linguagem), intervencionista (intervimos nos usos da linguagem) e militante (questionamos certos usos da linguagem por entendermos não serem virtuosos: preconceituosos, machistas, entre outros). Examinemos, agora, de acordo com os nossos objetivos, quais questões a linguística popular deveria desenhar para a linguística e a didática da língua.

### 3. As múltiplas dimensões da linguística popular

Uma das razões pelas quais a linguística popular deveria ser um domínio da linguística é que ela diz respeito não apenas à teoria linguística em sua constituição, sua validade e sua legitimidade (o que lhe confere uma dimensão epistemológica e meta-teórica), mas também às práticas languageiras em suas dimensões sociais, culturais e cognitivas (o que é caro à sociolinguística, à psicologia social e à semântica cognitiva), bem como aos procedimentos de ensino-aprendizagem de línguas (levando ao ensino de línguas e à psicolinguística).

#### 3.1 Epistemologia

A linguística popular propõe, entre outras questões, um problema de *fronteiras disciplinares* e de concepção de ciência. Sobre esse ponto, as questões se misturam: quais são as relações entre sociolinguística e linguística popular (integração, afinidade, cruzamento)? E, acima de tudo, entre a linguística popular e a chamada linguística acadêmica ou científica: devemos permanecer em uma oposição binária (uma *versus* a outra?) em que os não-linguistas não têm nada a dizer sobre língua e os linguistas são os únicos autorizados a fazê-lo ou, de maneira mais razoável, podemos colocar as coisas em termos de um *continuum*, um gradiente de cientificidade ou espontaneidade? As fronteiras são claras entre o purismo e a linguística popular (o purismo, finalmente, é tão profano quanto isso)? E que jogo de estilos musicais se desenrola entre a gramática tradicional, a linguística popular e a linguística científica, a gramática tradicional apresentando, por meio da norma, características em comum com a própria linguística popular conectada com linguística aprendida? Como definir o “popular” ou “profano” senão de maneira relativa a um padrão de comparação, qual seria a cientificidade, ela mesma suscetível de variações de acordo com os objetos, os métodos e os objetivos considerados?

É primeiramente D. R. Preston, um dos iniciadores do campo e autor com N. Niedzielski da primeira síntese sobre a linguística popular (2003 [2000]), que responde a essas questões demonstrando o interesse científico de comentários linguísticos de não-linguistas. No artigo “*Qu’est-ce que la linguistique populaire? Une question d’importance*”<sup>20</sup>, ele explica por que e como levar em conta a linguística *folk* e mostra, de passagem, algumas ideias recebidas sobre a questão, como a suposta pobreza dos conhecimentos populares, por exemplo.

No número mencionado da revista *Pratiques*, vários autores lidam com essa dimensão epistemológica. Por exemplo, nesse número há uma entrevista concedida pelo historiador Éric Mension-Rigau<sup>21</sup> na qual ele explica, de maneira muito prática, como trata os dados linguísticos, com um método “combinado” de suas habilidades como leitor de literatura (ele é um historiador de formação, que se interessa pelas Letras), o que ele chama de sua intuição e de suas faculdades de observação e interpretação. Para ele, é um verdadeiro método histórico e, como D. Dennett, o autor poderia dizer que “funciona” porque na verdade produz resultados convincentes e reconhecidos.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1176>

<sup>21</sup> Referimo-nos ao texto “Entretien avec un folk linguiste: l'historien Éric Mension-Rigau”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1174>

Por sua vez, G. Achard-Bayle, que especularmente escolheu uma forma “popular” para lidar com a questão da linguística popular (“*Trivial Pursuit*, Alfabeto da identidade pop-folk para o uso de linguistas...”) mostra como as questões ligadas à referência, ao real e à identidade são sempre suscetíveis à teorização de regime múltiplo, de acordo com o senso comum ou a racionalidade científica avançam; para ambos suscetíveis de receberem definições relativas.

G. Schmale, no texto intitulado *Conceptions populaires de la conversation*<sup>22</sup>, discute a questão da situação da *Laienlinguistik* em comparação com outras práticas, algumas menos instruídas, outras mais, sobre a conversação. Por fim, numa perspectiva epistemológica mais generalista, o pesquisador Martin Stegu, no artigo *Linguistique populaire, language awareness, linguistique appliquée : interrelations et transitions*<sup>23</sup> compara a linguística *folk*, a *Laienlinguistik*, a linguística acadêmica ou “oficial” e sua relação com a linguística aplicada. No entendimento de Stegu, essa comparação mostra, por exemplo, que a linguística aplicada é, em muitos aspectos, bem próxima da linguística popular, porque ela própria foi concebida pelos não-linguistas. O autor defende, então, uma concepção aberta e escalar da linguística aplicada, popular e acadêmica.

### 3.2 Teoria

Em suma, é a própria questão da teoria que a linguística popular revira, ativando questões sobre a *categorização* e *denominação* dos fenômenos estudados nas ciências da linguagem: o estudo das atividades metalinguísticas comuns dos falantes vem da linguística popular? A palavra *corrente* é sinônimo de *popular*? E como tratar a famosa *intuição* ou o *sentimento da linguagem* em que os proponentes de uma linguística da competência estão baseados? Sabemos que o termo *contra intuitivo* é frequentemente mobilizado para provar a agramaticalidade desta ou daquela forma. A intuição está incluída na categoria de “popular”? A intuição é profana?

Tomando uma vez mais a revista *Pratiques*, M.-A. Paveau oferece algumas respostas hipotéticas a essas questões em seu texto *Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk*<sup>24</sup>. No texto em questão, a autora defende uma abordagem integracionista, isto é, que integre dados considerados *folk* para a linguística acadêmica, sem que uma fronteira, em termos de contrariedade (“*versus*”), seja colocada entre os dois tipos de fenômenos. É a questão da intuição que sustenta essa posição antieliminatória, na medida em que a linguística acadêmica não pode economizar em intuição e introspecção, por causa de sua dimensão reflexiva irreduzível.

Nesse quesito, a linguística é particularmente frágil face a ambições objetivistas e idealistas derivadas do modelo científico das ciências exatas. No campo da argumentação, o trabalho de Marianne Doury também se questiona sobre a validade do raciocínio *folk*. A autora mostra em seu artigo intitulado ‘*Ce n’est pas un argument!*’ *Sur quelques aspects des théorisations spontanées de l’argumentation*<sup>25</sup> que não há diferença gritante, em termos da validade dos

22 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1186>

23 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1193>

24 A tradução deste artigo para o português está publicada em: **Policromias**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, n. 3, p. 21-45, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/issue/download/1175/622>. Acesso em: 10 ago. 2019.

25 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1207>

argumentos, entre as produções espontâneas e as produções aprendidas. Ela traz, assim, argumentos importantes para fundamentar a abordagem antieliminatória.

Essa posição integracionista pode ser encontrada até mesmo dentro da própria linguística acadêmica, como mostram as obras de F. Recanati sobre o sentido literal e o sentido contextual, sintetizado em seu livro *Literal Meaning* (RECANATI, 2004). É preciso que nos debrucemos um pouco sobre essa concepção do sentido, diretamente relacionada ao problema do eliminatório *versus* integracionista. F. Recanati, que produz linguística a partir da filosofia, desenvolve uma concepção contextualista do sentido e, portanto, argumenta que uma teoria semântica baseada na noção de sentido literal não pode funcionar. No capítulo 9 de seu livro, o autor defende uma posição que chama de *Meaning Eliminativism* (eliminar o sentido intrínseco), baseada na ideia de que o sentido pode ser desenvolvido sem uma concepção puramente linguística e não-contextual do sentido:

De acordo com WF [visão *Wrong Format*, *Formato Errado*], o sentido expresso por uma expressão deve sempre ser contextualmente construído com base no (excessivamente rico ou excessivamente abstrato) significado, ou potencial semântico, do tipo de palavra. [...] Nesse quadro ainda há um papel para o significado linguístico dos tipos de palavras: é a entrada (ou um dos insumos) para o processo de construção.

A diferença entre o *Meaning Eliminativism* (ME) e o WF é que, de acordo com o ME, não precisamos de significados linguísticos, nem mesmo para servir como entrada para o processo de construção. Os sentidos que são as contribuições das palavras para os conteúdos são construídos, mas a construção pode prosseguir sem a ajuda de significados de palavras convencionais, independentes do contexto. (RECANATI, 2004, p. 174-175).

O autor então considera que a teoria contextualista do sentido é uma teoria popular na medida em que se baseia em dados não-linguísticos, isto é, contextuais. Portanto, aqui estamos diante de uma teoria linguística elaborada com base em uma concepção “não-linguística”, no sentido aprendido do termo, do sentido. F. Recanati pode ser descrito como um filósofo que faz linguística junto com a não-linguística, o que não é do gosto de todos, como R. M. Harnish (2005, p. 397) mostra claramente, resumindo assim a posição do filósofo francês:

Assim, Recanati parece não apenas promover uma espécie de “semântica-pragmática folk”, mas também negar a legitimidade (e o potencial valor psicológico) da tradicional (“científica”) linguística semântica. Ele parece estar apostando que a semântica-pragmática não seguirá o caminho da sintaxe (e da fonologia). Isto é, introspectiva, a psicologia popular prevalecerá tanto sobre as intuições semânticas quanto sobre a metodologia tradicional de construção de teoria na semântica.

Não seria toda linguística uma linguística popular? Isto é certamente mostrado por certas representações discursivas e certos imaginários linguísticos.

### 3.3 Representações

A questão da validade teórica ou mais amplamente científica também surge para os estudos sobre as representações linguísticas, do imaginário linguístico formulado por A.-M. Houdebine até as mitologias linguísticas estudadas por P. Zoberman, bem como a linguística fantástica e imaginária evocada por M. Yaguello: o imaginário é popular, a linguística fantástica é profana? De quais campos, de quais categorias, de qual campo disciplinar ou subdisciplina somos nós?

As respostas são fornecidas por J.-C. Beacco, em seu artigo *De la verve. À la recherche d'un idéal discursif ordinaire*<sup>26</sup>, quando ele propõe analisar “as concepções circulantes sobre o que é o bom falar ou o que é o *autêntico* bom escrever, que responde a valores distintos ou opostos àqueles que baseiam as normas dominantes ditas, indiferentemente, *acadêmicas, oficiais, escolares, supervisionadas, elegantes*. Neste texto, o autor examina um *corpus* de artigos da imprensa esportiva (o jornal diário *L'Équipe*) para descobrir definições espontâneas do que é essa eloquência autêntica. Em outra ordem de ideias, mas ainda no campo das estruturas representacionais, P. Sériot, E. Bulgakova e A. Heržen mostram em *La linguistique populaire et les pseudo-savants*<sup>27</sup>, que o discurso da língua constitui a base de um questionamento sobre as identidades coletivas e nacionais na Europa Oriental no primeiro decênio dos anos dois mil. Eles destacam, assim, realidades culturais e discursivas pouco conhecidas, como a fabricação de identidades míticas e origens fantásticas por meio de um discurso linguístico “pseudo-erudito” com uma forte intenção persuasiva. As apostas são altas porque se trata da definição de povos e da delimitação de fronteiras.

### 3.4 Práticas

Por fim, a linguística popular levanta o problema do valor e da efetividade do conhecimento espontâneo em um contexto de aprendizagem: um discurso frequente é que, na linguística, como em outros lugares, a demonstração científica na maioria das vezes contradiz a interpretação espontânea (por exemplo, a posição de Jackendoff (2003) em relação ao “conhecimento popular”). Esse discurso está, no entanto, atualmente sendo minado por alguns filósofos das ciências que, depois de ilustres antecessores, como A. Schutz ou P. Feyerabend, mostraram como as teorias espontâneas às vezes estão próximas de resultados científicos, ou têm validade de uma outra ordem necessária no campo da vida em sociedade.

Esta questão parece crucial para nós na aula de francês, do jardim de infância à universidade. Qual é o lugar do conhecimento profano dos alunos e professores em sala de aula (sabemos que a atividade metalinguística de “crianças gramáticas” é largamente explorada em pré-aprendizagens no maternal e no ciclo 1)? Um “erro científico” pode ter uma boa rentabilidade funcional no aprendizado? É este o caso de todas as atividades? Para todos os níveis de ensino (“a criança gramática” de Gleitman, Gleitman e Shipley (1972) pode tornar-se um “estudante gramático”)? O ensino de francês deve privilegiar a eficácia ou a precisão científica?

26 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1214>

27 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1220>



Sobre essas questões vale a pena voltar uma vez mais ao número 139/140 da revista *Pratiques*. Em seu trabalho sobre *Les explications métagraphiques appliquées aux premières écritures enfantines*<sup>28</sup>, J. David se baseia em um grande *corpus* de textos escritos e especialmente em autoexplicações ou comentários metagráficos produzidos por crianças pequenas que são aprendizes de escritores (5-7 anos) para mostrar como essas crianças conseguem verbalizar o conhecimento emergente sobre o funcionamento da escrita. Este conhecimento demonstra ter conexões, por um lado, com as propriedades das linguagens orais e, por outro lado, com os componentes da escrita (semiológicos, fonológicos, morfológicos), gradualmente descobertos e integrados. Um conhecimento espontâneo e incontestável surge, assim, dos comentários metagráficos das crianças.

Constatações análogas são feitas por referência às grafias inventadas (*invented spellings*) por J.-P. Jaffre e M.-F. Morin. Em sua reflexão sobre *Les activités pré-orthographiques: nature, validité et conceptions*<sup>29</sup>, os autores mostram, de fato, que as crianças pequenas possuem habilidades pré-ortográficas, pois não são, a princípio, cognitivamente sensíveis às normas ortográficas, mas às funcionalidades subjacentes cuja única consideração é avaliar suas primeiras produções. Eles concluem que escrever não é mais uma questão de (re)produzir normas ortográficas, mas de perceber princípios gráficos básicos e recorrentes – por exemplo, o valor fonológico das letras na tradição alfabética.

São essas “crianças gramáticas” que são o assunto dos comentários de M. Laparra. Em seu texto *L’élève grammairien? L’exemple de l’apprentissage des marques graphiques du français*<sup>30</sup>, a autora se pergunta qual é o valor do conhecimento espontâneo que os alunos podem produzir em certas marcas morfológicas gráficas do francês. Apesar de tudo, a sala de aula continua sendo um espaço interacional que constitui um verdadeiro reservatório, onde se descobrem discursos às vezes pré-fabricados, furtivos ou ritualizados, oriundos, por vezes, dos próprios conhecimentos escolares derivados dos conhecimentos acadêmicos. É isso que C. Weber mostra em *Les verbalisations ordinaires dans la classe: objets furtifs ou variables encombrantes des sciences du langage?*<sup>31</sup>. Os vários modos comunicativos que se desenrolam na sala de aula dão lugar, de fato, em sua opinião, a uma infinita variação de produções, representações e raciocínios que estão prestes a ser construídos, cuja forma e presença são “furtivas”, mas que desempenham um papel decisivo nas práticas escolares.

O nosso primevo percurso acerca da linguística popular finda mencionando o artigo de F. Capucho. Ela propõe uma abordagem inédita em relação a todos os trabalhos já mencionados, na medida em que opta por trabalhar no contexto do plurilinguismo, e em uma noção pluridisciplinar (linguística, filosofia, psicologia social, comunicação), a intercompreensão. Em *L’intercompréhension est-elle une mode? Du linguiste citoyen au citoyen plurilingue*<sup>32</sup>, ela mostra que essa noção estrutura os comportamentos de falantes plurilíngues, especialmente em condições

---

28 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1230>

29 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1238>

30 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1246>

31 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1247>

32 Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1252>

com alto grau de estranheza, como as viagens. Em particular, ela analisa os componentes emocionais e situacionais e mostra até que ponto os locutores mobilizam espontaneamente, quase “naturalmente” sua competência intercompreensiva.

#### 4. Umas poucas palavras de fim

Esperamos que as breves considerações que aqui realizamos possam orientar e, talvez, iluminar uma área que ainda é um pouco obscura na França e pelo que nos consta a partir de nosso contato com os organizadores deste livro, também no Brasil. Os levantamentos aqui apresentados podem contribuir para o tratamento da linguística popular a partir de questões de natureza epistemológica, teórica, prática e representacional, que acreditamos serem necessárias para que o campo da ciência da linguagem seja mantido em um dinamismo seguro, sem nenhum tipo de binarismos. Esperamos que os percursos brevemente abertos ou aprofundados aqui favoreçam igualmente as colaborações de todos os interessados sobre a questão da linguística popular e, de um modo mais geral, sobre a validade do conhecimento das ciências humanas.

# NÃO-LINGUISTAS FAZEM LINGUÍSTICA?<sup>33</sup>

A linguística popular ou linguística *folk* (designação afrancesada que adotei, por dar conta da questão da polissemia de *popular* e dos mal-entendidos que são curiosamente associados à palavra)<sup>34</sup> tem se apresentado, ultimamente, bem descrita e definida, especialmente no contexto de trabalhos realizados sobre a questão no exterior e, depois, na França, já há quinze anos<sup>35</sup>. A existência de um conjunto de práticas linguísticas designáveis como “*folk*” (ou melhor, por todo outro adjetivo estabilizado que compartilhe o mesmo domínio, como *profanas, espontâneas, selvagens, ingênuas, leigas*) não deixa, praticamente, nenhuma dúvida que um campo de investigação particularmente fecundo se abriu para os linguistas que se preocupam com quaisquer produções imaginárias e representacionais dos falantes.

Tais práticas, sobre as quais propus uma tipologia inicialmente tripartite em Paveau (2000), depois de Brekle (1989) (a saber: 1. Descrições, 2. Prescrições, 3. Intervenções) e mais modernamente quatupartite, as práticas militantes, começam, agora, a ser bem compreendidas na diversidade dos lugares sociais em que se manifestam e na variedade de suas atividades com ou sobre a língua: imprensa, escola, fóruns de internet, guias de conversação, conversa cotidiana etc. Começamos, assim, a saber bem o que os não-linguistas fazem, bem como quando e onde. Entretanto, não sabemos tão bem quem exatamente eles são e o que *deseja* sua teoria *folk*. É sobre esses dois pontos que me concentro aqui neste capítulo. Proporei, inicialmente e a título heurístico, uma tipologia de não-linguistas que, a meu ver, deve-se apresentar de maneira discreta: ser um não-linguista não é um estado permanente, mas uma atividade praticável num momento e num lugar determinados inclusive pelos próprios linguistas; há uma *posição* de não-linguista, sempre cambiável com alguma outra. Darei alguns exemplos de atividades cuja inscrição nessa linguística *folk* pode ser discutida, exemplos que me servirão para questionar as relações que possam existir entre as “identidades” dos não-linguistas e a natureza de suas atividades. Num segundo momento, abordarei, dando continuidade à reflexão feita alhures em Paveau (2007, 2008a), a difícil questão epistemológica e filosófica da validade da linguística *folk*, que, evidentemente, coaduna-se com as dificuldades de se pensar nas *folk sciences* em geral. Retomarei, em particular, as noções de saber e de consciência epilinguísticos, que fornecem argumentos

---

33 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche antiéliminativiste des theories folk. **Pratiques**, ed. 139-140, p. 93-110, 2008. Uma versão modificada deste texto foi publicada na **Policromias – Revista de Estudos do Discurso**, Imagem e Som da UFRJ, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/21267>. Tradução de Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF).

34 Ver detalhe em Paveau (2007) e nas observações de J.-C. Beacco feitas na edição 139/140 da **Pratiques**. Conformo-me, assim, voluntariamente com um imperativo ideológico que não ignoro ser definitivo do discurso científico, mas nem sempre enxergo por que continuamos a atribuir a popular “conotações pejorativas”, a não ser para manter no exercício do discurso científico, discursos classistas que não me parecem pertinentes a ele. Os filósofos anglicistas que traduzem, hoje em dia, *folk psychology* como psicologia popular (P. Engel, tradutor de Dennett (1990 [1987]), por exemplo) há gerações não fazem essa distinção incompreensível. Popular, como vulgar ou familiar, e o conjunto do paradigma que designa “o baixo” são polissêmicos e eu me surpreendo que, justamente os linguistas, que são alguns dos únicos que sabem identificar e defender essa polissemia, preocupem-se com esses efeitos.

35 Ver Achard-Bayle e Paveau (2008b), Achard-Bayle e Lecolle (2009), Antos (1996), Beacco (2004, org.), Brekle (1989), Niedzielski e Preston (2003 [1999]), Paveau (2000, 2005, 2007, 2008a, 2009), Paveau e Rosier (2008).

para defender uma posição integracionista<sup>36</sup>, ou seja, antieliminativa: os enunciados *folk* não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos, a serem integrados aos dados científicos da linguística.

## Quem são os não-linguistas?

A questão da identidade ou da identificação dos não-linguistas é, sem dúvida, uma das mais difíceis no domínio da linguística *folk*. Se a identificação profissional dos linguistas é feita de modo relativamente fácil pela existência de cursos, diplomas, especialidades universitárias que correspondem, na França, a seções do CNU e do CNRS (no Comitê Nacional, tratam-se das seções 7, 9 e 34) e de uma literatura disciplinar relativamente bem circunscrita e balizada por dicionários, a identificação profissional dos não-linguistas que lidam com atividades linguísticas não se baseia em nenhum critério mais institucional. O escritor é um linguista *folk*? E o revisor de textos das mídias escritas e das editoras? E o jurista, que analisa as palavras tão detidamente quanto um lexicólogo profissional? Sim, ficamos tentados a afirmar absolutamente; mas a comparação com o falante comum, o “homem das ruas”, que admira a beleza do léxico ou se lamenta quanto à degradação da língua (uma pessoa bem típica na França, um país cuja língua é constantemente objeto de polêmicas inflamadas)<sup>37</sup> relativiza imediatamente esse julgamento: os três primeiros parecem, de todo modo, mais “linguistas” que o último, o falante comum, que ocupa mais um espaço verdadeiro de “linguista de final de semana”, uma figura meio ingênua e, no fundo, bem menos culta. Então, como identificar essa categoria de falantes que produzem enunciados avaliativos sobre a própria língua e a língua dos outros, metalinguísticos e metadiscursivos a partir de posições subjetivas não disciplinares e não acadêmicas?

## Posições discursivas

Como em muitos domínios do saber das ciências humanas, o pensamento cartesiano binário (linguistas *versus* não-linguistas como categorias discretas) nos leva, diretamente, às limitações do idealismo. A meu ver, é preferível adotar uma visão escalar das coisas. Seria melhor, então, mesmo se essa posição se pareça iconoclasta para aqueles que creem na pureza e na objetividade da ciência, postular um *continuum* entre aqueles que fazem da linguística uma ciência una e aqueles que não. Haveria dois polos que representariam os extremos teóricos: de um lado, o linguista “estudado”, “científico”, que manteria os saberes “exatos”; e, de outro, o linguista espontâneo, que produziria análises do tipo daquela destacada pela vendedora de loja de antiguidades: “Ele nunca me diz o que me agrada”.

Recentemente, Günter Schmale (2008) fez uma primeira proposta analisando a linguística popular como lugar de cruzamento entre linguística científica, linguística amadora e para fins didáticos/de divulgação. Compartilho inteiramente dessa percepção. Schmale é, então, levado

36 Ver Achard-Bayle e Paveau, na introdução deste volume da **Pratiques**, bem como Achard-Bayle e Lecolle (2009), Antos (1996), Beacco (2004, org.), Brekle (1989), Niedzielski e Preston (2003 [1999]), Paveau (2000, 2005, 2007, 2008a, 2008b, 2009), Paveau e Rosier (2008).

37 Ver Paveau e Rosier (2008).

a propor uma breve tipologia dos linguistas espontâneos no que tange à análise da conversa: sobre um eixo cujos dois extremos são uma “ausência de conhecimentos sobre a conversa” e “conhecimentos perfeitos da organização conversacional”, encontrar-se-iam, gradativamente, o falante comum, o escritor, o linguista “amador”, o linguista não conversacionalista e o “conversacionalista” (SCHMALE, 2008). Gostaria, aqui, de fazer uma proposta mais global, relacionada não unicamente à análise da conversação, mas à língua e às produções verbais em francês em geral, que responderia aos seguintes requisitos:

[...] dar conta, o mais naturalmente possível, da atividade “não-linguística”, considerando não identidades socialmente fixas (o escritor, o jornalista, o tipógrafo), mas *posições discursivas* por definição transitórias e não plenamente ajustadas às identidades sociais, profissionais ou culturais. Um gerente de bar inicia uma conversa por SMS com seus clientes, um ministro de relações estrangeiras produz um texto sobre a degradação do francês ou, por que não, um linguista profissional produz um discurso não-linguístico sobre a língua, de natureza estética, por exemplo (desgostar de alguma palavra por ela “soar” mal, por fazer “doer” seus ouvidos), em virtude daquele famoso desencontro entre comportamento e introspecção sobre o qual, em partes, a sociolinguística laboviana é fundada, e que foi quase definitivo para a dicotomia conceitual de segurança *versus* insegurança linguística. (LABOV, 2001 [1975]);

questionar a integração (ou não integração) das produções, considerando não apenas o metalinguístico, mas, também, o epilinguístico, ou seja, uma competência inconsciente, portanto, implícita da língua. Relacionam-se, aqui, todos os tipos de jogos sobre as palavras, os trava-línguas, os trocadilhos e confusões voluntárias, jogos de pronúncia (o “Quando a mafagafa gafa, gafam os sete mafagafinhos” e o “três pratos de trigo para três tigres tristes”)<sup>38</sup>, brincadeiras sobre os significantes como a de “monsieur et madame ont un fils...”<sup>39</sup> histórias bobas no substrato linguístico, imitações de sotaques e de maneiras de falar etc. Chamo de *ludolinguistas* os falantes que adotam essa posição ao mesmo tempo refletida e lúdica sobre a língua. A questão é de saber se essas produções, que repousam sobre uma competência epilinguística extremamente sofisticada, vêm de atividade linguística. Essas produções são, sem dúvidas, dotadas de uma dimensão didática explícita. Mas algo que pode nos confundir um bocado em nossa reflexão é o fato de que elas se situam no limite entre atividades linguísticas e atividades languageiras, entre atividades *sobre* a linguagem e atividades *de* linguagem.

38 N.T: Realizamos uma adaptação dos trava-línguas em português.

39 N.T: Nesse ponto a autora acrescenta uma nota de rodapé, afirmando que “Les cinq filles de monsieur et madame Holl, Jenny, Lydia, Beth, Nicole et Esther é uma maravilhosa ilustração da virtuosidade languageira extrema, no limite do domínio teórico, dos ourives das palavras que fazem jogos com elas”. Essa sentença em francês, que se inicia com “Les cinq filles”, é uma brincadeira conhecida na língua, uma anedota. Vai-se trocando o sobrenome da família e a quantidade de filhos para se chegar a algum resultado que torne a leitura dos nomes dos filhos, combinados ao sobrenome da família, a paronímia de uma outra sentença/palavra. No caso da sentença acima, “J’ai ni le diabète ni cholestérol” [Não tenho nem diabetes nem colesterol] se formam a partir de “Jenny Lydia Beth Nicole Esther Holl”. Para dar mais um exemplo: “Monsieur et Madame Oration ont une fille... Amélie”, donde “Amélie Oration”, “amélioration” [melhora]. Um correlato fraco em língua vernácula — já que não se trata de uma família de jogos epilinguísticos — é a seguinte charada: “Uma menina senta na sua cadeira da escola onde uma pessoa tinha colocado uma taxinha. Qual é o nome da pessoa?... Na-taxa [Natasha]”. Embora não forme uma família, esse tipo de charadas de “Qual é o nome da pessoa?” é muito comum no Brasil.

## Uma proposta de tipologia

Assim, proponho a seguinte tipologia, elaborada a partir de trabalhos existentes sobre a linguística *folk* ou as posições normativas, as observações realizadas em meus trabalhos anteriores e, em particular, a partir do *corpus* reunido na obra *La langue française: passions et polémiques*. As posições são classificadas por “coeficiente” decrescente de detenção de um saber linguístico e acompanhadas de uma categorização aproximada do tipo de práticas executadas segundo a trilogia mencionada anteriormente:

- Linguistas profissionais, que fornecem descrições linguísticas;
- Cientistas não-linguistas (“historiador-linguista”, como Éric Mension-Rigau em seu *Aristocrates et grands bourgeois. Éducation, traditions, valeurs* “sociólogo-linguista”, como Pierre Bourdieu (em seu *A distinção: crítica social do julgamento*), que propõem descrições linguísticas;
- Linguistas amadores (linguistas leigos, acadêmicos como Maurice Druon, juristas como Gérard Cornu (autor de um manual de linguística jurídica: ver Cornu, 2005 [1990] e o subcapítulo 1.3.1), que fornecem descrições e prescrições;
- Logófilos, glossomaníacos<sup>40</sup> e outros “loucos da língua”, como Jean-Pierre Brisset ou George Orwell, que, frequentemente, empreenderam intervenções na língua, fosse por invenção, fosse por deformação;
- Preparadores-revisores-redatores (o lendário copidesque do Monde, Jean-Pierre Collignon, cujos sucessores produziram um discurso sobre sua atividade “linguística” no *blog* “Langue saucepiquante”; os especialistas de programas televisivos, como o “professor” Capelovici e seus sucessores no programa *Des chiffres et des lettres*, por exemplo), que sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
- Escritores, ensaístas (Proust, Jean Paulhan, Pierre Daninos, Philippe Jullian, Robert Beauvais...), do lado da descrição e da prescrição;
- Ludolinguistas (humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras: Thierry Le Luron fazendo imitações do político Valéry René Marie Georges Giscard d’Estaing, Sylvie Joly e sua personagem “Bourgeoise”, Florence Foresti e sua *Anne-Sophie de la Coquille*, Coluche e seu “beauf” [brutamontes, homem grosseiro e machista]), que fazem descrições-interpretações linguísticas;
- Falantes engajados, militantes ou apaixonados, juristas em suas práticas textuais e orais, centrados na descrição e na intervenção;
- Falantes comuns (a vendedora da loja de antiguidades na *Rue de la Chine*, os autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e as mensagens em *blogs* e fóruns, os “dominantes” citados por Jean-Claude Passeron, que misturam, sem dúvida, os três tipos de práticas.

Tais posições não são, evidentemente, discretas, mas porosas e até mesmo transversais,

40 O termo *logófilo* é de Michel Pierssens (1976) e *glossomaníaco* é uma palavra proposta por Umberto Eco (1994).

podendo um falante passar de uma posição a outra: é bem isso que J.R.R. Tolkien faz, sendo filólogo e lexicógrafo, professor de inglês medieval, mas que, ao mesmo tempo, torna-se logófilo ao inventar línguas imaginárias, como o famoso élfico; e é bem assim, também, com Saussure, primeiro linguista profissional na teoria do signo, glossomaníaco, beirando a posição de ludolinguista em seus *Anagramas*.

A porosidade das posições implica, igualmente, uma porosidade de saberes: os saberes linguísticos são transmitidos para os da linguística *folk* e vice-versa. A meu ver, não há, com efeito, isolamento possível das categorias nesse domínio: os saberes linguísticos ditos “estudados” ou “científicos” não são neutralizados da consciência epilinguística dos falantes.

## Alguns exemplos: juristas, escritores, logófilos, ludolinguistas e militantes

### A linguística jurídica

O manual de linguística jurídica (ou “jurilinguística”), de Gérard Cornu (2005 [1990]), é um exemplo interessante de linguística *folk*, na medida em que o autor se dedica, meticulosamente, a iniciar uma proposta sobre a “ciência da linguagem” saussuriana, embora mantendo, incautamente, sem dúvidas, os pré-discursos profanos que parecem “ingênuos” demais a um linguista profissional. Por exemplo, ele define a linguística jurídica como a “aplicação particular, na linguagem do direito, da fundamental ciência da linguística geral”; e esclarece, um pouco adiante, que “sua esperança é ao menos de ela ser reconhecida como uma linguística prática, do mesmo modo que a linguística aplicada à poesia” (CORNU, 2005 [1990], p. 25). Tal analogia entre direito e poesia é sustentada por uma referência a Roman Jakobson, cuja metodologia linguística para o estudo da poesia é diretamente aplicada ao direito. É daí que vem a equivalência final: “[o] que é válido para o discurso poético deveria ser também para o discurso jurídico” (CORNU, 2005 [1990], p. 25). Poderíamos zombar dessa afirmação, mas essa analogia é interessante, justamente, por constituir uma das modalidades mais disseminadas do pensamento profano. Temos aí um exemplo de uso de um método profano para a elaboração de um corpo de saber profano. Mais à frente, ele define o vocabulário jurídico como “o reflexo do sistema jurídico” (Idem, p. 58), recuperando, assim, a concepção de língua como reflexo. E foi justamente contra essa concepção que a linguística científica se constituiu. Eu poderia, ainda, dar bem mais exemplos dessa linguística espontânea em embate com uma linguística acadêmica que G. Cornu apresenta para justificar o uso da linguagem em seu campo teórico. O essencial me parece ser que essa linguística *folk* “funciona”, como diria D. Dennett, quer dizer, ela organiza, com eficácia, os usos especializados da linguagem no campo jurídico.

### As “outras línguas” de Antonin Artaud

“Em fevereiro de 1947”, escreve Anne Tomiche (2002, p. 141):

Antonin Artaud descreve essa ‘outra língua’ que ele nunca cessou de procurar como uma ‘canção/ impostada, /[...] entre negro,/chinês,/indiano/ e francês vulgar’.

Ele enfatiza, então, não apenas a dimensão *oral* dessa língua, entre a canção e a imitação, mas também a mistura de línguas, e mais precisamente uma mistura de línguas associadas às transgressões sintáticas e à inteligibilidade.

Artaud fornece, com efeito, um exemplo de atividade linguística empreendida por um não-linguista que é um escritor evidentemente dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico (Artaud é familiarizado com muitas línguas estrangeiras) largamente superior à média dos falantes. Artaud se esforça, então, para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema. Ele não se contenta em criar e inventar formas languageiras, mas, também, analisa-as no âmbito de um discurso metalinguístico. Anne Tomiche dá um exemplo bem representativo de uma posição discursiva *folk* da parte de um escritor:

Poderíamos multiplicar os exemplos, mas só falaremos de um, particularmente interessante, já que Artaud não se contenta em introduzir, em uma frase em francês, um termo, o “tétême”, que solda muitas línguas: “No sono a gente dorme, de mim mesmo e de qualquer um só há o espectro,/a extração do *tétême* do ser por outros seres (acordados por ora), disso que faz com que a gente seja um corpo”. Não sem ironia, ele continua, em seguida, com uma análise metalinguística da composição do termo, explicando que “tétême” mistura o éma grego (sangue) com a *tête* [cabeça, testa] e com o *thé* [chá], que, reduplicado, designa aquilo que repousa e que arde: “E o que é o *tétême*? O sangue do corpo espalhado nesse momento, e que adormece em seu sono. Como o *tétême* é o sangue? Pelo éma, diante do *t* que repousa e que designa aquilo que repousa como o *té vé* dos marseheses.<sup>41</sup> Porque o *té* [o chá] faz um barulho de cinza quando a língua o encosta nos lábios em que ele queima./E Éma, em grego, quer dizer sangue. E *tétême*, duas vezes a cinza sobre a chama do coágulo de sangue, do inveterado coágulo de sangue que é o corpo daquele que dorme e sonha. Seria melhor que acordasse”(XIV: 16)<sup>42</sup> (TOMICHE, 2002, p. 144).

## Logófilos, glossomaníacos, loucos da linguagem

Próximo do escritor e de sua atividade *folk*, mas distante do campo da literatura e de suas aberturas ficcionais, o apaixonado pela linguagem se entrega a atividades de invenção de línguas imaginárias. O logófilo é um típico linguista *folk*, bem dentro do retrato que Marina Yaguello faz dele quando de seu estudo sobre aqueles que chama de “loucos da linguagem”:

41 N.T.: A expressão “Té vé” é típica da fala de Marselha, significando algo como “Repare só”, “Veja”, “Olhe”. No original, a citação inteira é: “On pourrait multiplier les exemples mais on n’en ajoutera qu’un seul, particulièrement intéressant parce qu’Artaud ne se contente pas d’introduire, dans une phrase en français, un terme, le « tétême », qui brasse plusieurs langues : « Dans le sommeil on dort, il n’y a pas de moi et personne que du spectre,/ arrache- ment du tétême de l’être, par d’autres êtres (à ce moment-là éveillés), de ce qui fait que l’on est un corps ». Non sans ironie, il procède ensuite à une analyse métalinguistique de la composition du terme pour expliquer que le «tétême» mêle le éma grec (sang) à la tête et au «thé» qui, redoublé, désigne ce qui se repose et qui brûle : « Et qu’est-ce que le tétême ?/ Le sang du corps à ce moment-là allongé, et qui sommeille car il dort. Comment le tétême est-il le sang? Par le éma, devant qui le t se repose et désigne ce qui se repose comme le té vé des Marseillais. Car le té fait un bruit de cendre lorsque la langue le dépose dans les lèvres ou il va fumer./ Et Éma en grec veut dire sang. Et tétême, deux fois la cendre sur la falamme du caillot de sang, de caillot invétééré de sang qu’est le corps du dormeur qui rêve et ferait mieux de s’éveiller.

42 Fazemos referência, aqui, às edições das obras completas de Artaud feitas pela Gallimard, 1976-1994.



O inventor de língua é um amador, no duplo sentido do termo; apaixonado pelas línguas, em geral desconhece absolutamente a ciência da linguagem. Mas ele tem, antes de tudo, uma preocupação de natureza estética: o desejo de produzir um tudo, uma totalidade, um conjunto fechado, mas exaustivo, dotado de uma simetria perfeita, cujas engrenagens estão besuntadas de óleo, onde nenhuma discordância ou ambiguidade saberia se introduzir, donde seriam banidos o equívoco, a extravagância, o mal-entendido. (YAGUELLO, 2006, p. 45).

Sua posição social e profissional o coloca em contato com os dados da cultura e, ao contrário dos pintores da arte bruta ou da arte “de fora da cânone” que não são detentores de cultura, ele está no interior do universo letrado:

Na maior parte das vezes, é um escolástico, um professor ou um médico, ou seja, justamente um homem de gabinete, um homem de cavanhaque e de óculos com armação circular de metal, como revela a galeria de retratos que estampa o livro de Monnerot-Dumaine, uma das duas bíblias da interlinguística. (YAGUELLO, 2006, p. 46).

Ele executa gestos profissionais que estão próximos daqueles empreendidos pela linguística acadêmica, universitária, mesmo que não disponha de seus saberes especializados. Ainda assim, de acordo com Marina Yaguello, o trabalho do logófilo consiste em:

- a) acumular dados;
- b) classificá-los;
- c) encontrar um princípio explicativo: imitação dos sons da natureza, ou ainda a correspondência entre o sentido das palavras e sua realização acústica ou articulatória;
- d) organizar os dados sob a forma de uma árvore genealógica, a língua-mãe que daria à luz toda a prole de línguas passadas e presentes da humanidade. (YAGUELLO, 2006, p. 47).

## Ludolinguistas

Defini, anteriormente, os ludolinguistas como especialistas na manipulação lúdica dos significantes. Aprofundo, aqui, com o exemplo dos imitadores, especialmente aqueles de sotaques. Todos os humoristas, sejam imitadores profissionais ou não, dispõem, em seu repertório, da prática de manipulação de sotaques, que repousa sobre uma teoria sociolinguística espontânea. Os sotaques são manifestações fônicas da variação regional, nacional, social, étnico-cultural, de gênero ou de sexualidade, etc. O sotaque social é, por exemplo, bem representado nas imitações de Valérie Lemercier no filme *Os visitantes: eles não nasceram ontem!* de 1993 (o sotaque aristocrático de “Béa” de Montmirail ao ver seu ancestral “Hub” chegar da Idade Média acompanhado de seu fiel serviçal Jacquouille la Fripouille), ou nas encenações de Sylvie Joly como “grande burguesa” em sua peça *La cigale et la Joly* [A cigarra e a Joly, como parônimo de *La cigale et la fourmi: A cigarra e a formiga*] (2006), ou ainda pelas entonações da atriz Mathilde Casadesus, que conta com um forte registro científico no documento sonoro — uma fita cassete — que acompanha a coletânea *Les accents des français*, organizada por Pierre

Léon e colegas (LÉON *et al.*, 1983). Encontram-se realizações de sotaques étnico-culturais nas imitações do sotaque “africano” pela dupla Omar e Fred no curto programa *Le service après-vente des émissions*, atualmente transmitido no começo da noite no Canal+; ou com o tenista-cantor Yannick Noah, que elaborou, ao longo de suas intervenções televisivas, um tipo de imitação antirracista do sotaque camaronês; ou ainda com as interpretações magrebinas exageradas de Djamel Debbouze ou Mohand Saïd Fella (TERBOUCHE, 2008)<sup>43</sup>; e, enfim, com as ênfases judaico-magrebinas dos humoristas Élie Kakou e Gad Elmaleh. Os sotaques regionais, que entraram na moda no final dos anos 1990 na série de curtas televisivos *Les Deschiens* (uma família que tem o sotaque rural do departamento francês de Sarthe; v. Pugnière, 2006) e mais recentemente no filme *A Riviera não é aqui [Bienvenue chez les ch’tis]*, de Dany Boon (2007), há muito tempo são alvo de imitações, mais ou menos pejorativas, principalmente entre escritores, como bem mostra a celebríssima cena do *Dom Juan* de Molière dedicada aos camponeses Charlotte e Pierrot (ato II, cena I). Os sotaques mais difíceis de serem apreendidos e nomeados (dada a dificuldade de nomeação, eu proporia a terminologia sotaque de gênero ou *sotaque de identidade sexual*, quem sabe até *de orientação sexual*), e mais estigmatizantes – como o sotaque “homo” (“gay”?) exemplificado pelas interpretações “loucas” de Michel Serrault na peça e no filme *A Gaiola das Loucas*, ou de Gad Elmaleh no filme *Xuxu*, de Merzak Allouache (2003) – são testemunhos, analogamente, dessa extraordinária competência linguística dos imitadores, que repousa num treinamento fino, apesar de não científico, dos fenômenos fonéticos destacados.

É preciso reconhecer, além de tudo, que os linguistas profissionais se dedicam muito pouco aos sotaques, em especiais aos sotaques do substrato étnico, cultural, “de sexualidade” ou comunidade: há poucos trabalhos sobre o sotaque “homossexual”, na sua versão “louca” ou em qualquer outra, com exceção de um artigo de Gilles Siouffi intitulado “Les homos parlent-ils comme les hommes ou comme les femmes?”, de 1998. A questão é abordada no âmbito da dialetologia social estadunidense, entre trabalhos sobre atitudes linguísticas (PRESTON, 1992, por exemplo). Os estudos são, entretanto, escassos. Em contrapartida, os sotaques são bem detectados por outros linguistas *folk*, os sociólogos-linguistas, por exemplo, que consideram que eles têm uma função de poderosos organizadores sociais. Esses sociólogos-linguistas são os protagonistas de atividades *folk* de uma terceira categoria dos linguistas *folk*: as classes dominantes. Com efeito, Jean-Claude Passeron considera que as classes dominantes executam uma atividade linguística de intervenção, a saber, a divisão social por meio dos sotaques:

[...] ao mesmo tempo que a linguística espontânea das classes dominantes constitui o sotaque dominante como a ausência de sotaque, sotaque zero – em relação ao qual os sotaques regionais ou populares são entendidos ou definidos como *deformações* mais ou menos pitorescas –, a estilística espontânea dos modos de vida tende a considerar as marcas linguísticas portadas pelas classes dominantes (determinantes concomitantemente da dominação e das restrições relacionadas ao exercício da

43 “Comment vous dire / le costume / Il était tellement petit / que / c’est un coustime [kustim]” [Como o senhor diz / o costume [traje] / Era tão pequeno/ que / era um coustime [kustim, cus’tam, como pronunciado no espetáculo, mas morfológicamente um trajezinho]] (extraído do espetáculo Cocktail Khorotv (literalmente: Cocktail de mentiras), citado por Terbouche (2008, p. 14).

dominação) como não marcas, a partir das quais se veem as de formações dos corpos e dos rostos populares. (PASSERON, 1999).

## Os discursivistas *folk*

Concluo essa enumeração de exemplos com uma manifestação militante da linguística *folk*; ou da análise do discurso *folk*, nesse caso. Trata-se de um “ateliê de análise e de crítica do discurso político” intitulado, antifrasticamente, “Le monde réenchanté de Nicolas Sarkozy”, proposto em novembro de 2007, em Paris, no 19e Distrito, pela “Coordination des Intermittents et Précaires d’Ile-de-France”. A primeira sessão foi apresentada assim:

Primeira sessão: quarta-feira, 31 de outubro de 2007, das 19h às 22h, na CIPIDF.

A ideia inicial é relativamente simples: trata-se de fazer um trabalho coletivo de análise e de crítica do discurso político no âmbito de um ateliê aberto a todos.

Em nossa opinião, não pode ser um grupo de reflexão teórica — porque aí seria necessário supor o domínio de certas noções e de algumas ferramentas, o que restringiria de fato a acessibilidade do ateliê. Nós o consideramos muito mais como um ateliê prático, até mesmo político, se conseguimos vislumbrar daí sua finalidade: desenvolver meios eficazes de combater os efeitos, sobre nós mesmos e terceiros, do discurso político autorizado. Poderíamos dizer, nesse sentido, que se trata de um ateliê de autoformação de crítica ideológica.

Concretamente, decidimos trabalhar sobre o discurso de Nicolas Sarkozy. As discussões foram acaloradas quanto a esse assunto, e ninguém saiu inteiramente satisfeito com a escolha. Concordamos que o poder provém de mais longe, e que sua ação vai além do campo “político”, e que, de certa maneira, essa escolha significa sucumbir ao discurso ideológico, procurando o poder precisamente onde gostaríamos de acreditar que ele se exerce exclusivamente. Dito isso, se o poder está em todo lugar, pouco importa onde o percebemos, o importante para nós é concentrar nossa análise sobre um discurso que seja atual e endereçado a todos e cada um — cada um tem o direito e, eis nossa convicção, a capacidade de respondê-lo. [anúncio recebido por *e-mail*, outubro de 2007].

Essa passagem nos mostra que a teoria *folk* é uma teoria prática ou uma teoria da prática. O objeto do Ateliê é o uso do discurso e seus efeitos sobre os indivíduos, não a descrição de suas regras e regularidades, por exemplo. O saber profano é, na maior parte das vezes, um saber prático, um saber “útil” aos locutores para mudar a sociedade em que vivem.

## De que valem as teorias *folk*?

A linguística *folk* propõe uma das questões epistemológicas mais difíceis, sobretudo no domínio das ciências humanas e sociais: qual é a validade das teorias (pseudo) científicas? Existem poucos trabalhos sobre essa questão na França. A linguística *folk* é, majoritariamente, traduzida em termos de posição normativa ou de purismo (PAVEAU; ROSIER, 2008). Além disso,

o espectro cartesiano e as imagens positivas – talvez, até mesmo, positivistas – da ciência que circulam no país dificilmente favorecem esse tipo de questionamento. Por outro lado, a filosofia do espírito e a filosofia das ciências, especialmente nos Estados Unidos, propõem análises e respostas particularmente esclarecedoras sobre as *folk sciences*, em geral, ou sobre a linguística *folk*, em particular. Utilizo essas respostas em meu escrutínio da validade das teorias espontâneas sobre a língua, não pretendendo aplicá-las de modo mecânico.

## Avaliações epistêmicas da linguística *folk*

Qual é a validade das teorias *folk*? Três respostas são possíveis:

### A posição eliminativa

Na filosofia do espírito, a posição dita eliminativa ou do materialismo eliminativo (P. Feyerabend, R. Rorty, W. Sellars, Paul e Patricia Churchland, S. Laurence) está fundada sobre a tese segundo a qual a compreensão dos estados mentais pelas teorias do senso comum está errada. Isso porque ela não corresponderia a nenhuma base científica. Com efeito, essa compreensão pode se apoiar sobre dados neurológicos. Por exemplo, não há base neural para certas teorias sobre a intencionalidade, ou mesmo a própria consciência, noções que são as mais difíceis para naturalizar. Para o filósofo Paul Churchland, por exemplo (2002 [1981]), as teorias *folk* são totalmente falsas e estão, além disso, no processo de serem substituídas (“eliminadas”) por demonstrações irrefutáveis concebidas pelas neurociências. Essa posição é compartilhada pelo filósofo S. Laurence (2003), considerando que as teorias *folk*, em qualquer ciência, estão, na maior parte do tempo, erradas. Laurence ainda acrescenta que a linguística apresenta uma vulnerabilidade muito forte, já que se trata de uma teoria jovem, a publicação do CLG data de 1916, pouco mais de 100 anos.

Transposta para os resultados da linguística *folk*, a teoria eliminativa dirá, então, que ela se trata de uma teoria falsa por se basear em dados perceptivos, intuitivos, dotados de juízos de valor (quem sabe até mesmo imaginários), mas sem nenhum dado cientificamente verificável.

### Uma posição intermediária “o realismo suave” de Daniel Dennet

O filósofo D. Dennett (1990 [1987], 2002 [1991]) defende uma posição intermediária, que ele mesmo chama de “realismo suave”, situado entre os dois extremos do “realismo de força industrial” de J. Fodor e do materialismo eliminativo dos Churchland. Essa posição diz respeito à psicologia popular (*folk psychology*), que ele descreve da seguinte maneira:

[...] as pessoas são ainda menos previsíveis que o tempo, se tomadas face às técnicas científicas dos meteorologistas e mesmo dos biólogos. Mas há outra perspectiva, que nos é conhecida desde a infância e que utilizamos sem esforço todos os dias, que parece maravilhosamente capaz de fornecer um sentido a todas essas complexidades. Chamamo-la comumente de psicologia popular. Ela é a perspectiva que invoca a família dos conceitos “mentalistas”, como os de crença, desejo, conhecimento, medo, atenção,

intenção, compreensão, sonho, imaginação, consciência de si, e assim por diante. (DENNETT, 1990 [1987], p. 17-18).

O realismo suave pode ser resumido assim: o vocabulário e os conceitos “*folk*” são operacionais e, até mesmo, necessários para a vida social do homem, e as percepções espontâneas são estruturas (*patterns*) absolutamente fundamentais na vida humana:

[...] há, nos assuntos humanos, estruturas que se impõem por elas mesmas de uma maneira que não é de modo algum inexorável, mas que têm grande força, absorvendo perturbações e variações psíquicas que poderíamos muito bem considerar como dadas ao mero acaso; são estruturas que caracterizaríamos em termos de crenças, desejos, intenções dos agentes racionais. (DENNETT, 1990 [1987], p. 42).

Além do mais, constata D. Dennett, a psicologia popular *funciona* (“a estratégia intencional funciona tão bem quanto possível”, p. 43), mesmo que esse funcionamento não seja permanente. A psicologia popular é, com efeito, uma teoria imperfeita, incompleta e, conseqüentemente, não generalizável, mas ela é uma teoria valiosa em vários pontos de seu funcionamento. Cito essa longa passagem em que D. Dennett dá uma definição bastante completa da psicologia popular, por conter um bom número de elementos que podem contribuir para minha reflexão quanto à teoria linguística:

[...] utilizamos a psicologia popular o tempo todo, para explicar ou predizer reciprocamente nossos comportamentos; atribuímo-nos reciprocamente crenças e desejos sem nos questionarmos, muito espontaneamente, e passamos um bom período de nossas vidas conscientes, formulando o mundo — assim como a nós mesmos — nesses termos. A psicologia popular é quase tão parte integrante de nossa segunda natureza quanto nossa física popular dos objetos de tamanho médio. Até que ponto essa psicologia popular é pertinente? Se nos concentramos nos pontos fracos, perceberemos que com frequência somos incapazes de dar sentido a porções particulares do comportamento humano (inclusive o nosso) em termos de crenças e de desejos, mesmo em retrospectiva; com frequência somos incapacitados de predizer o que uma pessoa fará ou em que momento ela agirá; com frequência não conseguimos encontrar recursos teóricos para ajustar os desacordos relativos a certas atribuições de desejos e de crenças. Se nos concentramos nos pontos positivos, descobrimos, em primeiro lugar, que há grandes setores em que essa teoria tem um poder de predição extremamente confiável; [...] Em segundo lugar, descobriremos que ela é uma teoria que tem um grande poder gerador e uma grande efetividade. [...] Em terceiro lugar, descobriremos que até mesmo as crianças mais jovens adquirem facilmente a teoria em algum momento, se não o adquirem, terão uma experiência muito limitada da atividade humana, a partir da qual podem induzir uma teoria. Em quarto lugar, descobriremos que todos podemos utilizar a psicologia popular praticamente sem nada sabermos de como funciona o interior dos cabeças das pessoas. (DENNETT, 1990 [1987], p. 67-68).

Transposta para a linguística *folk*, essa análise nos levaria ao seguinte enunciado: os dados da linguística *folk* são aceitáveis e integráveis à teoria linguística porque fornecem descrições perceptivas e organizacionais relevantes da linguagem, mas não podem servir de base para uma teoria geral da linguagem.

## A posição integracionista: os dados *folk* são dados linguísticos

Essa posição insiste sobre os saberes dos não-linguistas, saberes legítimos e reconhecíveis como tais. D. Preston e N. Niedzielski (1999, p. 10) o afirmam em sua síntese: “Se o povo fala sobre a linguagem, ele deve, claro, saber (ou pelo menos acreditar que sabe) sobre isso”. A teoria linguística é, então, considerada sob os ângulos de sua operacionalidade e de sua verdade prática, e não mais no âmbito de uma lógica científica. Essa é, também, a posição dos psicólogos sociais N. Llewellyn e A. Harrison (2006), em seus estudos sobre as percepções das formas languageiras e discursivas em documentos empresariais. Eles mostram que os participantes de uma enquete por eles realizada comprovaram uma competência linguística verdadeira no reconhecimento dos empregos do pronome *nous* (nós/nos), ou na identificação da transformação passiva e da nominalização. Acrescenta-se que essa competência pode significar economia da metalinguagem e até mesmo do aprendizado das expressões detectadas:

Nessa perspectiva, vale a pena enfatizar que categorias linguísticas sonoras formais, como as discutidas acima, descrevem características mundanas do uso cotidiano da língua. É perfeitamente possível que os indivíduos façam uso e identifiquem casos de “transformação passiva”, por exemplo, sem nunca terem ouvido falar do termo. (LLEWELYN; HARRISON, 2006, p. 580, tradução nossa)<sup>44</sup>.

Os autores compartilham, quanto a isso, a posição de Sylvain Auroux, que lembra, em seus trabalhos sobre a gramatização, que os saberes linguísticos não são necessariamente distintos daqueles que fornecem a consciência epilinguística:

[...] continuidade entre o epilinguístico e o metalinguístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza. Enquanto essas últimas romperam muito cedo com a percepção – desde a física galileana para se distanciar dela cada vez mais – este saber linguístico não rompeu senão esporadicamente com a consciência epilinguística. (AUROUX, 1992, p. 16).

O “realismo ingênuo”, por exemplo (ACHARD-BAYLE, 2008, p. 34), que consiste em atribuir às entidades concretas do mundo fronteiras mais ou menos discretas que fazem com que coincidam com os nomes que as designam, pode fazer saltar aos olhos um saber epilinguístico não consciente (“pau é pau, pedra é pedra”, diria, sem hesitar, minha vendedora de antiguidades),

44 N.T.: As citações em inglês feitas no artigo foram traduzidas no texto, mas mantidas conforme original em nota de rodapé. “[...] in this regard, it is worth making the point that formal sounding linguistic categories, such as those discussed above, describe mundane features of everyday language use. It is perfectly possible for individuals to deploy and identify instances of “passive transformation”, for example, without having heard of the term”.

mas, igualmente, uma posição semântico-filosófica científica e argumentada. A noção de epilinguístico é, sem dúvida, uma das chaves para se compreender como e por quê, ao exemplo da psicologia popular, a linguística *folk* “funciona”. Com efeito, a consciência epilinguística é uma instância que fornece dados linguísticos da ordem da percepção. Se, numa perspectiva empírica, a linguística faz jus às dimensões experiencial e cultural da linguagem, ou seja, se o objeto da linguística integra os usos da língua pelos sujeitos sociais e cognitivos, então os dados perceptivos da linguística *folk* podem ser levados em conta como dados linguísticos, pura e simplesmente.

## As intuições dos locutores são controláveis?

Se a linguística *folk*, como a *psicologia folk*, “funciona”, é por existir uma fonte de percepções, de juízos e de avaliações que pode fornecer resultados corretos; essa fonte é, em linguística, a intuição do dito “locutor ideal”, se tomamos a terminologia chomskiana; ou a consciência epilinguística, se escolhermos a designação do linguista francês Antoine Culioli<sup>45</sup>. Mas todos os locutores possuem a mesma intuição? Há diferença entre a intuição do locutor não-linguista e a do linguista? Não, responde o filósofo M. Devitt, que considera que as intuições dos linguistas são melhores que as dos linguistas *folk* porque as intuições não são, contrariamente a uma ideia em circulação, inatas, mas carregadas de teoria. M. Devitt (2006, p. 483) propõe, de fato, uma crítica bem robusta à intuição chomskiana e propõe uma teoria alternativa: “Essa teoria trata as intuições linguísticas como opiniões resultantes de investigação empírica ordinária, carregadas de teoria como todas as opiniões são”. Ele conclui com a impossibilidade de considerar essa intuição, que seria bem pouco carregada cientificamente de teoria, como fundação da linguística.

Vejo linguistas tendendo para duas perspectivas em seu tratamento dos juízos intuitivos dos falantes. Por um lado, a visão aceita é que os falantes representam a verdadeira teoria linguística de sua língua e derivam seus juízos intuitivos dessas representações. Então, esses juízos intuitivos, fazendo uso de termos retirados dessa teoria, deveriam ser os dados primários para a teoria do linguista. De outro lado, há o pensamento atraente de que todos os juízos que fazem uso desses termos são dotados de uma teoria linguística empírica. Onde os juízos são do falante comum, essa teoria será a linguística *folk*. Não é regra usarmos como dados primários, numa teoria, juízos populares carregados de teoria. A linguística não devia fazê-lo também. (DEVITT, 2006, p. 485, tradução nossa)<sup>46</sup>.

---

45 Em vários aspectos, essas duas noções (a de intuição do locutor e a de consciência epilinguística, uma de origem estadunidense e outra de origem francesa) se recobrem. Ambas designam, na verdade, uma competência não objetivada, não formulada e não formalizada dos locutores em relação às suas produções languageiras. O método de introspecção faz essa faculdade evoluir para a metalinguagem, seja espontânea, seja formal.

46 No original: “I see linguists as pulled two ways in their treatment of the intuitive judgments of speakers. On the one hand, the received view is that speakers represent the true linguistic theory of their language and derive their intuitive judgments from those representations. So, those intuitive judgments, deploying terms drawn from that theory, should be the primary data for the linguist’s theory. On the other hand, there is the attractive thought that all judgments deploying those terms are laden with an empirical linguistic theory. Where the judgments are those of the ordinary speaker, that theory will be folk linguistics. We do not generally take theory-laden folk judgments as primary data for a theory. So we should not do so in linguistics”.

Tal desconfiança quanto à noção de intuição do locutor ideal e à “contemplanção de seus próprios idioletos” pelos linguistas já era denunciada por William Labov no final dos anos 1960 (1976 [1972], p. 37). As intuições dos linguistas, com efeito, estão longe de serem melhores do que as populares:

O que aconteceria se um dado tipo de juízo de linguistas sobre a gramaticalidade fosse submetido a uma população de origem diversa? O estudo mais sistemático desse tipo foi levado a cabo por Spencer (1973). Ela testou 150 frases retiradas dos estudos sintáticos de Perlmutter, Carlotta Smith, Postal, Ross, Rosenbaum e R. Lakoff com 60 avaliadores: 20 estudantes diplomados em linguística, 20 outros estudantes diplomados e 20 pessoas da cidade do colégio secundário. [...]

Tendo em vista todos esses resultados, ficou claro que nenhum linguista é melhor ou pior que os outros nessa questão. [...]

Atualmente, nenhum resultado permite alimentar a esperança de que os juízos introspectivos dos linguistas sejam confiáveis, reproduzíveis ou generalizáveis em sua aplicação na linguagem da comunidade. É necessário, então, perguntarmos quais são as consequências desses fatos para as teorias linguísticas fundadas sobre tais juízos. (LABOV, 2001 [1975], p. 32-33).

As intuições dos linguistas não são creditáveis, não porque elas são cultivadas e preteorizadas — posição defendida por Devitt —, mas por razões epistemológicas. Segundo Labov (2001 [1975], p. 41), a linguística não deve repousar em intuições e evidências incontroladas:

[...] já que cada estudo conduzido até hoje em dia sobre os juízos intuitivos indica que encontra-se neles uma parte não descartável de efeito do experimentador, as intuições incontroladas dos linguistas devem ser consideradas com sérias dúvidas. Se essas intuições devem supostamente representar somente o idioleto do linguista, então o valor de suas análises repousa sobre fundações muito incertas. Deve-se submetê-los a outros estudos experimentais para que se possa testar a coerência de seus juízos [...].

Então devemos descartar os dados da intuição? Não, evidentemente, mas a linguística deve integrar sua relatividade, isso que Labov chama de “efeito do experimentador”, e aplicar certos princípios:

[...] a solução para o problema estabelecido anteriormente parece suficientemente clara. Devemos (1) reconhecer o efeito do experimentador e (2) voltar à noção original de trabalho sobre os casos evidentes. Poderíamos então fazer nosso trabalho repousar sobre três princípios operacionais que oferecem uma base suficientemente sólida para a exploração contínua dos juízos gramaticais: I. O princípio do consenso: se não há motivo para pensar o contrário, supõe-se que os juízos de um locutor nativo sejam característicos ao conjunto dos locutores da língua. II. O princípio do experimentador: se há qualquer um



em discordância quanto aos juízos introspectivos, os juízos daqueles que são familiares aos problemas teóricos não deveriam se manter como provas. III. O princípio dos casos evidentes: os juízos contestados deveriam ser reforçados pela presença de pelo menos um padrão coerente na comunidade de locutores ou ser abandonados [...]. É necessário ainda nomear um quarto princípio, o Princípio da validade:

IV. Princípio da validade: quando o uso da linguagem se mostra mais coerente que os juízos introspectivos, uma descrição válida da linguagem privilegiará o uso à introspecção. (LABOV, 2001 [1975], p. 45 e 52).

Esses quatro princípios – consenso, experimentador, casos evidentes e validade – levam a consequências sobre as práticas linguísticas (reduzir a relatividade e a não credibilidade dos dados extraídos da intuição, qualquer que seja o tipo de locutor), mas, igualmente, sobre a própria epistemologia da linguística: a meu ver, eles reforçam a ideia de um *continuum* entre as competências dos linguistas e dos não-linguistas, porque racionalizam os dados intuitivos.

### Quando os não-linguistas fabricam os objetos dos linguistas: o caso das atitudes linguísticas

Os saberes linguísticos *folk* constituem teorias sociais da linguagem: apoiando-se mais geralmente sobre as práticas languageiras, pelo viés de descrições, prescrições e intervenções, as teorias *folk* fornecem os organizadores sociais, que se constituem em corpo do saber social. Assim, a sociolinguística, como linguística social, as toma como objetos, ou mais exatamente como metaobjetos (ou seja, objetos que falam de objetos), chamando-as de *atitudes* ou *representações*.

As práticas languageiras são, com efeito, utilizadas pelos locutores profanos como um instrumento de descrição psicológica e social. Em sua introdução a um número do *Journal of Language and Social psychology*, dedicado às atitudes linguísticas, D. Preston e L. Milroy mostram que os locutores fazem uma correspondência entre aspectos psicológicos e aspectos languageiros.

Notadamente, muitos estudos mostraram uma tendência para avaliadores discriminarem entre, de um lado, dimensões de *status* como inteligência, ambição e confiança e, de outro lado, dimensões relacionadas à solidariedade, como atração social, amistosidade e generosidade. Falantes-padrão tenderam a ser mais bem-avaliados no primeiro conjunto de aspectos e mal-avaliados no último, e o contrário foi válido para o juízo de falantes não padrão (p. ex.: RYAN; GILES; SEBASTIAN, 1982, p. 9) (PRESTON; MILROY, 1999, p. 4-5, tradução nossa)<sup>47</sup>.

---

47 No original: “[...] notably, several studies showed a tendency for judges to discriminate between, on one hand, status dimensions such as intelligence, ambition, and confidence and, on the other, solidarity-related dimensions such as social attractiveness, friendliness, and generosity. Standard speakers have tended to be rated higher on the former set of traits and downgraded on the latter, the converse being true of judgments of non standard speakers (e.g., Ryan, Giles, & Sebastian, 1982, p. 9)”.

R. Van Bezooijen e C. Gooskens constatam o mesmo em seu estudo sobre a percepção da variedade em locutores holandeses:

Intraculturalmente (em ouvintes holandeses), bem como interculturalmente (em falantes britânicos, quenianos, mexicanos e japoneses), uma maneira de falar mais “animada” é fortemente associada com domínio, vontade, poder e autoconfiança. Como esperado, a pronúncia, que permite identificação dialetal, só desempenha um papel intraculturalmente. (VAN BEZOOIJEN; GOOSKENS, 1999, p. 31-32, tradução nossa)<sup>48</sup>.

Conhecemos os resultados do “método Lambert” (LAMBERT *et al.*, 1960) – com o desconhecimento dos sujeitos, locutores bilíngues registram versões de um mesmo texto em duas ou várias línguas ou variedades linguísticas, de modo a suprimir o viés da voz. Espera-se que os sujeitos, em seguida, avaliem o locutor com a ajuda de uma escala constituída de adjetivos autonímicos (o locutor é simpático x antipático, confiável x suspeito, dócil x violento etc.). Esse método permite que surjam resultados bem confiáveis: por exemplo, um dos estudos realizados segundo esse protocolo mostra que os homens anglófonos percebem as mulheres mais favoravelmente se elas falam francês; a essas, os homens anglófonos produzem uma boa imagem, já que elas têm a visão desses falantes de inglês melhor do que a dos falantes de outras línguas.

As percepções não científicas, carregadas de representações e de produções imaginárias, constituem assim verdadeiras teorias espontâneas da classificação sócio-psicológica.

## Considerações finais: os não-linguistas como linguistas preciosos

Quis mostrar, neste capítulo, que as informações geradas em práticas disciplinares *folk* são plenamente integráveis à análise linguística. A linguística *folk* possui, com efeito, uma validade de ordem prática e representacional, e deve, por isso, ser considerada pela linguística científica como uma reserva de dados que nenhum linguista profissional consegue reunir com o auxílio dos métodos ditos “científicos”.

A enorme variedade das posições discursivas *folk*, das práticas correspondentes e dos dados assim recolhidos, assim como a fragilidade científica de um bom número de observações científicas (geradas de posições subjetivas, frequentemente idioletais) deve, sem dúvidas, provocar que o objeto da linguística seja repensado. É quase irracional – se pensamos junto com Pierre Bourdieu e também com Sylvain Auroux: “a historicização do sujeito da historicização” (BOURDIEU, 2001) é uma necessidade epistemológica – que se continue a definir o objeto da linguística como Saussure o fez em 1916. Tal objeto foi profundamente afetado pelos saberes epilinguísticos, metalinguísticos e metadiscursivos de que foi alvo, e os saberes *folk* fazem parte dele. Parece-me necessário, então, propor uma descrição renovada, convincente e, sobretudo, cientificamente eficaz do objeto da linguística, adotando uma posição

48 No original: “[...] intraculturally (by Dutch listeners), as well as cross-culturally (by British, Kenyan, Mexican, and Japanese listeners), a « lively » manner of speaking is strongly associated with dominance, will, power, and self-confidence. As expected, pronunciation, allowing dialect identification, only played a role intraculturally.”.

antieliminativa, que integre a escala dos saberes linguísticos (do saber científico mais “duro” ao saber *folk* mais “suave”).

Escolher o integracionismo significa ficar com o e, em vez do *ou*: o linguista e a vendedora, o escritor e o especialista de programa de TV, o glossomaniaco e o militante político. O que não significa de maneira alguma integrar-se ao anticientificismo ou ao negacionismo.

# AS NORMAS PERCEPTIVAS DA LINGUÍSTICA POPULAR<sup>49</sup>

A questão abordada neste capítulo é a das normas perceptivas mobilizadas por falantes comuns em suas práticas linguísticas. Falo precisamente de práticas linguísticas e não de práticas languageiras, o que designo um campo bem identificado nos Estados Unidos, a linguística *folk*, e, em menor medida, na Alemanha (*Volklinguistik*), menos ainda no domínio francófono, no qual muitos designadores, com referentes um tanto vagos, coexistem para designar esse conjunto de discursos não especializados sobre as formas e padrões da linguagem e do discurso: linguística popular, espontânea, profana, selvagem, não erudita.

Minha interrogação não diz respeito à dimensão prescritiva *versus* descritiva das normas assim produzidas, mas concerne ao valor das percepções na elaboração de um discurso linguístico popular e, portanto, à validade das teorias populares em relação às teorias acadêmicas. Isso supõe, como veremos, sair desse último binarismo (popular vs. científico) para pensar o coeficiente de cientificidade de um discurso de modo escalar: que Madame Vauquer se equivoca ao corrigir Sylvie é uma evidência, cuja lembrança limitaria a reflexão a uma perspectiva bastante pobre, e me parece preferível pensar nas coisas em termos funcionais (função desta observação no âmbito do discurso linguístico espontâneo?), perceptivos (por que perceber *patronminette* como correto em relação a *patron-jacquette*<sup>50</sup>?) e sociais (que benefício social podemos derivar dessa atitude corretiva?). Esses são os ângulos que nos permitem examinar os modos de validade das teorias populares sobre a língua, pois integram as dimensões linguística, perceptiva e social ao dispositivo de observação. Portanto, afastamos da perspectiva externa implícita na oposição descrição vs. prescrição para adotar uma perspectiva interna na qual o sujeito do discurso é também o sujeito da ciência.

Após ter descrito a situação da linguística popular nos Estados Unidos no campo mais amplo das ciências *folk* e feito algumas observações sobre a “linguística popular” na França, vou propor dois exemplos, a semântica espontânea do nome próprio e a sociolinguística popular das classes dominantes. Eles servirão como um mini-laboratório para delinear uma resposta provisória à questão da validade teórica da linguística popular.

## 1. O domínio “*folk*”: uma questão americana?

As disciplinas com a etiqueta *folk* são científica e institucionalmente reconhecidas nos Estados Unidos e designam um verdadeiro paradigma científico, ao contrário da França, onde equivalentes instáveis de *folk* sinalizam, frequentemente, abordagens desvalorizadas.

---

49 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. Les normes perceptives de la linguistique populaire, *Langage et société* 121, «Les normes pratiques», mars, Paris, Éditions de la MSH, 2007, p. 93-109. Tradução de Érika de Moraes (UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, *campus* de Bauru e PPGEL IBILCE-UNESP, S. J. do Rio Preto).

50 N.T. Referência, respectivamente, à forma formal e à coloquial/popular de uma mesma expressão francesa, cujo significado remete a “muito cedo, pela manhã/madrugada” (“ao cantar do galo”).

## 1.1. Disciplinas Folk

Na década de 1950, um grupo de jovens etnólogos de Yale propôs o termo *etnociência* para designar uma nova etnologia que se baseia no estudo metódico do conhecimento popular ou da ciência popular. Esse último termo surge, portanto, no contexto da criação de um novo objeto constituído pelas classificações naturais e espontâneas dos atores (BARRAU, 1993). O elemento *folk* estará, como é importante lembrar, no mesmo período que assistiu ao nascimento das ciências cognitivas, associado a outras disciplinas, em particular no âmbito da filosofia: interrogando sobre crenças, a filosofia da mente contribui de fato para desenhar o que pode parecer a principal disciplina *folk*, a psicologia *folk*. A partir da década de 1960, discutem-se duas grandes concepções da mente, uma correspondendo à “imagem manifesta” do mundo e outra à “imagem científica” (SELLARS, 1993 [1963]). Apesar de suas diferenças, filósofos como D. Dennett, J. Searle, D. Davidson ou mesmo J. Fodor consideram que a psicologia popular, com base em nossas crenças, desejos e no conjunto de nossos estados mentais, é necessária à teoria da mente. A análise de P. Churchland é particularmente interessante para o meu propósito aqui: ele considera que a psicologia popular é de fato uma teoria, mas que é falsa. Voltarei a essa posição chamada eliminativista a propósito da validade da linguística popular.

Há, portanto, um domínio de debate muito importante, muito abastecido e, atualmente, muito fértil em pesquisas e avanços científicos<sup>51</sup>.

## 1.2. Folk linguística: atitudes e avaliações

Os primeiros a falarem de linguística *folk* ainda são os filósofos, a propósito do estatuto da linguística em relação à psicologia, no quadro do debate sobre o chomskismo. Para M. Devitt e K. Sterelny, por exemplo, a linguística popular é uma “teoria ou opinião popular, ou ainda primitiva: a sabedoria linguística de todos os tempos” (DEVITT; STERELNY, 1989, p. 503).

De fato, o campo da linguística *folk* foi explicitamente aberto sob essa etiqueta, na década de 1960, por HM Høenigswald (1966) que reivindica a consideração dos saberes espontâneos na constituição de qualquer ciência, não tendo seus propósitos ouvidos à época. Podemos dizer, no entanto, que o campo é explorado implicitamente por W. Labov a partir de seu trabalho de 1966, *The Social Stratification of English in New York City*, e então mais ou menos desenvolvido no trabalho que ele irá suscitar nos campos da dialetologia social. Mas, como explica I. Kauhanen, desde W. Labov, todo o interesse dos sociolinguistas se concentrou nas comunidades de fala e não nas normas, estas últimas tendo sido, sobretudo, estudadas com o viés da legitimidade escrita, sem que o vernáculo possa evitar ser definido a partir do padrão (KAUHANEN, 2006). Será preciso esperar o trabalho de N. Niedzielski e D. Preston, publicado em 2000, *Folk linguistics*, para que o vernáculo fosse apreendido por meio das percepções, avaliações e atitudes dos locutores, segundo uma abordagem etnográfica, possibilitando

---

<sup>51</sup> À psicologia popular foram acrescentadas mais recentemente a biologia popular (sobre as classificações espontâneas), a física popular (sobre as explicações espontâneas dos fenômenos físicos) e, a mais recente de que temos conhecimento, a neuropsicologia popular, definida como o conjunto de análises populares do funcionamento da mente, inspiradas pelos avanços das neurociências.

neutralizar os vieses do padrão devido a preconceitos de pesquisadores e pesquisados. A linguística *folk* assim desenhada provém de trabalhos anteriores de autores e outros linguistas, no cruzamento da sociolinguística e da psicologia social, que incorporam a maneira pela qual crenças e expectativas socialmente construídas informam a percepção que os locutores têm dos usos da língua.

O conteúdo da obra de Niedzielski e Preston fornece uma síntese bem completa da linguística *folk* americana atual. Os autores especificam o uso de *folk*: “Usamos *folk* para nos referirmos àqueles que não são profissionais formados na área em investigação [...]. Definitivamente, não usamos *folk* para referir a grupos ou indivíduos rústicos, ignorantes, incultos, atrasados, primitivos, minoritários, isolados, marginalizados ou de estatutos supostamente inferiores” (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2000, p. viii). Eles utilizarão então o termo não-linguistas ao longo da obra para designar aqueles que possuem conhecimento popular da língua. Uma de suas teses principais é que o estudo do conhecimento popular é uma tarefa para a linguística, seja de uma perspectiva puramente linguística ou mais amplamente social, e é realmente essa tarefa que eles enfrentam em seu trabalho, que traz elementos de análise e reflexão para diversos campos da pesquisa linguística americana: etnografia da linguagem, psicologia social da linguagem, linguística geral e descritiva, variacionismo e linguística aplicada. É compreensível, portanto, que, ao menos no campo americano, a linguística *folk* constitua tanto um campo de investigação quanto um desafio importante para as ciências da linguagem.

No domínio germânico, onde o *Volklinguistik*, também derivado da linguística *folk* americana (BREKLE, 1989), constitui um campo de investigação relativamente desenvolvido, os trabalhos centram-se na dialectologia, em particular na imagem da “linguagem imprópria” associada a variantes regionais<sup>52</sup>.

## 2. Linguística popular: abordagens francesas

### 2.1. Popular ou comum?

No domínio francês, os trabalhos que se autoproclamam “linguísticas populares” são quase inexistentes, como especifica J.-C. Beacco, que, aliás, evita deliberadamente esta expressão no título do número de *Langages* que dirige sobre o tema, optando por representações metalinguísticas comuns, expressão que desloca um pouco a abordagem perceptiva americana (BEACCO, 2004). Popular está, sobretudo, estabilizado na França na etimologia popular, sem dúvida porque a expressão nomeia mais um tipo de conhecimento do que uma percepção ou uma atitude, e que corresponde a fenômenos linguísticos descritíveis (metanálise, lexicalização, nivelamento analógico). Mas a “linguística popular” e as abordagens que dela podem ser tiradas não percorrem os corredores do conhecimento na França: além do artigo de H. Brekle em *História das ideias linguísticas*, dirigido por S. Aurox, e o trabalho recente de J.-C. Beacco, encontramos uma variante da noção em P. Bourdieu (2001, p. 137), que já em 1983 clama

<sup>52</sup> Ver, por exemplo, Langer (2001) e os trabalhos de W. Davies e o projeto “A história e o estado atual da ‘linguagem imprópria’ como um conceito na linguística popular alemã”, disponível em: [//eis.bris.ac.uk/gexnl/research/ahrb.html](http://eis.bris.ac.uk/gexnl/research/ahrb.html).

por uma “ciência rigorosa da sociolinguística espontânea”. O campo está presente na obra de L. Rosier, na necessidade de levar em conta o discurso purista (uma forma de linguística popular) nos trabalhos sobre os padrões da língua e a circulação dos discursos (2003, 2004), bem como no estudo da linguística espontânea de juristas no tratamento da penalização da fala (2006). De minha parte, proponho integrar a linguística popular no ensino da língua (2005), como na renovação das teorias do discurso, uma “análise *folk* do discurso” me parece particularmente desejável em uma concepção de discurso levando em conta dados cognitivos e perceptivos (2006).

Isso não quer dizer, evidentemente, que a questão do conhecimento linguístico espontâneo seja ignorada na França, mas é tratada de acordo com outras orientações. Vimos que o discurso espontâneo sobre a língua, às vezes, é abordado sob a etiqueta *comum*, sem que esse exame leve à constituição de um campo científico constituído (“linguística ordinária”? ). Sendo o termo ordinário amplamente mobilizado por sintagmas como *francês ordinário*, *trocas comuns* ou *discursos ordinários*, a problemática do ordinário se confunde frequentemente com a da vida cotidiana, no sentido etnometodológico. Ao considerar uma breve visão geral dos domínios franceses, podemos sugerir, com a redução e a simplicidade de qualquer panorama, que existem dois campos que levam em consideração as questões relativas à linguística popular (dada a amplitude desses campos, as referências são apenas indicativas):

- o domínio do “meta”, quer se trate da linguística do sistema (J. Rey-Debove, que distingue entre “metalinguagem corrente” e “científica”), da teoria da enunciação e da reformulação (J. Authier e os elementos metaenunciativos, C. Julia e a “semântica espontânea”) ou didática da língua (J.-C. Beacco, R. Bouchard, J. David, A. Trévisse);

- o conjunto de trabalhos que, em sociolinguística (J.-C. Beacco define a linguística popular como um ramo da sociolinguística), ocupa-se das normas e representações (A. Berrendonner, H. Boyer, F. Gadet, que falam de “locutores nativos”, N. Gueunier, A.-M. Houdebine, J.-M. Klinkenberg, D. Lafontaine), às vezes sob a etiqueta de “atitudes linguísticas” no quadro da psicologia social da linguagem.

Todos esses trabalhos têm em comum o fato de se apoiarem nos conhecimentos linguísticos espontâneos dos locutores, cuja existência reconhecem plenamente. Mas deixam em aberto a questão dos lugares desse saber, o que esconde um paradoxo: se a linguística popular não existe como campo científico na França, mas ela produz um conhecimento presente e disponível aos pesquisadores, então onde ela se situa?

## 2.2. Os recursos do “espírito francês”: a linguística social

É em grande parte e é, sem dúvida, uma especificidade francesa que explica sua ausência no campo científico, em um conjunto tão vasto quanto antigo de discursos sobre a língua provenientes de ensaístas sociais (P. Daninos, P. Jullian), humoristas (A. Allais, P. Dac), escritores (Proust, Balzac, Queneau), jornalistas (P. Merle, P. Vandell), colunistas (J. Cellard, P. Georges), observadores modernos (J. Capelovici, A. Schifres) e autores de manuais de etiqueta e guias de correspondência (Baronne Staffe, Liselotte, B. Bernage, N. de Rothschild, O. Cechman),

um conjunto completo de escritores que mantiveram por vários séculos uma tradição que eu clamo por falta de um melhor “espírito francês”, constituindo um grande *corpus* de linguística *folk*.

Vou me concentrar aqui em um deles, que me parece ter produzido a sociolinguística espontânea mais completa e refinada, P. Daninos (1913-2005). Ele é um jornalista e escritor universalmente conhecido pelos *Cadernos do Major Thompson* (1954), dos quais, sem dúvida, havia um exemplar em todos os lares franceses dos anos 1950 e 1960. Conservador sem ser reacionário, amante da língua sem ser purista, observador e promotor dos costumes burgueses sem se afastar inteiramente da distância irônica e de certo senso do trágico, P. Daninos é um bom representante dessa literatura do espírito francês, um pouco elitista, um pouco sexista, um pouco ufanista, mas bastante divertida, muito difundida e lida na sociedade francesa do pós-guerra e dos gloriosos Anos Trinta. Nas cerca de quarenta obras que produziu, algumas atribuem particular importância aos fatos linguísticos: além dos *Cadernos*, mencionarei *Sonia, les autres et moi* (os outros e eu) (1952), *Vacances à tous prix* (Férias a todo preço) (1958), *Le jacassin, novo tratado de ideias recebidas, loucuras burguesas e automatismos* (1962), *Esnobíssimo ou O desejo de parecer* (1964), *O pijama* (1972) e *Made in France* (1977). Cada uma dessas obras constitui, por um lado, uma espécie de banco de dados linguageiros com uma dimensão social que se assemelha muito a uma declaração de um linguista profissional e, por outro lado, uma teoria espontânea, fundada na percepção dos “modos de falar” do francês, relacionados ao seu ambiente social. Para ilustrar, aqui estão alguns títulos dos capítulos:

- O Francês como se fala (Cadernos...)
- Pequeno léxico e receitas de férias (Vacances...)
- Vocabulário político (Le jacassin)
- Esnobismo na linguagem cotidiana e de diversas profissões (Snobissimo)
- Mártires da ortografia burguesa (Made in France)

E, para finalizar este trecho de Sonia, *les autres et moi* (os outros e eu), no final do capítulo intitulado “Eles”, que oferece uma interessante análise em linguística *folk* do emprego dêitico do pronome como instância coletiva:

Quem são *eles*? Todo mundo, sem dúvida, e ninguém. Com os alemães, foram os alemães e seus asseclas. Com nossos libertadores, foram os libertadores. Mas conosco, somos nós. O dicionário de francês básico deveria indicar para *eles*:

“Hidra social contra a qual o indivíduo médio parte cada dia em rebelião falada; designa simultaneamente franceses e estrangeiros, empregadores e trabalhadores, o presidente e os conselheiros, as autoridades fiscais, os açougueiros, a Segurança Social, o Estado, enfim, todo o universo, exceto o orador”. (THOMPSON, 1952, p. 105; itálico do autor).



### 2.3. Práticas linguísticas folk

Uma vez identificados os lugares do conhecimento linguístico popular, resta, antes de examinar duas amostras, propor uma definição a título heurístico e hipotético.

Eu a vejo, por ora, como um arcabouço teórico e metodológico para unificar um conjunto de práticas linguísticas seculares baseadas em uma concepção perceptiva da norma, que produz três tipos de discurso sobre a língua (eu adapto os dois primeiros de Brekle, 1989 e proponho aqui um terceiro):

- descrições linguísticas e (pré)teorizações das regras de funcionamento da língua fortemente informadas por percepções (veredictos do tipo “não é francês” ou julgamentos de adequação entre nomes e coisas);

- prescrições concernentes aos usos, muitas vezes decorrentes de um normativismo muscular que vai até o purismo (condenação de empréstimos, de neologismos, escárnio da feminização etc.);

- intervenções espontâneas na língua, na maioria das vezes regularizantes (emocionar e ir *no* cabeleireiro, apesar *que* etc.), esses famosos “erros” sobre os quais D. Leeman (1994) se pergunta se realmente existem (para uma apresentação detalhada desta tipologia ver Paveau, 2005).

Para recapitular, a linguística popular se constituiria de três tipos de práticas seculares com uma dimensão perceptiva: descrições, prescrições, intervenções.

## 3. Semântica secular e sociolinguística popular

Apresento aqui dois exemplos de linguística popular, o primeiro concernente ao significado do nome próprio e o segundo ao próprio linguístico das classes dominantes.

### 3.1. O nome próprio, designador flexível

Quando P. Siblot propôs, em 1987, os primeiros delineamentos teóricos da “significância” do nome próprio, a partir das análises de Weinreich (“a hipersemânticidade” do nome próprio) ou de Barthes (sua “espessura semântica”), ele se opôs de forma inovadora em linguística ao paradigma dominante do assemantismo do nome próprio considerado como um designador rígido. Os pesquisadores que admitem as propriedades semânticas do nome próprio constituíram então o que chamo de paradigma do designador flexível a partir de variadas proposições terminológicas e teóricas: “halos positivos e negativos” (M. Wilmet), “evocações simbólicas” (P. Charaudeau), “heterorreferencialidade” e “omnisignificado” (G. Cislaru). Mas esse tipo de abordagem há muito se estabilizou no discurso linguístico secular, em particular entre os escritores, mas também entre os autores dessa tradição do espírito francês descrito acima. Sabemos, por exemplo, que, para Proust, os significados plurais do nome próprio são uma evidência, tomando emprestados os canais da memória voluntária e a metáfora da cor. É o que testemunham numerosas passagens do *Côté de Guermantes*, que se relacionam com as práticas linguísticas seculares:

E o nome de Guermantes na época é também como um daqueles pequenos balões nos quais se prendem oxigênio ou outro gás: quando consigo estourá-lo, ao soltar o que ele contém, respiro o ar de Combray daquele ano, daquele dia, misturado com um cheiro a espinheiro agitado pelo vento da esquina da praça [...]. Mas mesmo fora dos raros minutos como estes, nos quais bruscamente sentimos a entidade original estremecer e retomar sua forma e sua perseguição dentro das sílabas mortas de hoje, se neste redemoinho vertiginoso da vida cotidiana, onde eles têm apenas um uso inteiramente prático, os nomes perderam toda a cor como um sinal prismático [...], por outro lado, quando, em devaneio, refletimos, procuramos voltar ao passado, desacelerar, suspender o movimento perpétuo no qual estamos envolvidos, pouco a pouco vemos reaparecer, justapostos, mas inteiramente distintos um dos outros, os tons que o curso de nossa existência nos apresenta sucessivamente com um mesmo nome. (PROUST, 1954 [1920], p. 13).

O nome próprio é considerado aqui como um reservatório de sentido, que pode ser ativado de acordo com os contextos espaciais e temporais, intimamente dependentes da percepção, memória e atividade cognitiva do sujeito. Ele possui uma dimensão cognitivo-discursiva, constituindo um verdadeiro “nome de memória” cujo significado precisa ser analisado em um contexto ampliado à história, à cultura e ao ambiente material. Em uma abordagem cognitivo-discursiva, diremos que é um pré-discurso, isto é, um quadro pré-discursivo coletivo que contribui para a elaboração do discurso ao ativar um conjunto de conhecimentos, crenças e práticas (esta abordagem do nome próprio é desenvolvida em Paveau, 2006). É esse tipo de análise que encontramos em P. Daninos:

E se aquele agente duplo [Mata Hari] fosse de pouca envergadura? Seu apelido permanecerá inscrito na história: ela termina mal, mas soa bem. Quem sabe o que teria acontecido com ela sob seu nome verdadeiro de Gertrude Zelle? Talvez rentista em Monte-Carlo, inscrita na Seguridade Social para a qual os espões contribuem assim como os outros. [...] No domínio dos nomes próprios, a seleção se opera [...] com crueldade. Existem alguns – Richelieu, Voltaire, La Fayette – que resistem a todos os empregos: cédulas, telefone, galerias. Outros esmagados pelo metrô: quantas pessoas a quem foi dito cem vezes “Desça em Barbès” morrem sem jamais ter voltado ao passado deste político? Alguns nomes, como Chardon-Lagache, não dizem mais nada. Outros, como Père-Lachaise, não dizem nada de valor. (DANINOS, 1972, p. 82).

O nome próprio é descrito como um categorizador de tipo social (coeficiente de prestígio do antropônimo) e cultural (conservação dos valores históricos e literários de certos nomes). Ele propõe uma folha de memorial que pode ser ativada de diferentes maneiras conforme percepções dos usuários: enquanto Richelieu mantém sua dimensão histórica, Père-Lachaise passou por uma mudança semântica restritiva.

### 3.2. Uma sociolinguística popular: a fala das classes dominantes

Quer se trate de história, sociologia ou linguística, poucas ciências humanas se ocuparam até agora das “classes dominantes”, que M. Pinçon e M. Pinçon-Charlot explicam por ausência de contratos propostos pelo Estado, as escolhas posturais dos sociólogos que evitam enfrentar uma dissimetria social em seu prejuízo e o clima político e intelectual pós-1968 (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2005 [1997]). Seja como for, é patente que os trabalhos publicados em linguística no campo da variação social são majoritariamente consagrados ao francês popular, com ou sem esse rótulo, sem que um “(grande) falante burguês” ou um “francês aristocrático” não seja considerado (também são possíveis, outra questão). Acontece, porém, que a sociolinguística popular que aqui me interessa trata amplamente dessa questão sob diferentes etiquetas (língua burguesa, fala esnobe, linguagem mundana, boa fala), por meio da figura recorrente de Marie-Chantal, que representa para a fala das classes dominantes o que Françoise de Proust é para o francês popular. Marie-Chantal adquiriu suas marcas linguageiras como as joias de família, por herança familiar. Esta é a análise que Proust faz a propósito de Albertine:

Não que Albertine já não tivesse, quando estive em Balbec, um lote muito variado dessas expressões que revelam de imediato que se vem de família abastada e que ano após ano uma mãe abandona sua filha do mesmo modo que outra lhe dá, na medida em que cresce, em circunstâncias importantes, suas próprias joias. (PROUST, 1954 [1920], p. 64).

A literatura popular cita em seu lazer essas expressões “muito variadas”, que o historiador É. Mension-Rigau chama de “expressões de intimidade” e que, muitas vezes, se relacionam com a vida social e relações interpessoais. Alguns exemplos dessas palavras de classe analisadas no interior de uma sociolinguística popular:

1. M. de Chaudenay escreve em seu glossário que “um membro do Jockey Club digno desse nome não tem mamãe, nem papai, nem filho, nem família, nem carro, nem castelo, nem hotel. Ele não come, não toma aperitivos, não vai a espetáculo nem a reuniões festivas”. E é verdade que o pobre homem, mesmo sendo dono de Chambord, será reduzido pelo bom tom de dizer-lhe *Venha jantar em casa*. Você tem que ser o último dos arrivistas para falar de um castelo ou o Diretório para dizer H.P. (nota: abreviatura para hotel privado) (DANINOS, 1964, p. 87).
2. De Neuilly a Passy, não “se come”, se almoça ou janta (VANDEL, 1993, p. 152).
3. Fui ensinado que não comemos. Almoçamos, lanchamos ou jantamos (homem, 1934). [...] Nós não andamos a cavalo, nós montamos. Um dia eu disse: desisti. Aprendi a expressão no internato. Meu avô me disse: isso não se diz. Dizemos: vomitamos, mas não desistimos (homem, 1934) (MENSION-RIGAU, 1994, p. 201 e 209).

É difícil desenvolver as análises por falta de espaço (encontraremos desdobramentos adicionais em Paveau e Rosier, 2007), mas é preciso notar que esse tipo de descrição lexicológica

está integrado em um sistema perceptivo mais amplo, como indica É. Mension-Rigau (1994, p. 209):

Para designar essas expressões, rejeitadas por serem utilizadas por classes sociais que não pertencem à mesma esfera ou ao mesmo mundo, os respondentes utilizam todo um conjunto de qualificativos: dizem que são muito comuns, muito vulgar, muito ordinário, comum como pão de cevada [arroz de festa no português], muito corriqueiro, do povo, de gente pequena, de todo mundo, de garçom, cabeleireiro, fornecedor ou porteiro [...]

Encontramos, portanto, nesses discursos linguísticos *folk* um *corpus* e teorias espontâneas baseadas na maneira como os usuários recebem-percebem os valores sociais do léxico.

## 4. A questão da validade das teorias populares

A questão mais interessante colocada pela linguística *folk*, a de sua validade<sup>53</sup>, tem sido objeto de pouco trabalho, exceto pelas reflexões dos americanos sobre filosofia da mente e filosofia da ciência. É um problema difícil, sem dúvida porque a doxa da falsidade dos conhecimentos populares está fortemente ancorada, na França em particular, onde se fala muito rapidamente em “pseudociência”, mas ainda mais porque a utilização que a linguística faz da noção de intuição não é esclarecida.

### 4.1. Verdade científica ou aproximada?

As teorias populares são verdadeiras ou falsas? Existem, para ser breve, três respostas possíveis:

- As teorias populares são falsas;

O materialismo eliminativista à moda de P. Churchland, como vimos, responde: são totalmente falsas, aliás, serão substituídas por demonstrações sem apelo resultantes das neurociências; esta posição é também a do filósofo S. Laurence (2003), que considera que as teorias correntes em qualquer ciência são frequentemente falsas e que o fato de a linguística ser recente a torna ainda mais vulnerável.

- As teorias populares são falsas, mas sua existência é necessária;

O “realismo suave” de D. Dennett, por exemplo (1990 [1987]), responderia de maneira mais matizada: os resultados científicos são falsos porque os *qualia* (experiências conscientes) são falsos, mas o vocabulário “*folk*” é perfeitamente operacional e mesmo necessário para a relação do homem com a linguagem; em outras palavras, as percepções espontâneas são organizadores (padrões) necessários. A linguística popular seria então admissível como uma descrição perceptiva e organizadora da linguagem, mas não como uma teoria da linguagem.

- As teorias populares são verdadeiras, mas os “não-linguistas” possuem saberes sobre as línguas;

---

<sup>53</sup> No capítulo anterior, realizamos uma discussão mais detalhada sobre a validade das teorias *folk*.

D. Preston e N. Niedzielski (1999, p. 10) colocam desta forma: “Se o povo fala sobre linguagem, eles devem, é claro, saber (ou pelo menos acreditar que sabem) sobre ela”. Passamos a uma concepção prática e não mais lógica da verdade: há um conhecimento linguístico que independe de suas propriedades científicas e esse conhecimento tem um tipo de operacionalidade. Esta é a posição de N. Llewellyn e A. Harrison, que estudam o modo como um grupo de falantes percebe formas de língua e de discurso em documentos corporativos.

Em um nível básico, o presente capítulo, mesmo que brevemente, mostrou que as competências linguísticas *folk* dos participantes se estendem muito longe. Os participantes demonstraram habilidade de distinguir entre usos inclusivos e exclusivos da primeira pessoa do plural, transformação passiva, nominalização; eles foram capazes de criticar o uso de abstrações como sujeitos de verbos, identificar possíveis instâncias da segunda pessoa disfarçada e assim por diante (PAVEAU, 2006).

Essa resposta se fundamenta em uma abordagem anti-chomskyana da cognição, na qual a linguística explica as dimensões experiencial e cultural da linguagem. Em outras palavras: se o objeto da linguística permanece, apesar de todos os desenvolvimentos, a língua por ela mesma, então a linguística popular tem poucas chances; se o objeto da linguística se estende aos usos da linguagem por sujeitos sociais e cognitivos, então o conhecimento popular, qualquer que seja seu *status* epistêmico, entra por pleno direito na teoria, o que mostra, ao que parece, as duas “teorias” populares apresentadas acima.

#### 4.2. Intuição, percepção, verdade

Pode-se pensar que, em última análise, todas as teorias linguísticas são populares, uma vez que se baseiem na intuição dos locutores. Mas de que intuição se trata exatamente? A intuição dos linguistas, amplamente informada pela teoria (conhecemos a piada de que apenas um informante chomskyano pode admitir teorias chomskyanas), não é a mesma que a dos locutores comuns. Esta é a posição defendida por Devitt em sua crítica anti-representacionista, que, aliás, fornece um meio de tratar a verdade das teorias populares:

As intuições de falantes comuns podem parecer mais presentes do que realmente são, porque os linguistas consideram suas próprias intuições representativas. Sem dúvida, muitas vezes são representativas. E onde não são, seriam se o falante comum tivesse a vantagem de uma educação em linguística. (DEVITT, 2006, p. 496).

Vemos como a questão da verdade se desloca para a da percepção: se as informações dadas pela intuição são verdadeiras porque são informadas pela teoria, então é de uma verdade relativa que se trata, e podemos igualmente falar de verdade por intuições “falsas”, que são verdadeiras em relação aos quadros não teóricos dos indivíduos. Esses quadros são os da sociedade, da cultura, e isso é o que mostra, por exemplo, o trabalho de N. Niedzielski sobre a natureza social da percepção das variáveis sociolinguísticas (1999).

## Conclusão

Abordar a questão da linguística *folk* envolveu deslocar a abordagem habitualmente binária da norma (descritiva *versus* prescritiva) para propor um terceiro termo: a percepção. A “verdade” da linguística popular deve, de fato, ser pensada em termos perceptivos, metadiscursivos e não lógicos, o que também implica substituir outra oposição binária, científica *versus* popular, um contínuo que leva em consideração os dois objetos examinados<sup>54</sup> e o coeficiente de informação social e cultural dos conhecimentos produzidos. Esses últimos são justificáveis para um estudo específico em linguística, não como uma cartilha ingênua sobre a qual fundar a ciência, mas como uma possível versão da teoria da linguagem: Daninos e Labov, Proust e Weinreich.

---

54 N. Llewellyn e A. Harrison (2006) mostram, por exemplo, que falantes comuns têm conhecimento linguístico preciso sobre pronomes e neologismos, mas são menos confiantes quanto a problemas complexos das práticas textuais.

# O FALAR DAS CLASSES DOMINANTES: LINGUÍSTICA POPULAR E DIALETOLOGIA PERCEPTIVA<sup>55</sup>

A questão das identidades languageiras e discursivas é crucial para uma ciência da linguagem considerar a realidade das trocas sociais e os contextos da vida em sociedade. É o próprio sistema das relações sociais que é estruturado quando as identidades são postas em causa, nos dois sentidos do termo: lançadas na arena das trocas, mas também com base nas imagens de si e do outro, elaboradas por si mesmo e pelo outro. Os locutores adaptam os modos de falar ao mesmo tempo em que produzem análises espontâneas; elaborando e administrando simultaneamente suas imagens languageiras. Sujeitos de observação para os linguistas (especializados), eles são propriamente linguistas no quadro de uma linguística popular.

Nesse capítulo, me proponho investigar as identidades languageiras de classe<sup>56</sup>, isto é, os modos que os locutores têm de mostrar o seu pertencimento a determinada classe e sua posição nas relações sociais. Desejo examinar particularmente a hipótese de um falar das classes dominantes<sup>57</sup>, estudo até então ausente nos trabalhos sociolinguísticos franceses e que propõe questões históricas, epistemológicas e empíricas pertinentes à linguística social.

Descreverei inicialmente o estatuto da noção de classe social na sociolinguística francesa e anglo-saxã, bem como a assimetria que existe entre os objetos frequentemente escolhidos pelas ciências sociais (classe trabalhadora, povo, excluídos e, em menor grau, as classes médias) e os pertencimentos reais ou imaginários dos indivíduos (em que se encontram igualmente as classes dominantes, as elites, as burguesias). Examinarei na sequência as formas e a validade dos resultados da linguística *folk* (há uma sociolinguística espontânea e antiga e muito desenvolvida na França sobre o falar das elites e dos bairros nobres), mostrarei que os conceitos e os métodos da dialetologia perceptual norte-americana são particularmente pertinentes para dar conta desse objeto. Terminarei o texto propondo uma primeira descrição linguística *folk* do falar das classes dominantes, insistindo sobre alguns de seus traços característicos (pronúncia, léxico e pragmática).

## 1. A apreensão linguística das categorias sociais

As categorias mobilizadas pelas linguísticas atentas ao humano e ao social não são imanentes, mas diretamente informadas pela história das ciências e das ideologias. Isso é particularmente verdadeiro para a categoria “classe social”.

---

55 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. Le parler des classes dominantes, objet linguistiquement incorrect ? Dialectologie perceptive et linguistique populaire. *Études de linguistique appliquée*, p. 137-156, 2008. Tradução de Roberto Leiser Baronas (UFSCar) e Julia Lourenço Costa (UFSCar/FAPESP).

56 Escolhi a acepção mais marxista do termo: falo das classes, “da luta de classes” e das “relações sociais de produção” conforme explicarei a seguir em 1.

57 No momento, a designação tem apenas valor heurístico.

## 1.1. À procura da classe perdida

Não falamos mais (em absoluto?) de classe social, especialmente em linguística, como antes. Tanto o termo como a noção parecem ter desaparecido... do discurso dos sociólogos, como mostra R. Pfefferkorn em um trabalho de 2007, que reintegra o “jargão” marxista *relação social*.

Em linguística francesa, e mais particularmente em sociolinguística, o termo *classe* é substituído por *posição* e por *rede*. Em *La variation sociale en français* (2003), Françoise Gadet emprega “locutores favorecidos” e “desfavorecidos” (p. 9), a metáfora da escala (o “alto e o baixo dos degraus da escala social”, p. 10 e 68) ou o termo *posição* em “posição social favorecida”, por exemplo (p. 16). Ela sublinha mais à frente (no capítulo IV) que a classe (trabalhadora, média e superior), como ferramenta de análise, é muito formal e redutora e explica que a sociolinguística explora a noção de rede para melhor dar conta das diferentes articulações das relações sociais em nível global e local, tomando como exemplo a “rede operária” tal como é analisada por L. Milroy (1980). O capítulo IV é, inclusive, intitulado “O diastrático”, termo técnico perfeitamente naturalizado em linguística, mas denotativo, quase cirúrgico, que busca apagar as dimensões conflituosas e/ou políticas presentes na palavra *classe*.

Todavia, no decorrer deste mesmo capítulo IV, o termo *classe social* reaparece quase naturalmente: o quadro que recapitula os usos sociais do *não* da negação apresenta a trilogia *classe operária*, *classe média* e *classe superior*, sendo a “classe social” apresentada como um critério igual ao de idade ou sexo e o autor menciona, sem comentário específico, “a estratificação em classes sociais” (GADET, 2003, p. 68).

Podemos, portanto, sustentar que tanto a leitura de F. Gadet quanto a L. Milroy, bem como a de outros autores sobre a noção de classe, sustentada na noção de relação social, não apresenta diferença expressiva em relação à de rede. Classe operária, rede operária? Se nos reportamos às análises de R. Pfefferkorn, que estima que a noção de classe foi paradoxalmente escamoteada pelos sociólogos franceses e britânicos nos anos 1970 e 1980 do século passado (paradoxalmente, porque a virada liberal fortaleceu sobretudo as classes dominantes), compreendemos que há outros elementos nesse desaparecimento e que é, sem dúvida, por serem noções marxistas e não porque são imprecisas, que as abordagens em termos de classe e relação social foram progressivamente descartadas.

Alain Rey não hesita em falar de classe em 1972 (encontramos o enunciado “o pertencimento de classe dos locutores” em seu artigo publicado na revista *Langue Française*, no número dedicado à norma, p. 14) e F. François emprega ainda o termo em 1983, propondo, além disso, uma descrição fina das relações da linguagem segundo os pertencimentos de classe:

Em primeiro lugar, é certo que a divisão em classes sociais é acompanhada de uma divisão entre aqueles que, mais numerosos, agem no tema sobretudo com gestos e aqueles que, menos numerosos, agem sobre os homens principalmente falando. Ainda que as coisas sejam um pouco mais complicadas, se o técnico em eletrônica ou o



cirurgião não são “falantes puros”, são as “classes médias” que, desse ponto de vista, se tornam a maioria. Fica ainda mais claro se considerarmos a escrita: são poucos os homens para os quais escrever é a ocupação principal. (FRANÇOIS, 1983, p. 11).

Sabemos, evidentemente, que P. Bourdieu jamais ocultou essa dimensão, em particular nos seus trabalhos consagrados à linguagem, como nos mostra, por exemplo, o *Ce que parler veut dire* (1982)<sup>58</sup> e o artigo *Vous avez dit populaire?* (1983)<sup>59</sup> que usa abundantemente a terminologia do conflito e da hierarquização (*dominantes, dominados, restrição, oposição, hierarquia*, etc.)<sup>60</sup>. No entanto, é também verdadeiro que, até recentemente, os estudos sociológicos e sociolinguísticos *main stream*, ou tradicionais, evitam a todo custo a noção de *classe*, que, todavia, começa a reaparecer com força na cena intelectual a partir dos anos 2000 (numerosas obras e várias edições de revistas são consagradas às desigualdades sociais e a um questionamento renovado do aparelho teórico marxista – consultar, por exemplo, a primeira parte da obra de R. Pfefferkorn). O bom senso nos diz que, a partir do momento que a sociedade não aparece como um todo socialmente pacificado, é mais pertinente usar ferramentas de análises classistas.

Nos Estados Unidos e mais tipicamente no mundo anglo-saxão, não parece que seja produtivo semelhante tipo de apagamento, ainda que a sociologia tenha passado pelas mesmas evoluções. A obra de B. Bernstein, *Class, Codes and Control*, publicada em 1971, favoreceu durante uma quinzena de anos pesquisas emolduradas pela categoria de classe (o termo e a noção de *class* no mundo anglo-saxão não coincidem exatamente com o conceito de classe social no contexto francês). Categorias como a comunidade ou grupo (étnico, social, cultural, sexual, geracional, etc.), ou a noção de “*social network*” introduzida rapidamente por Milroy (1980), que poderia ser uma alternativa à noção de classe, não a apagou. L. Milroy, por exemplo, trabalha ao mesmo tempo com os termos *social network* e *class*. Os termos *dialeto de classe* ou *dialeto social de classe* são empregados na sociolinguística americana, mesmo não sendo uma categoria de primeiro plano, enquanto em francês é mais usado *socioleto* ou *dialeto social*, noções mais amplas, não conformadas ao social propriamente dito, pois elas recobrem, por exemplo, os falares comunitários (a língua das cidades ou dos jovens), etnogeográficos (os dialetos crioulos, por exemplo) ou geográficos (os dialetos regionais).

## 1.2. Um socioleto mais elevado?

Chamemos de classe, redes ou grupos esses conjuntos de indivíduos, interligados pelos modos de ser e de falar, pelas invariantes na representação de si, nos sentimentos de pertencimento e nos comportamentos econômicos, são estudados de modo desigual pelas ciências sociais e, em particular, pela (sócio)linguística. Se os trabalhos são numerosos tanto na França quanto na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, sobre a classe operária ou rede operária ou classe popular ou meios desfavorecidos ou povo ou *classe trabalhadora*, etc. (a

58 N.T. BOURDIEU, P. *O que falar quer dizer*. e economia das trocas simbólicas. Tradução de Vanda Anastácio. São Paulo: Editora Difel, 1998.

59 N.T. BOURDIEU, P. Você disse popular? Tradução de Denise Barbara Catani. *Revista Brasileira de Educação*, n. 1, p. 16-26, 1996.

60 O questionamento da categoria de *popular* para caracterizar um socioleto ou das maneiras de falar parece assim participar do esfacelamento da noção de classe em linguística. Para uma análise detalhada, consultar F. Gadet (2002) e Abecassis (2003).

terminologia é vasta<sup>61</sup>), os estudos sobre as classes dominantes ou “favorecidas” (burguesia, grande burguesia e aristocracia) são singularmente raros, se não inexistentes.

Na França, esses trabalhos são raríssimos<sup>62</sup>. Pierre Bourdieu tem conduzido desde 1963 as pesquisas de campo sobre “as classes superiores” francesas (1979, p. 588), cujos resultados são apresentados em *La distinction* em 1979<sup>63</sup>. Ele isola alguns marcadores de classe sem, todavia, propor uma análise linguística. Os sociólogos M. Pinçon-Charlot e M. Charlot trabalham há quase vinte anos sobre as elites francesas e adquiriram por isso uma notoriedade fora da universidade sobre essa questão, que eles não teriam conhecido quando estudavam essas questões nos anos 1970<sup>64</sup> (por exemplo 1989, 1996, 1997 e sua última obra *Les ghettos du Gotha*, publicada em 2007). Eles abordam poucos aspectos languageiros, mas destacam, por exemplo, a matriz discursiva de suas investigações. Mais recentemente, o historiador É. Mension-Rigau publicou o livro *Aristocrates e grand-bourgeois* (1994), até então único estudo sobre as classes dominantes francesas contemporâneas, que o coloca em um lugar significativo sobre as maneiras de falar, sobretudo porque os entrevistados comumente abordam eles próprios, como veremos mais adiante neste texto. Na Bélgica, há uma obra da socióloga V. D’Alkemade, intitulada *La haute*, publicada em 2004.

Do lado da linguística, encontramos o estudo de O. Mettas, publicado em 1979, sobre a pronúncia parisiense, *La prononciation parisienne: aspects phoniques d’un sociolecte parisien (du faubourg Saint-Germain à la Murette)*. Como anuncia o título, o trabalho analisa o socioleto da aristocracia e da alta burguesia por meio de uma amostra de 39 locutoras. A análise proposta por Mettas se concentra sobre a dimensão fonética (a “pronúncia refinada”), mas termina em uma ampliação da análise de outros níveis linguísticos, que defende a existência de um falar social específico. Podemos também escutar uma amostra do sotaque do “socioleto da alta burguesia”, na gravação de uma atriz que interpreta “uma pessoa esnobe da aristocracia”<sup>65</sup> na obra *Les accents des français*, livro-cassete, publicado em 1983 e transferido para a internet<sup>66</sup>. Esse material propõe uma lista de características fônicas específicas. Os trabalhos recentes que desenvolvi, ainda programáticos sobre o falar das classes dominantes, tentam cercear esse objeto, explicando a sua ausência tanto no campo da sociolinguística quanto no das ciências sociais, favorecendo uma abordagem que considere nos dados linguísticos as percepções e as representações espontâneas dos locutores (PAVEAU, 2008; PAVEAU; ROSIER, 2008, capítulo 8: “*Styles sociaux: classes, classements, déclassements*”<sup>67</sup>).

---

61 A lista seria longa e tediosa, para uma bibliografia ver Gadet (1992, 2003); Calvet, Mathieu (2003); Petitjean, Privat (2007) e Paveau, Rosier (2008).

62 Refiro-me aos trabalhos sobre as elites enquanto elites e não aos estudos sobre a alta função pública, diplomática ou mesmo os bispos, que existem na história, por exemplo, e que dizem respeito a profissões ou posições de poder institucional.

63 N.T. BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EdUSP, 2007.

64 O **Diário de investigação** deles contém comentários tão interessantes que discorrem sobre a ácida recepção desses trabalhos pelos seus colegas, prova de que se necessário os objetos científicos possuem uma forte dimensão ideológica e institucional (1996).

65 A assimilação entre a alta burguesia e a aristocracia, que faria qualquer aristocrata se assustar e alguns historiadores franzir a testa, parece atestar a estranheza dessa categoria social para os autores da pesquisa.

66 N.T. Disponível em: <http://accentsdefrance.free.fr/>. Acesso em: 17 out. 2020.

67 N.T. In: PAVEAU, M.-A.; ROSIER, L. **La langue française: passions et polémiques**. Paris: Éditions Vuibert, 2008.

A sociolinguística popular, em contrapartida, dispõe de muitos pequenos tratados espontâneos ou observações rápidas, geralmente humorísticas ou irônicas sobre o falar das classes dominantes, por parte de observadores externos e também por membros da aristocracia, da grande burguesia ou dos “bons meios sociais”. Esse *corpus* é constituído de ensaios para o público em geral sobre o que denomino “o espírito francês” (P. Daninos, P. Jullian, J. Chazot), correspondendo a uma vasto material que abrange guias de correspondência e de boas maneiras, esquetes humorísticas (S. Joly, C. de Turkheim, F. Foresti), artigos de revista sobre os meios sociais com interpretações dos tiques comportamentais do “bobo”<sup>68</sup>, do “beauf”<sup>69</sup>, do “aristo”<sup>70</sup> ou do “plouc”<sup>71</sup>, de dicionários de “crítica irônica” (expressão criada por L. Rosier) como o *Dico français-français* de P. Vandiel (1992) ou o seu ancestral *Le Jacassin* de P. Daninos (1962) ou ainda as obras de sociologia “suave” como *Nous, les bourgeois* de V. Hanotel e M.-L. de Léotard (1991) ou o *Guide du squatteur mondain* de J.-F. Duhauvelle (1994). Detalharei mais à frente neste texto os dados linguísticos apresentados nesses materiais, todavia é importante fazer uma primeira constatação sobre essa questão: existe uma assimetria notável entre os estudos linguísticos “científicos” (raríssimos) e o grande número de apreciações *folk* linguísticas sobre o falar das elites sociais. Essa constatação está na origem do questionamento teórico e epistemológico que discute a validade da linguística popular e as contribuições da dialetologia perceptiva para a linguística científica.

## 2. Linguística perceptiva, linguística popular (*folk* linguística)

Nos anos 1970, A. Rey (1972, p. 16) e outros pesquisadores reivindicaram o que chamo de uma “linguística dos valores”, isto é, um “estudo sistemático das atitudes metalinguísticas [...] que poderia constituir uma ciência social, relacionada às teorias dos valores (teoria do direito, da moral objetiva, etc.)”. “Enquanto os trabalhos de sócio e de etnolinguística no que se refere às variedades de uso, às normas objetivas, são atualmente muito numerosos [...], os estudos relativos à apreciação subjetiva dos usos são raros e mais frequentes em inglês”, constata Rey no mesmo artigo (1972, p. 15). Mais de trinta anos depois, o que aconteceu? Os campos norte-americanos da *dialetologia social*, da *dialetologia perceptiva*, da *folk linguistics*, colaboraram voluntariamente com a *psicologia social* e têm amplamente explorado as atitudes linguísticas, as percepções, as avaliações, os julgamentos de valores, etc. Parece se tratar de uma linguística dos valores.

68 N.T. Abreviação de *bourgeois bohemian* ou burguês boêmio.

69 N.T. “A personagem do ‘beauf’ – abreviação de *beau frère*/cunhado – nasceu no pós-maio de 68 do lápis de Cabu, cartunista do Hara-Kiri e do Charlie Hebdo. “Ele era o dono do bistrô com o pastor alemão, o bigode e a camiseta”, explica o sociólogo Paul Yonnet, autor de *Travail, Loisir* (Gallimard). Havia, portanto, uma rejeição do modo de vida e hábitos da classe trabalhadora, da qual não mais se poderia esperar a regeneração da sociedade”. Disponível em: [https://www.lexpress.fr/informations/les-nouveaux-beaufs\\_636908.html](https://www.lexpress.fr/informations/les-nouveaux-beaufs_636908.html). Acesso em: 17 out. 2020.

70 N.T. “Aristo (*substantivo masculino*) 1. (*pejorativo*) pessoa que pertence a uma classe de nascimento privilegiada e que possui títulos e cargos hereditários. 2. (*pejorativo*) aristocrata”. Disponível em: <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/aristo/fr-fr/>. Acesso em: 17 out. 2020.

71 N.T. “Que tem a aparência desajeitada de um camponês em sua melhor roupa de domingo, que ignora os costumes”, comumente relacionado à região francesa *Bretagne*. Poderia ser traduzido como *caipira*, em português. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/plouc/61755>. Acesso em: 17 out. 2020.

Na França, os dados metalinguísticos são estudados, mas mais frequentemente segundo abordagens “objetivas” (por exemplo, as glosas metagráficas no campo da aquisição, as não-coincidências do dizer na enunciação e no discurso. Para uma observação em detalhe a esse respeito, consultar a introdução de Achard-Bayle e Paveau, na revista *Pratiques* 139/140<sup>72</sup>). A questão do “imaginário linguístico” é evidente nos trabalhos de A.-M. Houdebine e Sônia Branca, mas os dados propriamente perceptivos não são escolhidos como tais para um trabalho em linguística. Há algumas exceções, como o estudo conduzido por A. Meillet, V. Lucci e J. Billiez, publicado em 1990 com o título *Orthographe mon amour* (Grenoble: PUG), que é, no meu entendimento, um raro e autêntico trabalho no contexto francês de dialetologia perceptiva e de *folk* linguística, sem que as categorias desse campo sejam efetivamente nominadas. Minha hipótese é que uma *folk* linguística amplamente articulada sobre uma dialetologia perceptiva pode realizar o projeto esboçado por A. Rey de uma linguística dos valores. Para sustentar essa hipótese, examino a validade da *folk* linguística e o estatuto da percepção na análise linguística.

## 2.1 O problema da validade das disciplinas “folk”: abordagem eliminativa versus integracionista

Como outras disciplinas “folk” (*psicologia folk*, *biologia folk* e, mais recentemente, as *neurociências folk*), a *folk* linguística parece por natureza desprovida de qualquer validade científica. Se de fato a ciência se constrói sob a objetividade, então as avaliações subjetivas e os dados perceptivos da linguística espontânea dos não-linguistas só podem ser constituídos de erros refutáveis ou ficções linguísticas. Para passar rapidamente pela questão<sup>73</sup>, e tomando de empréstimo da filosofia do espírito os termos de seu debate sobre os estados mentais, existe, do ponto de vista da linguística espontânea, uma posição “eliminativista”, que contesta as realidades construídas por essa linguística ou que reconhece essa última como uma teoria, mas falsa. Essa é a posição geralmente adotada pelos linguistas ao se defrontarem com as opiniões do senso comum sobre a língua (a língua reflete o mundo, os burgueses possuem uma linguagem mais rica do que os trabalhadores, a subordinação é um índice de elaboração do pensamento superior ao independente, a gramática da língua oral é passiva de erros, etc.). Essa é uma maneira binária de colocar as coisas: linguística científica *versus folk* linguística.

Todavia, existe igualmente uma posição que chamarei de “integracionista”, uma vez que ela prefere integrar os dados avaliativos e perceptivos da *folk* linguística aos da linguística científica: ela postula que as análises dos não-linguistas não estão muito longe daquelas dos linguistas, ou podem às vezes forjá-las (os inúmeros trabalhos norte-americanos em dialetologia social mostram que os locutores percebem as variedades sociodialetais de maneira diferente que os linguistas profissionais, o que coloca o problema da natureza do objeto), que as avaliações subjetivas constituem um filtro representacional essencial para compreender o funcionamento da comunicação e os dados *folk* constituem o ponto de partida do trabalho

72 N.T. Linguística popular - a linguística “fora do templo”: Definição, geografia e dimensões. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4257>.

73 Sobre esta questão da validade dos dados da *folk* linguística, consultar Niedzielski (1999); Preston e Niedzielski (2000); Paveau (2007); Achard-Bayle e Paveau (2008).

do linguista científico, bem como seu histórico cognitivo<sup>74</sup>. Trata-se de uma posição escalar: entre dois polos extremos da linguística científica e da *folk* linguística existe um *continuum*, no qual as categorias estão em contato e as análises podem ser mais ou menos científicas ou mais ou menos espontâneas. Essa posição é defendida pelos fundadores e praticantes da *folk linguistics* nos Estados Unidos (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2000), vindos geralmente da *dialetologia social* (PRESTON, 1989; WOLFRAM, 1991), as duas correntes sendo derivadas do labovismo em sua primeira forma (LABOV, 1966). Essa posição integracionista é a que defendo neste texto. O integracionismo não foi desenvolvido na França, onde, como já dissemos, a reflexão sobre a “questão *folk*” praticamente não existe em linguística.

Essa reflexão implica que examinemos o estatuto da percepção e dos dados perceptivos em linguística, o que naturalmente nos obriga a olhar de perto para a espinhosa noção de intuição dos locutores.

## 2.2 O estatuto linguístico da percepção e a questão da intuição

Os primeiros trabalhos de W. Labov nos anos 1960 sobre os falares nova-iorquinos estavam fundamentados no método dos *testes de reação subjetiva*, de onde derivam os protocolos das entrevistas colocados em prática a partir dos anos 1990 em *dialetologia social* e em *folk linguística*. A questão da subjetividade é, então, à época, plenamente de direito e totalmente integrada na construção da ciência “objetiva” no campo da sociolinguística norte-americana.

### 2.2.1 Percepção e variação

Os diferentes campos teóricos e metodológicos do variacionismo norte-americano verdadeiramente instalaram a noção de percepção no seu dispositivo teórico e metodológico e não apresentam nenhum receio em dialogar com disciplinas fora do campo da linguística, como a psicologia social, por exemplo. Desse modo, a *dialetologia social* e seu componente perceptivo (*dialetologia perceptiva*) tem mostrado que os julgamentos avaliativos dos locutores, os estereótipos que participam de suas representações, em particular no domínio do oral (*percepção da fala*), isto é, o conjunto das atitudes linguísticas, influenciam a percepção das próprias formas da linguagem na sua dimensão mais física (*senal físico*). Dessa maneira, Nancy Niedzielski defende a ideia que os sujeitos usam informações sociais variadas para identificar os dialetos sociais no seu componente fonético. As informações visuais, como o movimento dos lábios, as “informações de voz”, o gênero feminino ou masculino ou as *informações de segundo plano do dialeto* contribuem para a identificação das variedades:

Pesquisas em ambos os campos da sociolinguística e da psicologia social sugeriram que os estereótipos sobre os grupos sociais dos quais os falantes são membros (ou acreditam que são membros) têm uma influência na forma como as suas variedades linguísticas são percebidas [...] O objetivo do estudo apresentado foi determinar em que medida os ouvintes usam informações sociais sobre um falante na construção do espaço fonológico desse falante. (NIEDZIELSKI, 1999, p. 62-63).

74 No campo da filosofia da linguagem, sobre a questão semântica, é a posição defendida por F. Recanati em *Literal Meaning* (RECANATI, 2004): contra o “literalismo”, ele defende um “contextualismo” que leva em consideração as “restrições psicológicas populares”.

J. Edwards (1999, p. 102) a partir da psicologia social formula de maneira mais geral:

A variação encontrada nos estudos de avaliação da fala reflete as percepções sociais dos falantes de determinadas variedades e não tem nada a acrescentar sobre quaisquer qualidades intrínsecas – lógicas ou estéticas – da própria linguagem ou dialeto. Assim, ouvir determinada variedade é geralmente considerado um gatilho ou estímulo, que evoca atitudes (ou preconceitos, ou estereótipos) sobre a comunidade de fala considerada.

Compreendemos, por conseguinte, que é a questão da apreensão do objeto que se coloca de maneira crucial, sendo os linguistas, tanto quanto os outros, sujeitos perceptivos: de que língua eles falam então, quais variedades são identificadas e, sobretudo, como são identificadas? Na perspectiva norte-americana, há certamente um lugar atribuído à subjetividade nas elaborações científicas, que comumente são compreendidas como elaborações objetivas. Na França e nos estudos francófonos, as coerções objetivistas são ainda mais fortes e essa questão da percepção e, mais amplamente da subjetividade, é pouco abordada, especialmente no que concerne à sua dimensão social. Alguns linguistas nos anos 1970 se preocuparam com essa questão, como A. Rey (1972, p. 8):

[...] a recusa em considerar o uso de modo diferente que como objeto físico observável e analisável, alheio a qualquer julgamento (da verdade, do valor, etc.), facilmente leva a uma confusão oposta à cometida por Vaugelas: a teoria (sistema de regras, de leis, constituída como modelo de regras objetivas) é então considerada como intervencionismo disfarçado e, qualquer reconhecimento de uma norma social, como defesa do normativismo, o que não tem sentido [...]

Todavia, não parece que as respostas foram dadas por trabalhos fortes que integrem a dimensão subjetiva. Essa distinção entre uso-objeto e uso-valor orienta, de fato, profundamente os trabalhos franceses que, tanto em linguística como em outras áreas, são fortemente enquadrados pelos requisitos disciplinares: fazer linguística com algo diferente do linguístico, explicar o social com algo diferente do social, não é ainda uma postura acadêmica habitual e bem admitida na França. A distinção objeto *versus* valores realmente cruza a oposição entre linguística e extralinguística ou como chama F. Gadet a oposição entre interno e externo: “Será que apenas o interno explica o interno ou, ainda, será que correlacionar a fatores mensuráveis ou não, de natureza não-linguística (pelo menos enquanto a linguagem for reconhecida como puramente linguística), pode questionar o fundamento da variação, *explicá-lo?*” pergunta-se Gadet em um artigo/balanço sobre a sociolinguística na França (2008, p. 4, itálico da autora). Essa é sem dúvida uma das razões pelas quais os trabalhos franceses ou francófonos sobre as percepções e as atitudes são pouco numerosos e, além disso, concentrados sobre domínios muito particulares: as imagens da língua em contexto de aprendizagem (por exemplo, Fontaine, 1983, Ledegen, 2000) e em contexto interlinguístico (por exemplo, Apothéloz, Bysaeth, 1981, Atienza (org.), 2006). O domínio das marcas sociais dificilmente é representado, o que é talvez um efeito perverso de uma concepção desatada da sociolinguística, defendida, por exemplo, por F. Gadet, em nome de uma “dialinguística”, permitindo

[...] representar a linguagem sem fechá-la na alternativa de formalização *versus* exuberância variacional, com o objetivo de moldar um objeto reconhecido como conjunto muito complexo de invariância e de variação, que se manifesta na forma do diverso, do heterogêneo, do impreciso, do híbrido, do emergente (mas também persistente ao longo do tempo). (GADET, 2008, p. 5).

A “dialinguística” se pretende realmente aberta, buscando substituir uma sociolinguística reduzida ao social. E então o social é menos considerado. No entanto, ele constitui uma dimensão incontestável e, como outros tipos de variação, sua apreensão dificilmente parece possível sem considerar os exteriores da língua e dos usos, inclusive as percepções e os valores.

O lugar restrito atribuído à noção de percepção nos trabalhos sobre a variação social no contexto francês está sem dúvida relacionado com o enfraquecimento das reflexões engajadas sobre a noção de intuição (do locutor nativo) ou do sentimento linguístico.

### 2.2.2 Percepção e intuição

A noção de intuição, diretamente relacionada com a de percepção, mas sem a recobrir, é raramente objeto de questionamento e funciona como um implícito ratificado pela comunidade dos linguistas. Na França, a noção é geralmente justificada e mobilizada em particular na sintaxe, ou ainda na semântica, assim como o seu antônimo adjetival *contra-intuitivo*. No entanto, tal noção é raramente descrita como operador ou ferramenta conceitual para as ciências da linguagem. O *Glossaire bibliographique des sciences du langage* de F. Gobert, sintomaticamente, apresenta apenas uma entrada para *Intuição* (um artigo de Jean Dubois sobre a gramática gerativa na língua francesa em 1969), uma segunda entrada intitulada *Intuição (do locutor nativo)* é apresentada pela definição compilada e didática feita por M. Yaguello em seu *Catalogue des idées reçues sur la langue*, em 1988. O dicionário de linguística de Jean Dubois *et al.*, publicado pela Larousse em 2001, define da mesma maneira e em poucas linhas intuição e sentimento linguístico como a capacidade dos sujeitos de formular julgamentos de aceitabilidade e de gramaticalidade. As entradas estão ausentes no *Dictionnaire des sciences du langage*<sup>75</sup>, de F. Neveu, publicado pela A. Colin em 2003. Jacqueline Authier e A. Meunier sublinham desde 1972 “a pobreza dos conhecimentos linguísticos atuais nesse domínio [da intuição e do sentimento linguístico]” (p. 53).

O filósofo M. Devitt propõe análises esclarecedoras sobre essa noção, que fornecem argumentos em favor da integração de saberes, descrita anteriormente neste texto. O autor explica que a definição corrente de intuição, tal como é proposta pela gramática chomskyana (a Tese Representacional), que pode ser vantajosamente substituída por uma teoria alternativa: “Esta teoria trata as intuições linguísticas como opiniões resultantes de investigação empírica comum, consideradas pela teoria da maneira como todas essas opiniões são” (DEVITT, 2006, p. 485). Quando a intuição do locutor nativo é definida como um conjunto de opiniões, é isso que provoca uma mudança de terreno, especialmente se, continua M. Devitt, elas embasam a

75 N.T. NEVEU, F. *Dicionário das ciências da linguagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

intuição do próprio linguista: “Embora as intuições discutidas provavelmente estejam certas, as intuições nas quais a linguística deveria confiar são aquelas dos próprios linguistas, pois esses últimos são os mais experientes” (p. 494). Em última instância, as intuições frequentemente mobilizadas pelos linguistas são as suas próprias intuições, cujo aspecto espontâneo e ingênuo não é garantido, uma vez que estes profissionais são muito conscientes da teoria linguística:

As intuições de falantes comuns podem parecer mais presentes do que realmente são, visto que os linguistas consideram as suas próprias intuições como representativas. Sem dúvida elas muito frequentemente são representativas. E onde não são, seriam se o orador comum tivesse a vantagem de uma educação em linguística. (DEVITT, 2006, p. 496).

A intuição pode ser compreendida como um conjunto de atitudes? Poderíamos concordar com essa proposição, e isso nos levaria a repensar a natureza do objeto da linguística: um objeto certamente subjetivo, a língua, constituída por variantes de si mesma, essas variantes não sendo identificadas da mesma maneira pelos locutores. Estamos longe do fantasma científico do objeto homogêneo ideal, nem mesmo heurístico, e as rígidas distinções habituais: interno *versus* externo, linguística *versus* extralinguística, percepção *versus* objetivação e linguistas *versus* não-linguistas se dissolvem, sendo muito mais coerente pensarmos em termos de *continuum*.

### 2.3 Quem são os não-linguistas?

Dessa perspectiva, se coloca a delicada questão da identificação dos “*não-linguistas*” como D. Preston os designa. Quem são esses sujeitos? Pode-se colocar num mesmo plano, no que se refere ao conhecimento da língua, um escritor e um esportista? Sim e não: aqui minha resposta será mais escalar que binária. Em vez de opor de maneira idealista os linguistas aos não-linguistas, me parece mais adequado colocar um *continuum* com esses dois polos extremos: de um lado o linguista profissional, isto é, o especialista em ciências da linguagem enquanto disciplina científica e, de outro, o locutor comum, cuja cultura e práticas sociais não incluem conhecimentos específicos sobre a língua. Entre os dois, a massa de não-linguistas às vezes mais próxima dos saberes científicos (escritores, corretores, professores, acadêmicos de outras disciplinas como os historiadores, os sociólogos citados anteriormente, alguns jornalistas), às vezes longe desses mesmos saberes, adotando atitudes metalinguísticas menos conscientes linguisticamente que os anteriores (humoristas, observadores da vida social, alguns jornalistas, locutores comuns). Para complicar as coisas, o linguista profissional também pode produzir comentários espontâneos que *não* dependem de sua atividade profissional, podendo ser também um não-linguista. Essa é uma questão de posição discursiva e não de ontologia.

Chamaremos, pois, de *não-linguista* o locutor que produz discursos metalinguísticos sem se fundamentar na linguística científica. Isso não significa que seja desprovido de saberes culturais: Proust é um *não-linguista* da mesma maneira que D. Debboze, mas suas análises *folk* linguísticas de falares sociais não advém dos mesmos quadros culturais e de saberes. Um ensaísta como P. Daninos, por exemplo, é um *não-linguista* que tangencia a linguística,



mencionando diversos trabalhos em ciências da linguagem (sobre o francês fundamental, por exemplo). Nesse sentido, a categoria do não-linguista é definida de maneira mais prototípica do que componencial e não se confunde com categorias próximas, tais como, “orador erudito” ou “culto”.

Abordo na sequência os dados perceptivos que permitem postular a categoria do falar das classes dominantes.

### 3. Classes sociais e identidades languageiras

Não está em questão aqui (re)proponer um paralelo redutor entre falar e classe social, as variações de estilo dos locutores de acordo com as situações sociais e suas posições nas relações estão no escopo do trabalho. Em vez disso, trata-se de perguntar se os repertórios estilísticos e discursivos dos locutores não estão *sustentados por algumas* constantes estáveis que seriam diretamente ligadas à classe social, entendida como um conjunto de comportamentos, de valores e de maneiras de ser, que produzem pertencimento, e até mesmo atribuição social.

#### 3.1 Um socioleto impensado: o falar das classes dominantes

Uma lista de locutores proposta por A. Rey para exemplificar os usos não padrão nos mostra, já em 1972, que a marcação foi concebida essencialmente como fazendo parte das classes populares ou do meio operário:

*Je ne vais pas au docteur, je vais pas au docteur*<sup>76</sup>, e, com outro material lexical, *j’vais à l’pêq “à la pêche”*<sup>77</sup> que poderíamos ficar tentados a descartar como agramaticais, são compatíveis com os usos sociais do francês: eles devem, portanto, pertencer ao sistema de língua, senão sua gramática não produziria todas as frases julgadas aceitáveis pelos “falantes nativos” (a menos que você admita que o trabalhador de Calais, o entregador de jornais normando ou a lojista de Toulouse são menos “nativos” do que o professor, digamos, parisiense, e não tem o direito de contribuir para a constituição do “falante ideal”). (REY, 1972, p. 13).

A questão da marcação da classe dos falantes não pode ser colocada fora da língua culta, inclusive F. Gadet lembra que ela é definida de forma negativa, por exclusão das formas vernaculares, sem mencionar um eventual falar das classes dominantes (2003, p. 80). Françoise Gadet também fornece uma lista de exemplos ilustrando “o alto e o baixo na escada social”, incluindo quatro dados relacionados ao uso dos subjuntivos e das inversões: “Não há nome para os exemplos de 13 a 16, explica a pesquisadora, talvez isso se dê por conta do implícito, a saber o “bom francês”, ou mesmo para alguns, só francês” (2003, p. 10). No entanto, na lista, o enunciado 14 (*eu não gostaria que você me culpasse por esse erro*) me parece bem mais

76 N.T. Em português, os dois enunciados são traduzidos da mesma maneira: *Eu não vou ao médico*. Optamos por manter o exemplo em francês, pois somente em língua francesa a diferença entre os dois enunciados fica evidente. A primeira frase está mais de acordo com a norma padrão de formação da negação em francês, enquanto na segunda há supressão do *ne*, que juntamente com o *pas* formam a negação.

77 N.T. Algo como a variação *pescá* para o verbo “*pescar*” na norma padrão do português.

marcado do que os outros (o 15, por exemplo: *nosso colaborador, ele já deu um passo nesse sentido?*)<sup>78</sup>. Marcado ou mais exatamente estigmatizado, uma vez que produz o efeito de ridicularização típica dos enunciados ditos “esnobes”.

Nancy Niedzielski (1999, p. 82) retoma uma interessante hipótese formulada por W. Wolfram: “Uma quarta hipótese é baseada em uma proposta, na qual Wolfram (1991) avança. O pesquisador sugere que quaisquer variantes de linguagem, que não sejam estigmatizadas, sejam consideradas padrão”. Acontece que o falar das classes dominantes é amplamente estigmatizado, em um *corpus folk* descrito anteriormente e também no humor francês: para mim, Marie-Chantal e Anne-Sophie de la Coquille (personagem da humorista F. Foresti) não falam um francês padrão. D. de Villepin e J. D’Ormesson também não.

No entanto, como abordar essa marcação “do melhor”? A partir do quadro integracionista proposto anteriormente e também com base nos métodos da dialetologia perceptiva, escolho abordar as entradas avaliativas e perceptivas.

### 3.3.1. Avaliações linguísticas externas: do estereótipo à caricatura

Designo como avaliações linguísticas externas as avaliações de locutores sem sentimento ou discurso de pertencimento às classes dominantes, que estigmatizam um falar considerado como pertencente à alta burguesia, à aristocracia, da “alta sociedade”, etc., independentemente do vocabulário adotado. Poderia ser uma avaliação espontânea num discurso de entrevista, por exemplo, aquela feita por J.-M. Marconot (1990, p. 69) em um bairro de classe média<sup>79</sup> em *Nîmes*: “[...] um ou talvez dois que devem falar assim na – na burguesia, certamente [...] sim eu conheço uma mulher que fala [...] ela usa expressões que você acreditaria serem de Lagarde e Michard, do século XVI”.

Encontramos igualmente construções ficcionais humorísticas cujo diálogo a seguir é um bom exemplo:

- Apresento-lhe a senhora minha condessa! tropeja o Gravos, que, esquecendo seu traje dolorido, recupera seu rosto radiante.

- Meu amigo, protesta a senhora, parece que você ainda não estudou no seu manual o capítulo de apresentações. Senão, você saberia que uma senhora somente deve ser apresentada a um cavalheiro quando a senhora é muito jovem e o cavalheiro muito velho.

Sua Majestade fica corada.

- Viu! meu companheiro percebeu. Consequentemente, tenho a honra de apresentar a você Comissário San-Antonio em carne e osso, com todos os seus dentes e sua pele de pêssego.

78 N.T. F. Gadet, nos exemplos que oferece, afirma que em (14) há um imperfeito do subjuntivo e em (15) uma interrogação por inversão complexa. GADET, F. **La variation sociale en français**. Paris: Ophrys, 2007, p. 16.

79 N.T. A autora usa a sigla HLM para se referir ao bairro. Ela significa *Habitation à Loyer Modéré* / Habitação de Aluguel Moderado. Optamos por traduzi-la como classe média.

Então, voltando-se para mim:

- Assim tenho a honra e a vantagem de fazê-lo impulsivamente, aqui novamente então a Condessa Troussal de Trousseau, amigo. Como você pode perceber, não é um prêmio para reivindicar, mas uma mulher de classe, educada em todos os lugares. Você espreitou a reação da Senhora, nesse momento? Ah! a etiqueta, ela não as cola em seus potes de doce, eu juro a você! (SAN ANTONIO, 1965, p. 40-41)<sup>80</sup>.

Três características do falar das classes dominantes são propostas por F. Dard por meio da personagem Bérurier: o emprego do subjuntivo, já destacado por F. Gadet em seus trabalhos, a pronúncia aberta e aspirada (*Mahame*, no lugar de *Madame*) e as formas pragmáticas de apresentação. Características que podem ser encontradas no *Dico français-francês* de P. Vandel, especificamente no capítulo intitulado “Como falar igual à Neuilly, Auteuil, Passy” (1993, p. 147 e seguintes).

Citaremos igualmente humoristas ou personagens do cinema ou do teatro: S. Joly (os esquetes “o esnobismo” e “Canção esnobe” em *La Cigale et la Joly*, espetáculo de 1999), F. Foresti e a personagem Anne-Sophie de la Coquille (apresentada no Canal France 2) e “Béa” (Béatrice de Montmirail), interpretada por V. Lemerrier em *Les Visiteurs 1* (1993).

### 3.1.2 Avaliações linguísticas internas: uma atividade metalinguística constante

Há igualmente numerosas avaliações internas, sendo a atividade metalinguística uma das práticas conversacionais das classes dominantes, como bem exemplificam as entrevistas de É. Mension-Rigau e os *corpora* internos *folk*.

O estudo de É. Mension-Rigau, no meu entendimento, se apresenta até o momento como o único levantamento histórico da aristocracia e da grande burguesia, que leva em conta dados linguageiros. Encontramos, em particular nas análises do “embelezamento” das palavras, os tons de voz e da prática da *conversa fiada*, dados inéditos e preciosos para os propósitos deste texto:

*Embelezar* a fala se traduz na preocupação de evitar epítetos mordazes, palavras contundentes, as palavras duras, as entonações violentas e pelo respeito às conexões que dão à linguagem mais docilidade e maior fluidez. Gritar ou rir alto são consideradas atitudes muito vulgares:

*Nunca levante a voz, não importa o que aconteça* (homem, 1934) *Ser comum, é ser barulhento* (mulher, 1925). (MENSION-RIGAU, 1994, p. 202).

Em particular, o historiador descreve a relação que os aristocratas têm com o falar e sotaque regional, informação essa geralmente ausente nos estudos sobre os falares regionais:

---

80 Bérurier, protótipo do homem do povo, mantém relação com a condessa Troussal du Trousseau, a quem apresenta o comissário San-Antonio.

O sotaque regional, reconhecidamente muito raro entre os entrevistados, se apresenta menos desvalorizado do que nas famílias pequeno-burguesas, uma vez que provavelmente elas são mais rígidas porque sentem a sua identidade mais frágil e “ameaçada” [...] Na linguagem dos entrevistados, uma relativa ruralidade às vezes ainda persiste de forma discreta. (MENSION-RIGAU, 1994, p. 194).

Essa ruralidade ainda presente atualmente (as famílias da aristocracia têm, com efeito, uma prática de falares locais, em particular o dialeto local francês chamado *patois*) é muito bem relatada em *Le côté de Guermantes* por Proust, descrevendo as maneiras de falar da Senhora de Villeparisis:

Senhor, eu acho que você quer escrever algo sobre a Duquesa de Montmorency, disse a Sra. de Villeparisis ao historiador da Fronde, com aquele ar rabugento que, sem saber, sua grande bondade foi recolhida pelos cachos mal-humorados, o aborrecimento fisiológico da velhice, bem como a tarefa de imitar o tom quase camponês da velha aristocracia. Eu vou te mostrar o retrato dele, o original da cópia que está no Louvre. (PROUST, 1954 [1920], p. 240).

O pesquisador É. Mension-Rigau (1994, p. 195)<sup>81</sup> analisa esse fenômeno como “uma maneira, mais ou menos inconsciente, de exprimir seu apego ao passado, sendo o conservadorismo linguístico projetado como um reflexo do conservadorismo político e social”.

Essa consciência metalinguística é encontrada também em outros documentos do *corpus folk*: os manuais de etiqueta da aristocracia apresentam muitas prescrições e proibições fonéticas, prosódicas, lexicais, sintáticas e pragmáticas. Marie-Chantal de J. Chazot ornamenta seu discurso com marcas linguísticas; os ensaios mundanos colocam em cena personagens que sempre realizam atividades metalinguísticas. Trata-se de uma hipótese ainda a ser verificada por meio de entrevistas mais profundas, mas parece que a atividade metalinguística é ela própria um aspecto do falar das classes dominantes.

## 3.2. Alguns aspectos do falar das classes dominantes

Apresento aqui alguns aspectos do falar das classes dominantes a partir de descrições da linguística *folk* e de avaliações perceptivas (para uma descrição completa, consultar Paveau, 2008, Paveau e Rosier, 2008) depois de ter mencionado duas análises gerais que confirmam a hipótese do falar específico das classes dominantes.

### 3.2.1. Descrições globais do socioleto

No capítulo que dedica aos bairros nobres no seu *Dico français-francês* (1993), P. Vandel propõe uma descrição do falar das classes dominantes praticamente em todos os níveis da análise linguística. Para ele se apresentam marcados os usos relativos ao vocabulário (*chatear* para exasperar, *suar* para defecar, *casebre* para castelo, *os pés entre duas coisas* para a bunda

81 Os entrevistados pronunciam, por exemplo, [pikø] e não [pikoer] a palavra *piqueur*, designando o criado que cuida do grupo em uma caçada.

entre duas cadeiras), a pronúncia dos nomes próprios (*Broglie, La Trémoille, Schneider* e outras armadilhas culturais mundanas), a estética dos nomes (*Marie-Clotilde* em vez de *Juanita* e *Pierre-Henri* em vez de *Robert*), as convenções pragmáticas (mentiras e polidez) e a sintaxe (negação completa, quarta pessoa, uso da condicional). P. Daninos apresenta no *Snobissimo* (1964, p. 66-67) uma amostra desses usos de sua “espeleologia social”, propondo o discurso de um “esnobe real”, onde encontraríamos, dentre outras coisas, inversões interrogativas marcadas (*eu vejo quem está entrando?*), empregos de gírias (*a velha duquesa de Uzès que grita*<sup>82</sup>), apoios conversacionais (*sim você com certeza conhece, você, engraçado o que? resumindo, eu passo para você o resto, você percebe um pouco?*). A mesma enumeração sistemática é encontrada no *Dictionnaire du snobisme* de P. Jullian e em alguns guias de boas maneiras.

Contrariamente à ideia predominante entre os linguistas “profissionais”, isto é, que as classes dominantes, finalmente, apenas respeitariam o bom uso da língua com uma especificidade reduzida à pronúncia<sup>83</sup>, parece, todavia, de acordo com os *folk* linguistas, que marcas específicas afetam todo o sistema da língua.

### 3.2.2. Pronúncia e entonação

A famosa pronúncia esnobe ou burguesa não é um mito e é possível escutá-la nos bairros nobres ou nos endereços certos para identificar essas formas. Essa descrição *folk* de P. Jullian (1992, p. 197) corresponde às avaliações empíricas que um ouvido atento é capaz de escutar:

*A entonação: a voz dos homens é às vezes abafada, ligeiramente anasalada; é frequentemente as pessoas do Quai d’Orsay (exceto o ministro, claro) e da Alta Sociedade Protestante. “Paris” torna-se “Pèris” arrastando um pouco, mas sem excesso, caso contrário, se tornaria o “Péris” com o “r” pronunciado grutalmente do “menino parisiense”. Na mulher do mundo, a voz se estende desproporcionalmente: “adoráável”; ou é colocado muito alto no nariz, muito longe do natural.*

Tal avaliação corresponde também à descrição fonética proposta por P. Léon *et al.* em *Les accents des Français*. Os três sotaques (“vulgar”, “esnobe”, “neutro”) são classificados pelos autores segundo as “etiquetas sociais” (*popular, aristocrático e alta ou média burguesia*). O sotaque esnobe está presente assim como aquele dos “antigos ricos e nobres” e é ilustrado por um registro artificial:

Registro n° 3

A informante é uma atriz, Mathilde Casadesus, que interpreta o papel de uma esnobe da aristocracia parisiense que está visitando um de seus amigos (registro N ° LDM – 4024, *Chant do Monde*).

Apesar da natureza artificial da gravação, este é um documento identificado como uma representação autêntica do socioleto da alta burguesia parisiense. O aspecto

82 N.T. Nesse exemplo em francês o verbo *crier* (gritar) é substituído pela gíria *gueuler*.

83 No entanto, essa interpretação está sujeita a questionamento, como mostra a análise de A. Kroch, considerando que o afrouxamento da articulação é a norma e que são os grupos dominantes que o inibem (mencionado por Gadet, 2003, p. 52).

caricatural não está aqui qualitativamente, mas quantitativamente. É o acúmulo de certos fenômenos que dá ao excerto seu caráter especial do estilo esnobe. (<http://accentsdefrance.free.fr>).

Os aspectos identificados são os seguintes: realização extrema da articulação vocálica e consonântica, consoantes muito fortes e aspiradas ou ao contrário fracas (o exemplo dado é *madame*, que encontramos em Bérurier). “O R é geralmente desvozeado, ele se assemelha a um som rouco, como o do *jota* em espanhol ou do *achlaut*<sup>84</sup> alemão de *Bach*”, especificam os autores, identificando a descrição balzaquiana ou proustiana do [r] aristocrático. As vogais são alongadas (*adoráável* como em P. Jullian) ou, ao contrário, muito breves, “o ritmo muito *rápido* ou muito *lento*”, os acentos de insistência muito numerosos e sustentados por uma forte ampliação melódica.

### 3.2.3. Léxico e nível de língua

Os usos lexicais no falar das classes dominantes apresentam duas características bem distintas e reconhecidas nos *corpora folk*: os deslizamentos semânticos, geralmente eufemismos e empregos de gírias ou ditos “populares”.

Os exemplos de palavras com significado codificado proliferam nos “bons meios sociais” em todas as obras dos *corpora folk* e são destacados por É. Mension-Rigau como um aspecto saliente da linguagem dos aristocratas e dos grandes burgueses. Entre eles, *casa*, por exemplo, assim como comenta P. Daninos (1964, p. 87-88):

*Casa*, por exemplo, pode ser depreciativo. Um representante que coloca eletrodomésticos em Seine-et-Oise ou em Seine-et-Marne irá perguntar: “Você está no chalé?” ou “Você está na cidade?” - mas evitará a palavra *casa*, onde se faz sopa.

A esse propósito, o ouviríamos dizer: *Você está na casa?*

P. Vandel (1993) propõe um mini-dicionário desses usos linguísticos comunitários.

A segunda característica é apresentada tanto nesses ensaios mundanos quanto nas avaliações metalinguísticas dos locutores. P. Daninos (1964, p. 17) descreve assim o falar burguês “decaído”.

Não quero me precipitar em generalizar, mas o esnobismo se tornou mais democrático. Enquanto que nos graus mais baixos da escala, os atrasados tentam desajeitadamente subir, acreditando fazer bem e se tornar elegante, no topo as pessoas chegam a decair seu vocabulário, pensando fazer bem em se passar pelo povo [...] Mas certas locuções que, na minha juventude, teriam classificado seu homem – como se diz quando se trata de rebaixamento – agora passam completamente despercebidas [...] Já falei desse modo próprio de algumas mulheres da alta burguesia de dizer, *meu homem*, ao falar sobre seus maridos:

84 N.T. Fonema gutural /x/ (a fricativa velar muda) da língua alemã.

*Meu homem está quase fazendo seus dezoito buracos não é ruim. Vá se alimentar* (em Maxim's) também não é ruim: quem teria imaginado isso antes da guerra? Da mesma forma, *Tem cara de maluca!* que, há trinta anos, parecia muito ousada, floresce na boca dos mais sagrados.

O “decaimento lexical” não é um aspecto puramente linguístico, mas um discurso sobre pertencimento social, uma vez que um socioleto se utiliza de uma marca de um outro socioleto para se constituir. Não é somente em relação ao falar normativo que se marca o falar das classes dominantes, mas em relação ao próprio falar “popular”, em uma identificação dialética complexa. É preciso fazer uma interpretação que passa pelo imaginário social, como propõe É. Mension-Rigau (1994, p. 227):

Na verdade, eles usam como contra-referência um vocabulário parcialmente inventado – aquele que ouvem quando vão ao mercado ou em pequenas lojas – que é apenas uma parte de seu universo exterior. Seu discurso, alimentado por uma visão simplista da sociedade, de certa forma constrói um mundo fantástico ou desaparecido, confundido com a faixa mais “popular” do povo – que também era antigamente aquela de seus dependentes – dos quais é muito fácil para eles se destacarem.

É digno de nota que o aspecto não é simétrico, o falar dito “popular” ou os vernaculares do lado dos dominantes ou das classes menos favorecidas não constroem dessa maneira apoios identitários. É um fenômeno próprio sustentar a hipótese de um falar das classes dominantes.

#### 3.2.4. Interações conversacionais

Terminamos essa pequena amostragem pelos aspectos pragmáticos. Enquanto a conversacionalização analisada por N. Fairclough pretende fazer desaparecer as marcas de hierarquia, em particular nos apelativos, as formas e fórmulas de polidez são mantidas nos meios aristocráticos e na grande burguesia. Os manuais de boas maneiras dos últimos vinte anos não repercutem mais a conversacionalização e suas prescrições não podem mais ser assimiladas a um código social “padrão”. Uma esposa se “categorizar” se endereçando ao seu marido com pronomes de tratamento de segunda pessoa ou obrigando os seus filhos a utilizarem esses pronomes com os seus avôs pode parecer imaturo. Não é “menos comum”, escreveu P. Daninos no livro *Snobissimo* (p. 87). Se essa prática é rarefeita, ela existe ainda como evidenciam certas entrevistas de É. Mension-Rigau e minhas próprias observações pessoais. Da mesma forma, a menção dos apelativos, títulos e funções, agora aparece como marcações sociais, não mais como um modelo universal de polidez.

## Conclusão

No final desse capítulo, gostaria de formular algumas conclusões provisórias, que são, na verdade, proposições para explorações futuras, algumas delas discutidas nos capítulos seguintes:

- A assimetria das análises sobre a questão dos falares sociais: O exame da literatura científica e *folk* mostra uma assimetria notável entre os numerosos comentários espontâneos sobre as classes dominantes e a quase inexistência de análise linguística científica sobre um falar das classes dominantes, enquanto o falar dito “popular” é objeto de mais análises científicas que de comentários *folk*.

- O integracionismo: As informações provenientes de *corpora folk* podem ser consideradas na análise linguística, pois a *folk* linguística possui uma validade e pode ser integrada na linguística científica. O exame do *corpus folk* relativo às classes dominantes parece sustentar essa proposição.

- A entrada perceptiva na dimensão social da língua, em particular a partir das teorias e métodos da dialetologia perceptiva, é capaz de modificar o olhar dos linguistas sobre seu objeto e, por conseguinte, o próprio objeto<sup>85</sup>.

---

85 Agradeço a Françoise Gadet que me permitiu enriquecer minha reflexão sobre a questão do socioleto das classes dominantes e também por me oferecer preciosas informações bibliográficas.





**Parte II**  
**Aplicações e perspectivas**

# LINGUÍSTICA POPULAR E ENSINO DE LÍNGUA: CATEGORIAS EM COMUM?<sup>86</sup>

- Diga-me, Zidore, se é francês, por que tem de se preocupar nesse momento?
- Porque pode haver guerra, senhorita Bécassine.
- A guerra! Com quem?
- Com todos os *Boches* e *Bochies*!<sup>87</sup>
- Ah, faz Bécassine.

[...] Rapidamente, ela sobe até o quarto de Yvonne, lembrando que ela tem um atlas sobre a mesa. Olha por muito tempo os mapas, a tabela de letras do alfabeto; não há *Boches* nem *Bochie*. Entretanto, Melle Yvonne lhe disse que todos os povos do mundo têm seus nomes marcados ali. Então seu rosto se ilumina e ela corre para a sala. Patrões e trabalhadores domésticos estão reunidos ali, muito emocionados. “É uma guerra, diz Bertrand, que retorna do vilarejo, exibindo o cartaz da mobilização. Eu parto amanhã”.

- Eu? Eu vou me alistar!, grita Zidore.

Madame de Grand-Air chora baixinho. Sua dor entristece Bécassine, mas ela a acalma. Ela caminha até a patroa e sussurra em seu ouvido: “Madame, não deve ser tão ruim assim. Talvez haja guerra, mas como é com gente que não existe, dificilmente é um risco”. (CAUMERY; PINCHON, 1915, p. 32).

A personagem Bécassine nos expôs aqui brevemente uma teoria popular sobre a referência: se as palavras não existem, então também não existem as coisas, um princípio derivado, com toda a inocência, sem dúvida, por parte de nossa Bretã, do naturalismo mais maciço: as palavras representam diretamente coisas, elas contêm a substância das coisas.

A questão colocada por este tipo de teoria espontânea não é tanto a da sua verdade, mas, na perspectiva que adotamos, a de sua articulação com uma teoria desenvolvida cientificamente, numa palavra “mais erudita” ou “menos popular”, como quiser. 1915 é a Grande Guerra, é claro, mas também é o momento em que a linguística moderna começa a mostrar que a linguagem não é uma nomenclatura e que não há relação direta entre o signo e o referente: a palavra *cão* não late e, visivelmente, na visão de mundo de Bécassine, a palavra *Bochie* também não.

O desenvolvimento da ciência cognitiva e depois da etnometodologia fez emergir esta questão da ciência espontânea dos sujeitos, questão natural para um campo que lida com o desenvolvimento do conhecimento, das percepções e das representações dos indivíduos.

86 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. Linguistique populaire et enseignement de la langue: des catégories communes. *Le Français aujourd'hui* 151, Paris AFEF-Armand Colin, 2005. p. 95-107. Tradução de Samuel Ponsoni (UEMG - Unidade Passos) e Paula Camila Mesti (UNESPAR/ANPOLL).

87 N.T.: No artigo de origem, aparece *Boches* e *Bochie*, são aqui traduzidos como Alemães e Alemanha, respectivamente. Cabe esclarecer que *Boches* se trata de um termo pejorativo para alemães, germânicos, teutos e todas as outras designações gentílicas desse grupo etnocultural.

Gostaríamos de explorar este problema no campo da língua francesa, fazendo uma pergunta simples: as categorias espontâneas dos alunos podem ser mobilizadas no ensino da língua ou devem, pelo contrário, ser desconstruídas para dar lugar a categorias aprendidas?

Depois de definir o que se denomina “linguística popular” e sublinhar seu interesse pelo campo do ensino-aprendizagem da língua, tentaremos responder a essa questão através de três exemplos de categorias: a palavra, a flexão verbal e o gênero do discurso.

## A linguística popular

Conforme já enunciamos, o termo linguística popular é o rastro de uma série de nomes anglo-saxões baseados em *folk* (como psicologia *folk* ou como teoria *folk*, por exemplo), em que *folk* é traduzido para o francês, e para o português, como *popular*, *espontâneo* ou *ingênuo*. Podemos falar também de linguística de *senso comum* e igualmente a expressão linguística de *leigos*, cuja sinalização de L. Rosier (2004, p. 70) aponta para um sem-número de casos na internet: “Podemos [...] acrescentar o que chamamos de ‘Linguística dos leigos’, particularmente visível na Internet, em particular no contexto dos fóruns de discussão [...]”.

Chamamos, portanto, de “popular” o saber espontâneo de atores sobre o mundo (depositado em provérbios ou ditados, por exemplo), que se distingue do saber acadêmico ou científico, como um saber-fazer que diferencia saber científico do “saber que” e do senso comum. Este saber espontâneo é constituído por saberes empíricos, não passíveis de verificação lógica (o saber espontâneo não é verdadeiro nem falso, falamos então de “conhecimento aproximativo”), e de crenças que constituem guias para ação: as lendas urbanas ou as influências da lua no crescimento das plantas são crenças que surgem do saber espontâneo.

## As práticas linguísticas espontâneas

Devemos falar aqui de práticas *linguísticas* e não *languageiras*: o termo *linguística* indica que há uma atividade reflexiva, que pode levar a resultados “científicos” que advêm da ciência espontânea, enquanto *languageiro* simplesmente descreve os usos que os falantes fazem da língua.

A terminologia linguística integrou a distinção feita por A. Culioli entre epilinguística, que designa o saber espontâneo e inconsciente sobre a língua (“atividade linguística inconsciente”, nas palavras de A. Culioli) de falantes, e metalinguística, que designa práticas reflexivas conscientes e bastante racionalizadas: “O verdadeiro saber linguístico é metalinguístico, ou seja, representado, construído e manipulado como tal, com a ajuda de uma metalinguagem” (AUROUX, 1995, p. 10). No entanto, devemos distinguir, no campo metalinguístico, o que vem de uma atividade espontânea, não especializada e não formalizada sobre a língua, daquilo que vem da construção de um discurso científico sobre a língua. J. Rey-Debove (1978, p. 22) propõe falar de “metalinguagem atual”, para o primeiro caso, e de “metalinguagem científica/didática”, para o segundo:

No modo didático-científico, a metalinguagem corresponde ao discurso do linguista (linguística) e àquilo que ele aprende, ensina de uma língua ou se acha interessado nela, como especialista. É natural ou parcialmente formalizado, ou simbolizado, ou mesmo totalmente axiomatizado e formalizado. Já o modo atual corresponde ao discurso do usuário de uma língua, discurso, muitas vezes, confundido com o enunciado apresentado, ao mesmo tempo, de uma consciência metalinguística inferior, em termos de conteúdo e expressão, e uma maior liberdade, uma vez que os enunciados produzidos não pertencem mais ao discurso científico sobre a língua.

Obtemos, assim, uma distinção tripartida, que aqui manteremos: atividade epilinguística, metalinguagem natural e metalinguagem formalizada.

É notável que a linguística popular seja pouquíssimo desenvolvida na França, enquanto na cultura anglo-saxônica ela integra totalmente as “disciplinas *folk*”, pertencentes ao campo científico. O tomo I do livro *L’Histoire des idées linguistiques*, organizado por Sylvain Auroux, inicia-se com um capítulo de H. E. Brekle intitulado “A linguística popular” (*volkslinguistik* em alemão, tradução do inglês *folk linguistics*). Ele explica que, em linguística, o saber espontâneo dos falantes pode ser formulado em termos de naturalidade:

De maneira provisória, podemos dizer que o campo da linguística popular inclui todos os enunciados que podem ser qualificados como expressões naturais (ou seja, que não vêm dos representantes da linguística como disciplina estabelecida), designando ou referindo-se a fenômenos linguísticos, ou operando no nível da metacomunicação. A isso devem ser adicionados os enunciados em que as qualidades fonéticas, semânticas etc. são usadas explícita ou implicitamente como unidades de uma língua para produzir resultados relevantes para a regulamentação do comportamento social de um indivíduo ou grupo social. (BREKLE, 1989, p. 39).

Em filigranas, H. E. Brekle define aqui dois tipos de práticas linguísticas populares:

- descrições ou teorizações metalinguísticas, por exemplo, aquelas relacionadas à designação (*chamar um gato de gato, ou chamar as coisas pelo que seus nomes sugerem*) ou na hierarquia entre o escrito e o oral (*contentar-se com palavras, palavras verbais, as palavras se dissipam..., falar como um livro*). A pequena teoria da referência de Bécassine se enquadra nessa categoria;

- prescrições comportamentais, que recaem em um purismo, na maioria das vezes: sabemos que os “amantes da bela linguagem” têm uma lista proibida de palavras feias (advérbios terminados em *-mente*, termos excessivamente técnicos, etc.), interditas de se usar, sob pena de se passar por um vulgarismo da língua. Tem-se, então, a imagem da norma da língua como predominante<sup>88</sup>. Trata-se assim dos vereditos sobre a língua: ditos vs. não ditos, isso se diz vs. isso não se diz. Dessa maneira, o purismo entra em uma verdadeira “economia das trocas linguísticas”, como sublinha L. Rosier (2004, p. 69):

---

88 Sobre as imagens dominantes da língua no discurso escolar, ver Paveau (1998).

Ela é caracterizada por uma forte axiologização performativa (*o que se diz, o que não se diz*) que atende ao bom uso e que pretende respeitar uma economia estrita de trocas linguísticas, em que o falante é avaliado de acordo com seu domínio da língua, sob o ângulo da riqueza lexical e correção gramatical.

Adicionaremos uma terceira categoria da prática linguística popular: as intervenções sobre a língua. Sabemos que a maioria dos erros dos falantes, em particular das crianças, não o são realmente em uma ótica linguística. O título de uma obra de D. Leeman, *Existem erros em francês?*<sup>89</sup> (LEEMAN, 1994), é emblemático dessa posição, que segue a tradição de *A Gramática das Falhas*<sup>90</sup>, de H. Frei (1928): nesta perspectiva *aller au coiffeur* e *émotionner*<sup>91</sup> não são erros, mas sim intervenções regularizadoras sobre a língua. Os falantes racionalizam sua língua, a arrumam e a organizam, como um ambiente onde a ordem e a harmonia são necessárias.

Para recapitular, dissemos que a linguística popular reúne três tipos de práticas linguísticas: descritivas (descrevemos a atividade da linguagem), normativas (prescrevemos comportamentos languageiros) e intervencionistas (intervimos nos usos da língua).

## A linguística popular é uma linguística?

Podemos dar duas explicações para a ausência virtual da linguística popular como campo de pesquisa na França: por um lado, a veneração francesa dos saberes “seguros” (um campo das ditas ciências duras ou exatas) e o desprezo pelos saberes aproximativos (domínios ditos de opinião comum ou relativizada), herdado das concepções platônicas e da tradição cartesiana; por outro lado, a ocupação do que poderia ser o campo da linguística popular pelo estudo dos discursos puristas, das manifestações da norma e das consequências psicossociais das concepções normativas (por exemplo, a insegurança linguística), fenômenos esses considerados na França como pertencente à sociolinguística. É o que J.-C. Beacco (2004, p. 109), coordenador de uma edição da revista *Langages*, diz sobre a questão das “representações metalinguísticas ordinárias”, em relação aos gêneros discursivos:

[...] pode-se examinar a noção de gênero discursivo pelo que originalmente é: uma categorização ordinária, intrinsecamente imprecisa, mas que pode ser objetivada da comunicação verbal. Como tal, é baseada em vários pontos de vista teóricos:

1) da “linguística popular” (ou *folk linguistics*), campo da sociolinguística, gênero discursivo é uma forma de representação metalinguística ordinária da comunicação, entrando no saber comum [...]

89 N. T.: o título da obra em língua francesa: **Les fautes de français existent-elles?**

90 N.T.: o título da obra em língua francesa: **La Grammaire des Faults.**

91 N.T.: por não encontrar correlatos precisos na língua portuguesa, deixamos os exemplos em francês. Cabe-nos, então, explicar que a maneira adequada de se dizer “*aller au coiffeur*” é “*aller chez le coiffeur*”, cuja tradução é “ir ao cabeleireiro”. No outro exemplo temos “*émotionner*” em vez de “*enthousiasmer*” para o verbo “emocionar”. Nesse caso, explicamos que não existe a palavra “*émotionner*” em francês, apesar de existirem “*émotion*” (emoção) e “*émotionnel*” (emocional). A autora usou um terceiro exemplo: “*après qu’il ait*” para o qual uma tradução mais adequada parece ser “depois que ele tem”.

Nossa posição é outra: consideramos que a linguística popular deve constituir um campo da linguística, porque diz respeito não apenas às práticas sociais languageiras (no sentido da sociolinguística), mas igualmente aos procedimentos de ensino-aprendizagem de língua (no sentido da didática de língua e psicolinguística)<sup>92</sup>.

Na verdade, a linguística popular não deve ser reduzida ao seu componente aproximativo, descritivo ou simplesmente lúdico. A questão mais interessante na *folk linguistics* é sua validade como teoria. Há muitos trabalhos desse tipo em *folk psychology* (FISSETTE; POIRIER, 2002), o que oferece várias respostas a essa pergunta. O filósofo D. Dennett (1990), por exemplo, pensa que, na maioria das vezes, a psicologia popular funciona e tem uma verdade prática. E as teorias populares da linguagem? L. Rosier faz uma proposta interessante a esse respeito, em um trabalho que ela denomina de “dicionários de críticas irônicas” (os de P. Merle, por exemplo, que apontam tiques de linguagem e de modos):

Esses “dicionários” têm a particularidade de apresentar os tipos sociais por meio de suas especificidades linguísticas, realizando, reconhecidamente de forma caricatural, um dos projetos da análise do discurso: o vínculo entre classes sociais e as práticas discursivas. Eles se “relacionam” por estigmatização fictícia, e os termos e as expressões devem figurar como citações, ou seja, ao lê-los, deve-se dizer a si mesmo: é assim mesmo que “eles” falam (*eles* designa os esnobes, os jornalistas, os políticos, os jovens, os velhos, os de grande valor... de acordo com as subcategorias sociais explicitadas pelos próprios autores). (ROSIER, 2003, p. 63-64).

Obviamente, pensamos no M. Jourdain, de Molière, em sua prosa “sem o saber”, e em muitas outras personagens literárias, que, sem dúvida, se beneficiariam em serem analisadas em sala de aula pelo prisma sociocrítico dessa linguística espontânea. É, portanto, a questão da validade da descrição popular que se coloca aqui, do ponto de vista de uma análise do funcionamento social da linguagem.

## A criança gramática

Mas a linguística popular também é, e sobretudo, de grande interesse no ensino-aprendizagem da língua, mas com outro nome: a competência metalinguística.

## As atividades metalinguísticas

O estudo empírico pioneiro de L. Gleitman *et al.*, em 1972, mostrou que crianças de dois anos já apresentam reações metalinguísticas rudimentares: são pequenos gramáticos. O trabalho sobre o “meta-” (comentários e manipulações metagráficas, metagramaticais, metalexicais etc.) tem sido amplamente desenvolvido nas pesquisas<sup>93</sup>. A atividade metalinguística do aluno

92 É uma posição que concorda, entre outras, com as de M. Yaguello (1981) e de H. E. Brekle (1989). Mas é difícil encontrar, ao menos na França, trabalhos que se relacionam diretamente com as práticas linguísticas espontâneas dos locutores, fora do âmbito da aprendizagem.

93 Veja alguns elementos na bibliografia, com um lançamento em grupo em 1994-1995: o nº 9 da **Repères**, o colóquio da DFLM sobre metalinguagens, o livro de D. Leeman sobre as falhas.

é uma atividade de aprendizagem que ocorre na aula, o que o faz produzir comentários sobre língua, discurso, comunicação e o faz utilizar procedimentos de classificação, nomenclatura ou argumentação. M. Brigaudiot (1994, p. 92-93) define o “surpreendente comportamento reflexivo” de jovens gramáticos da seguinte forma:

Definimos atividade metalinguística como o fato de um aluno se deparar com um problema linguístico, de entrar em um questionamento, em busca de pistas, de fazer provas, de verificar. Dizer que o problema é de ordem linguística é considerar que os objetos sobre os quais se relaciona são de ordem linguística, que se relacionam ao código, à frase, ao texto ou ao discurso, à leitura, ao escrever...

G. Ducancel (1994) mostra que os comentários metalinguísticos ligados à coesão textual, bem como aos conhecimentos metaprocessuais, surgem a partir do primeiro ciclo escolar, em duas formas principais:

- as formulações e reformulações “secas”, ou seja, sem comentários;
- a convocação de uma metalinguagem para esclarecer, analisar, fazer comentários e dar explicações.

Poderíamos citar também a obra de C. Fabre (1990) que, no campo da escrita, mostrou a importância da atividade metalinguística, a partir do estudo dos rascunhos escolares: para ela, esse tal procedimento se trata de uma verdadeira entrada na escrita, o que não é pouca coisa...

A partir daí pode ser estabelecido um contrato didático entre o professor e os alunos para a aprendizagem metalinguística. No entanto, uma distinção básica deve ser feita entre atividade metalinguística espontânea e atividade metalinguística “solicitada” para aprendizagem (DELAMOTTE-LEGRAND, 1995). Em princípio, porque, na prática, seria obviamente muito difícil distinguir entre reflexões “naturais” e “artificiais” em crianças.

## O “meta-” reservado às crianças?

Entretanto, levar em consideração a competência metalinguística nas atividades de sala de aula parece estar confinado ao ensino primário<sup>94</sup>. Com efeito, não se tem a inspiração dessas práticas pedagógicas para professores nem as indicações dos programas oficiais do colégio de ensino fundamental e do ensino médio. Nos últimos programas da faculdade, apenas o “o domínio implícito da gramática” aparece nas especificações para as práticas languageiras espontâneas, mas pode-se perguntar se a expressão não se deve mais à competência linguística de um Chomsky do que à competência metalinguística destacada pelo trabalho sobre a reflexividade das atividades languageiras dos alunos:

Sempre abordado no âmbito da impregnação das estruturas do francês e vinculado a diversas atividades orais e escritas, a aprendizagem das ferramentas da língua é modesta

---

94 Embora M. Brigaudiot destaque em 1994 que as práticas de ensino relacionadas às atividades metalinguísticas das crianças não fazem parte da tradição das escolas primárias francesas.

no 6º. Com base no domínio implícito da gramática, o professor vai esclarecendo ao longo do ano alguns elementos essenciais da metalinguagem gramatical. (PROGRAMA DA SEXTA SÉRIE, 1996, p. 18).

É como se a competência metalinguística pudesse funcionar apenas para a aquisição e para a aprendizagem, mas perdesse a importância para aprendizagens relacionadas ao uso da língua, ao uso do discurso e às atividades de reflexão, criação, de interpretação, de invenção. Deixemos o “meta-” espontâneo do ensino fundamental e do ensino médio<sup>95</sup>, e não falemos da universidade, onde a categoria do popular, espontâneo, ingênuo, qualquer que seja o seu nome, é firmemente convidada a ficar à porta da ciência legítima: por exemplo, qualquer reunião de respeito sobre o *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, passará por uma destruição adequada da imagem da língua como nomenclatura, porém ela é massivamente difundida entre os alunos, servindo-lhes de saber-fazer para seu comportamento social.

Sobre esse ponto, a linguística se priva de ser uma poderosa alavanca para seu ensino e, portanto, para sua difusão e manutenção nas ciências humanas e sociais. E o ensino parece ignorar um importante campo de pesquisa internacional nos últimos dez anos, o das emoções. A pragmática, as ciências cognitivas, em particular a psicologia e a neurologia, mas também a ergonomia, a filosofia, as ciências da informação e da comunicação, enfim, todas elas realizaram pesquisas em torno do papel das emoções no desenvolvimento e no comportamento do indivíduo. A psicologia cognitiva tem sido capaz de mostrar, por exemplo, em que medida o funcionamento da memória é governado pelas emoções, o que, sem dúvida, tem alguma importância na aquisição e aprendizagem do francês.

## Algumas categorias suscetíveis a um tratamento da linguística popular

### A palavra: uma categoria um pouco imprecisa, mas operacional

A definição da palavra *palavra* é um clássico da distinção entre o saber erudito e o saber popular em linguística. Muito abrangente, muito vaga, polissêmica e incapaz de distinguir certas segmentações, *palavra* é geralmente proscrita por linguistas em favor de *uma unidade lexical* ou, de acordo com o contexto, de um *vocabulo*, considerado mais claro e monossêmico. Mas acontece que *palavra* é a palavra mais óbvia para todos os falantes, independentemente da idade, para designar esta unidade que é uma ilha gráfica e semântica e suporte de representações mais difundidas da língua: para a maioria das pessoas, a língua está associada ao léxico (a esse respeito, ver Paveau (2000), em trabalho sobre a riqueza lexical). Isso explica porque certos linguistas, levando em consideração as práticas espontâneas dos falantes, ou apegados a uma escrita legível de sua disciplina, usam a *palavra*: o lexicólogo B. Habert, por exemplo, chama *palavra em várias palavras*, o que outros chamam de *unidades fraseológicas* ou *locuções fixas* ou *congeladas*. M. Tournier sempre usou *palavra* no laboratório lexicométrico que dirigiu em Saint-Cloud, bem como no título da revista que fundou: *Palavras: as linguagens da política*<sup>96</sup>.

95 N.T.: Consultar o artigo de S. Obadia sobre a categoria do registro como antídoto para uma leitura de textos a partir das “primeiras reações” dos alunos. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-francais-aujourd-hui-2005-4-page-69.htm>.

96 N.T.: Em francês: **Mots: les langages du politique**. Para saber mais sobre essa revista científica, acesse: <https://journals.openedition.org/mots/>. Acesso em: 27 set. 2020.



A terminologia gramatical de 1997 também usa este termo na lista de noções gerais (*palavras e classes de palavras*, p. 7), tal como nos termos sob o título “léxico e semântica” (*história e construção de palavras, famílias de palavras, palavras compostas, palavras derivadas*, páginas 29 e 30).

O termo *palavra* como ferramenta de aprendizagem ou análise é interessante para questionar a relevância das categorias populares e acadêmicas. Os dados são os seguintes:

- Apesar de sua imprecisa definição, enfatizada em toda parte, o termo *palavra* é amplamente utilizado em programas, gramáticas, livros didáticos, por professores e alunos, especialmente nos ensinos primário e fundamental (níveis para os quais submetemos estudos e pesquisas, o que não é o caso do ensino médio, e menos ainda da universidade).

- A imprecisão da definição em questão parece ser parcialmente reduzida pela elaboração de um paradigma recentemente estudado por Sonia Branca e Corinne Gomila (2004), em relação CP<sup>97</sup>, o qual fala de “metalíngua de transição” ou “termos de transição”: *pedaços de palavras, pequenas palavras, pequenas palavras iniciais, outras palavras* (sinônimos); elas indicam a função de resolução desses termos, em particular *pequenas palavras*:

A categoria abrangente de *pequenas palavras* permite que você adie a terminologia abundante para mais tarde. Também é usado para “resolver” outros problemas. A unidade prevista pode, portanto, ser considerada *pequena* em comparação com um todo abrangente. (BRANCA; GOMILA, 2004, p. 120).

Geralmente, elas são, entretanto, críticas do uso dessa metalíngua de transição, à qual fazem as críticas tradicionalmente dirigidas à categoria da palavra:

Nosso ponto de vista não é prescritivo. De qualquer forma, não queremos denunciar a subdeterminação desses termos, em grande parte invisíveis para aqueles que os usam *ad hoc*. No entanto, tais termos polissêmicos encorajam um entendimento global, muito vago, o que dificulta a estabilização de algumas propriedades. (BRANCA, GOMILA, 2004, p. 120).

Muitas vezes encontramos a mesma posição sobre a questão na literatura dedicada à palavra e ao seu ensino-aprendizagem: no coletivo liderado por M.-J. Béguelin, em 2000, a palavra é qualificada como uma noção imprecisa (p. 43), porém lemos, nas filigranas do capítulo dedicado à noção de palavra, que ela é uma categoria popular, devido à imprecisão e à indeterminação que carrega, mas que é usada no ensino, o que acaba servindo como solução para descrições difíceis e definições complexas.

É uma pena que a eficácia das categorias do senso comum não seja mais profundamente questionada neste trabalho, devido a uma abertura sobre a história e sobre a epistemologia da ciência. Na verdade, sabemos que é a linguagem do senso comum que permite que os

---

97 N.T.: CP refere-se a um curso preparatório dos níveis e das preparações da École Élémentaire francesa **Le cycle 2, ou cycle des apprentissages fondamentaux, comprend le cours préparatoire** (CP). O ciclo 2, ou ciclo das aprendizagens fundamentais, compreende o curso preparatório (CP). Para saber mais, acesse: <https://www.education.gouv.fr/l-ecole-elementaire-9668>. Acesso em: 27 set. 2020.

conhecimentos sejam fixados. Sobre isso ainda, E. Nagel (1961) defende, por exemplo, a ideia de que a imprecisão da língua do senso comum permite que as crenças persistam (por causa de ou graças à dificuldade de controle experimental), quando o destino das teorias é morrer precocemente. Obviamente, não se trata de aplicar este programa ao pé da letra, e sim de medir a eficácia das práticas linguísticas espontâneas em comparação com as baseadas em métodos científicos.

## As conjugações fantasiosas: erros de língua ou solução prática?

O erro de conjugação é um estereótipo do discurso sobre a língua na França, um reservatório inesgotável de trocadilhos (*Café bouillu café foutu*)<sup>98</sup> e um instrumento eficaz de discriminação cultural<sup>99</sup>. Essa categoria morfológica da desinência (ou terminação, em uma tradução mais tradicional e mais “ingenuamente” descritiva) constitui-se de uma espécie de lugar normativo que cristaliza a paixão francesa pela língua.

Todos nós temos nosso repertório de erros de conjugação, desde os mais infantis (*je suitais*, disse César aos quatro anos, *il disa*, disse um aluno citado por D. Leeman<sup>100</sup>), aos mais literários, como mostram M. Savelli *et al.* (2002), especificando que um certo número de erros de passado simples aparecem entre os melhores autores: *s'enfuyèrent*, *dissolva*, *couris*, *mouresis*, *étranglis*, *aperceva*, *demandis*, *vivèrent*<sup>101</sup>. Que essas formas são defeituosas é indiscutível, mas o que não se pode fazer é uma interpretação axiológica delas e culpar os falantes por sua ignorância, por inferioridade linguística ou, ainda pior, por uma inferioridade social, e impor as formas ortodoxas sem outra forma de processo.

Embora os erros em francês existam, eles têm uma racionalidade que o simples bom senso basta para descobrir: do ponto de vista funcional, não há razão para que se diga nada. Então, em *je suitais* e *il disa* há algo sobre o sistema de conjugação e, principalmente, sobre o comportamento linguístico dos desordeiros de conjugação; tratam-se de intervenções sobre a língua, a terceira das práticas linguísticas populares identificadas alhures, destinadas a regularizar um sistema que, às vezes, é muito errático. O que se segue é muito bem explicado pela analogia com outros verbos frequentemente problemáticos, cuja base imperfeita termina em [t]: *je mens / je mentais*, *je pars / je partais*, *je suis / je suitais*<sup>102</sup> (CQFD). Quanto a *il disa*, deixemos D. Leeman explicar a gênese da falha devido a um fenômeno de hipercorreção<sup>103</sup>:

98 N.T.: Mais uma vez, optamos por usar os exemplos originais em língua francesa porque a tradução não seria suficientemente precisa para exemplificar as situações descritas pela autora. Neste caso, “café bouillu” está sendo usado no lugar de “café bouilli” (café fervido); e “café foutu” no lugar de “café fichu” (café maldito). Ressaltamos que esses mesmos fenômenos, de falha na terminação de verbos irregulares e hipercorreção podem também ser encontrados em língua portuguesa.

99 N.T.: “Não diga sobretudo *Eles têm que me acreditar* ou *Eles têm que me ver*” (MORHANGE-BÉGUÉ, 1995, p. 12). No original: *Il faut qu'ils me croivent* e *Il faut qu'ils me voyent*.

100 N.T.: *Je suitais* no lugar de *je suis* (eu sou) e *il disa* invés de *il dit* (ele disse).

101 *s'enfuyèrent* (*je me suis enfui* = eu fugi), *dissolva* (*ce dissous* = isto dissolveu), *couris* (*j'ai couru* = eu corri), *mouresis* (*je suis mort* = eu morri), *étranglis* (*j'ai étranglé* = eu estrangulei), *aperceva* (*j'ai réalisé* = eu percebi), *demandis* (*j'ai demandé* = eu perguntei), *vivèrent* (*ils vécutent* = eles viveram).

102 N.T.: Para que seja possível a comparação, trazemos aqui a tradução dos pares de verbos: *je mens* (eu minto) / *je mentais* (eu menti), *je pars* (eu saio) / *je partais* (eu saí), *je suis* (eu sou) / *je suitais* (não existe, deveria ser *j'étais*).

103 A hipercorreção é uma “busca de atitude social de prestígio”, marcada pelo “excesso na aplicação de uma regra” (GADET, 2003, p. 125) e que implica, por parte do falante, que ele está ciente de uma característica de sua língua (frequentemente fonética) percebida de forma positiva socialmente e igualmente percebida, em relação a outras, de forma negativa pela comunidade linguística na qual ele está inserido. A hipercorreção é, então, uma reconstrução defeituosa de uma forma de aparência correta.

A forma *il dit* é comum no presente e no passado simples, daí o constrangimento que pode suscitar uma história como: “*Il prit son manteau, se coiffa d’un béret et se précipita vers la porte. Avant de sortir il dit...*”<sup>104</sup>. O revisor não vai acreditar que estamos usando um presente incorretamente? O aluno que escreve *il disa* pode sentir a necessidade de empregar uma forma claramente marcada para compensar a ambiguidade na língua. (LEEMAN-BOUIX, 1994, p. 125).

Poderíamos multiplicar os exemplos e sua explicação racional, cujas análises podem ser encontradas em Meleuc e Fauchart (1999) e David e Laborde-Milaa (2002) por exemplo.

Lembremos que este tipo de intervenção sobre uma categoria morfológica aparentemente muito “científica”, estabelecida (nada mais semelhante, de fato, ao conhecimento “duro” das ciências exatas do que as tabelas de conjugação<sup>105</sup>, constitui uma tentativa espontânea de regularização do sistema: o falante então adota um comportamento linguístico que lhe permite evitar o embaraço psicológico e o esforço cognitivo da irregularidade e, ao mesmo tempo, facilita seu registro de memória, porque a memória semântica está aqui diretamente relacionada, e essas intervenções espontâneas devem ser consideradas como tentativas de gerenciamento da memória. Por isso, levar em consideração as operações linguísticas espontâneas dos alunos na aprendizagem de línguas é de certo interesse, desde que os professores recebam uma formação adequada: “As análises [dos dados escritos e orais] e as hipóteses evocadas nas regularizações poderiam servir de reflexão para um ensino no qual seria, sem dúvida, necessário repensar o que é regra e o que é memória.” (SAVELLI *et al.*, 2002, p. 47).

## O gênero de discurso: uma categorização impossível

Sabemos que o conceito de gênero está muito presente nos últimos currículos das faculdades e do ensino médio e, portanto, nos livros didáticos e nas atividades de ensino. Isso ocorre porque a categoria de gênero é antiga e há muito tempo teorizada e debatida; é também porque as ciências da linguagem se apoderaram da noção há cerca de quinze anos, produzindo muitas reflexões sobre os modos de categorização de textos e discursos, fenômenos cujos rastros podem ser percebidos nos programas que se baseiam na articulação entre gêneros de texto e formas de discurso<sup>106</sup>. Precisamente o *gênero de texto* se refere antes

104 N.T.: Para mantermos os exemplos em francês, trazemos nessa nota a tradução: “Pegou o casaco, colocou uma boina e correu para a porta. Antes de sair ele disse...”

105 Serge Meleuc (2002, p. 49) oferece uma interpretação da tabela de conjugação para a aprendizagem: “[...] o que é apenas uma forma de apresentação tende a transbordar seu espaço legítimo e a se transformar em uma espécie de modelo obrigatório da própria prática de ensino-aprendizagem do verbo”.

106 *Acompanhamento da aula 6* (1996): “A abordagem dos *gêneros textuais* está vinculada às formas de discurso: os *gêneros* são realidades históricas e culturais que codificam as práticas discursivas. Se a noção é complexa e, muitas vezes, difusa, o gênero é facilmente identificável pela presença dos dominantes discursivos: o romance, o conto, a novela, por exemplo, são caracterizados pela narrativa dominante (possivelmente com importantes elementos de descrição). Portanto, é lógico associar os primeiros elementos de seu estudo ao das formas de discurso. Não podemos limitar a questão dos *gêneros* a dos *gêneros literários*: além desses códigos particulares, eles governam toda sorte de tipos de textos. A carta é um *gênero literário*, mas é também uma forma de produção textual da vida cotidiana. O diálogo é um *gênero* ao mesmo tempo literário e algo que não poderia ser mais banal a cada dia. A história é romântica, mas também é notícia do tipo *fait-divers* etc. Os *gêneros* são, portanto, descobertos pelos alunos e analisados a partir de toda sorte de textos, de todos os gêneros, antigos e contemporâneos, em conexão com as formas discursivas estudadas. Temos, portanto, a preocupação, durante os estudos universitários, de perceber claramente as semelhanças e diferenças entre os *gêneros em geral* e os *gêneros literários* em particular.

à categorização dos gêneros literários (sem se limitar a isso) e *forma de discurso* se refere ao que a gramática do texto chamou de tipos ou protótipos (narração, descrição, explicação etc.) e ao que Mikhail Bakhtin iniciou em 1929 (em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*), com o nome de *gênero do discurso*. Posteriormente, esse autor nos mostra, em *Estética da Criação Verbal* (1979), que os falantes possuem um repertório espontâneo de gêneros, desenvolvidos em interações orais e denominados “gêneros primários” ou “tipos elementares”. Essas são formas estáveis<sup>107</sup> que se reconfiguram e se combinam nos gêneros de discurso conhecidos como “gêneros secundários” ou “tipos secundários”, presentes nas produções construídas dos falantes, por exemplo, em textos escritos, em particular, os textos literários.

Isso significa que a categorização de gênero é uma atividade espontânea que pode ser tratada pela linguística popular. Com efeito, a simples observação das classificações espontâneas dos falantes, verdadeira prática cultural e social, mostra que eles participam ativamente das versões do mundo construídas pelo discurso. Citemos, por exemplo, os gêneros de cinema, que participam da identidade dos filmes (talvez mais do que o gênero do discurso participa da identidade das produções verbais) e que, ao influenciar a escolha dos espectadores, cumprem verdadeiramente uma função de organização de mundo, como aponta C. Kerbrat-Orecchioni (2003, *on-line*):

Classificamos os textos, mas também os filmes (Lyon-Poche admite por exemplo as seguintes categorias: “comédia”, “comédia dramática”, “comédia de ação”, “comédia policial”, “thriller”, “psicodélico”, “aventura”, “suspense”, “drama”, “drama psíquico”, “aventura”, “lenda”, “crônica”, “guerra”, “documentário”, “retrato”, “erótico”, “fantástico”, “terror”, “ficção científica”, “cartoon” etc.). Porém, se a classificação do gênero tem uma vida dura, é porque deve ter uma certa relevância para os usuários dessas revistas e devem desempenhar um papel mais ou menos determinante na escolha do filme a que se refere e que estão se preparando para ver.

Em conclusão, parece-nos, portanto, razoável pleitear, com vistas a uma efetiva aprendizagem dos gêneros do discurso (ou *gêneros de textos e formas de discurso*, de acordo com os programas), uma abordagem relativa ao que J.-C. Beacco (2004, p. 111) denomina uma “ciência selvagem” da linguagem:

Os gêneros discursivos constituem a forma imediata em que a língua é dominada pelos falantes: eles são capazes de usá-los e identificá-los. Para os falantes, o próprio material discursivo é um objeto de referência. Essa capacidade de os falantes categorizarem o discurso decorre de uma elaboração metalinguística comum, da qual os únicos elementos emergentes são os nomes dos gêneros. Todos os nomes de gêneros não procedem dessa atividade ordinária de categorização, mas a noção de gênero do discurso parece pertencer a essa atividade classificatória, antes de qualquer classificação científica. Dessa “ciência selvagem” da linguagem, a temos como prova de que a noção de gênero é desenvolvida e ativa desde o alvorecer da reflexão linguística.

---

107 N.T. No original “ce sont des formes stables”.

# A LÍNGUA SEM CLASSES DA GRAMÁTICA ESCOLAR<sup>108</sup>

Sabemos que uma das especificidades da França, na sua relação com a língua, é o sentimento de unidade: a língua francesa, una e indivisível, como a Nação – eis uma representação que parece resistir a todas as misturas, a todas as multiculturalidades e a todos os cruzamentos raciais e, no nível estritamente linguístico, a todas as variações e as mudanças. O francês padrão, ou a representação que dele se constrói, é na verdade a base de todo o ensino, do maternal à universidade, mas também da maior parte dos trabalhos dos pesquisadores em linguística francesa. Sozinho - ou mais ou menos sozinho -, o campo da sociolinguística enfrenta a difícil questão da variação, difícil do ponto de vista metodológico (coleta de dados, identificação das variantes) e do ponto de vista científico (como dar conta, sinteticamente, do funcionamento do sistema da língua a partir de dados heterogêneos?).

Esta representação unitária tem obviamente uma função social importante, que não deve ser questionada: por razões práticas e também didáticas, sociais e até ideológicas, é realmente o francês padrão que deve ser ensinado na escola. Mas será que isso implica que nada deve ser dito sobre a variação, social em particular, e que deve ser silenciado o fato de que, na língua, como em outras situações, existem fenômenos de classe? Que existe um francês popular e um francês das classes dominantes? Que as redes sociais (MILROY, 1987; GADET, 2007), os grupos e as comunidades que cruzam as classes de maneira complexa sem apagá-las, também se definem por suas formas de falar, fortemente marcadas por determinismos sociais?

É esta questão da variação social no sentido mais classista do termo<sup>109</sup> que gostaria de abordar aqui, comparando as gramáticas escolares com base nos saberes linguísticos chamados “acadêmicos” e nos saberes da gramática espontânea, ou gramática popular (*folk grammar*, como dizem os anglo-saxões), que advém da linguística popular (*folk linguistics*), altamente desenvolvida nos Estados Unidos (BREKLE, 1989; PRESTON; NIEDZIELSKI, 2000), mas apenas em sua infância na França (PAVEAU, 2005, 2007, 2008; PAVEAU; ROSIER, 2008), que integra totalmente o parâmetro classista.

## Para onde foram as classes sociais?

Não poderemos deixar de enfatizar o bastante que as categorias adotadas pelas linguísticas empíricas e sociais não são imanentes, mas diretamente alimentadas pela história das ciências e das ideologias. Isso é particularmente verdadeiro para o conceito de classe social, que foi quase eliminado do discurso das ciências sociais, como mostra R. Pfefferkorn, em um trabalho recente, que retoma a noção marxista de *relação social* (2007).

108 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. La langue sans classes de la grammaire scolaire. Le français aujourd'hui 162. J. David, M.- M. Bertucci (org.). **Descriptions de la langue et enseignement**, 2008, p. 29-40. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante (UFC) e Maria de Fátima Sopas Rocha (UFMA).

109 Eu uso o termo *classista* no sentido de “social com estratificação em classes”.

## Classes sem classe

Nas ciências sociais e, conseqüentemente, na sociolinguística, o termo *classe* foi substituído pelos de *posição* e *rede*. Em *La variation sociale en français* (2ª edição 2007), Gadet evita o termo e fala de “locutores favorecidos” e “desfavorecidos”, mencionando “o topo e a base da escala social”, e usando o termo *posição social*. Ela ressalta que a classe (operária, média, alta) como ferramenta de análise é muito formal e redutora, e explica que a sociolinguística, em vez disso, explora a noção de *rede*, dando o exemplo da “rede de trabalhadores”, tal como é analisada, por exemplo, por Milroy (1987). Os sociolinguistas falam sem problema de *variação diastrática*<sup>110</sup>, um termo técnico que desfaz a dimensão ideológica, ou mesmo política, de *classe*.

Mas, ao mesmo tempo, o termo *classe social* persiste e encontramos, por exemplo, *classe trabalhadora*, *classe média* e *classe alta* na apresentação do uso do *ne* (não) de negação para Gadet (2007). Então, *classe* ou *rede*? Como observa Pfefferkorn (2007), o desaparecimento da noção pode ter sido mais um escamoteamento ideológico do que uma necessidade científica real, e seu retorno aos trabalhos dos jovens sociólogos atuais sobre as desigualdades sociais, que propõem um novo questionamento do aparelho teórico marxista, tenderia a prová-lo<sup>111</sup>.

Seja como for, quer sob a forma de classe, de rede, de comunidade ou de grupo de pares, a estratificação social da linguagem dificilmente aparece na gramática escolar, o que constitui, ao mesmo tempo, um fato óbvio, já que estamos muito acostumados com a unidade legítima do padrão, e com uma inacreditável separação entre a língua aprendida e a língua falada, quer seja a dos alunos, quer seja a de seus professores<sup>112</sup>.

### “Ricos e pobres de linguagem”

É um princípio antigo que a escola não deve ficar ligada à vida comum e que a linguagem da escola não é a da experiência ordinária, e não é o caso de colocar isso em questão: não, eu não ensino meus alunos em francês falado comum, e meus colegas do ensino fundamental ou do ensino médio também não. Sim, as manipulações da linguagem e a aprendizagem lexical e sintática realizada na escola não têm como objetivo “servir” diretamente ao cotidiano, mas sim, construir uma base de saber linguageiro com a qual o aluno possa jogar, no sentido técnico do termo, na sua prática da língua. A divertida sessão sobre o subjuntivo imperfeito *pusse*<sup>113</sup> do filme *Entre les Murs*, de L. Cantet (Palma de Ouro em Cannes em 2008) bem o diz: mas o que você quer que eu faça com “*pusse*”? – disse uma aluna em síntese, você me vê

110 A tipologia usual de variação em sociolinguística inclui cinco critérios: diacrônico (de acordo com a época), diastrático (de acordo com as classes ou as redes sociais), diafásico (de acordo com as situações de interlocução, é aqui que se situam os níveis de linguagem), diatópico (de acordo com as áreas geográficas, os dialetos, por exemplo) e diamésicos (de acordo com a escolha do canal oral ou escrito).

111 Falamos muito em linguística nas aulas até os anos 1980, por exemplo, para Rey (1972), Gardin e Marcellesi (1974), François (1983), e para Bourdieu, evidentemente, cujo artigo « Vous avez dit populaire ? », de 1983, publicado recentemente em **Langage et pouvoir symbolique**, é frequentemente citado em obras contemporâneas (2001). Para uma análise detalhada desta questão e para uma comparação com o emprego das noções de *classe*, de *dialeto social* ou *dialeto de classe*, na sociolinguística americana, ver Paveau (2008).

112 Os trabalhos e as reflexões sobre o ensino-aprendizagem da língua, na sua maioria, apenas mencionam a língua falada pelos alunos, e há muito que me pergunto o que seria de seus professores que, ao contrário do que pensam os autores dos livros didáticos e dos programas, nem todos falam como Voltaire, ou mesmo como Duras.

113 N.T.: O imperfeito do subjuntivo não é mais usado na língua francesa atual, é defendido apenas pelos puristas que até criam associações de seus defensores.

dizendo para minha mãe “*que je puisse*”? Não, obviamente, *pusse* será usado para outra coisa, por exemplo, para se apropriar do sistema da língua.

Mas parece-me que se deve fazer algo a respeito dessa questão eminentemente social (classista): na minha casa, diz a aluna, não só não falamos *pusse* como nunca ouvimos falar, está fora da minha experiência. Ela é desinibida, mas não é o caso dos entrevistados de Marconot, habitantes da ZUP ao norte de Nîmes:

- bem, todos nós falamos mal de qualquer maneira [...] o verdadeiro francês; não há mais quem o fale, hein;
- não é uma língua muito rebuscada [...] digamos que as pessoas são garotos – que vêm da classe trabalhadora ou de outra, bom bem – isso;
- o operário, por si mesmo, não tem que – falar corretamente, ah... basta que ele se faça compreender;
- pessoas de origem muito, muito popular [...] que falam francês como – como eu diria? – bem como como falam os proletários, eh às vezes uma linguagem muito pouco trabalhada [...] expressões grosseiras [...] uma linguagem um pouco rude. ( MARCONOT, 1990, p. 69).

Existem, portanto, “pobres e ricos de linguagem”, como diz Bentolila (2001, *Rapport sur l'illettrisme, on-line*) em seu léxico um tanto espetacular, que atende a uma argumentação a qual não é a minha aqui:

Os ‘ricos de linguagem’ se aviltam linguisticamente, sem risco e com a melhor consciência do mundo. Mas será que aqueles cujo vocabulário é limitado e impreciso têm mesmo um real poder linguístico? Não, eles são os ‘pobres da linguagem’, condenados a se comunicar apenas no imediato e nas proximidades.

Mostrarei mais adiante, sem muita dificuldade, visto que o assunto é tão visível a olho nu, que esses dados sociais, classistas, não aparecem na gramática escolar, nem, aliás, na maioria das vezes, na gramática universitária, exceto como opção variacionista declarada.

## **A dimensão social em *corpus* escolar e em *corpus* popular**

A situação sobre a qual eu proponho refletir é a seguinte:

- nas classes, encontram-se misturadas (em um ideal de mistura social) ou reunidas (na realidade das EPZs e dos estabelecimentos de “bairros difíceis”) competências languageiras socialmente desiguais, em que se encontram (ou não) ricos e pobres da linguagem, burgueses e proletários do léxico, príncipes e operários da ortografia;
- na gramática escolar e nos programas que a determinam, apenas a norma padrão está presente com base em uma língua “desclassificada”, “dessocializada”, conforme o indica a observação das gramáticas contemporâneas do ensino fundamental e do médio, ou

o conteúdo dos novos programas de 2008<sup>114</sup>. Mesmo que os programas incorporem a dimensão enunciativa ou proponham uma gramática frástica mais tradicional, a ausência da variação social é de fato a mesma.

Sem questionar, mais uma vez, a funcionalidade do ensino da norma, parece-me importante compreender os desafios e as consequências do ensino de uma língua às vezes pouco relacionado às práticas correntes dos alunos, e refletir sobre a integração da dimensão social da língua no ensino. Essa reflexão tem sido liderada há muito tempo pela linguística popular, que pode fornecer aos professores estruturas para construir práticas pedagógicas que incluam a variação.

## A linguística popular: *corpus* e dados<sup>115</sup>

A linguística popular é uma linguística praticada por não-linguistas, ou seja, por locutores que não adotam uma visão científica da língua<sup>116</sup>. As análises do popular consistem em descrições linguísticas profanas (em relação ao fenômeno da designação e da relação entre a língua e o mundo, à hierarquia entre escrito e oral, à conformidade às regras da língua etc.); muitas vezes, consistem em prescrições comportamentais frequentemente normativas ou até puristas (dizer vs. não dizer) e em intervenções na língua por intermédio de usos defeituosos ou de neologismos, que se tornam normas, porque oferecem soluções para dificuldades languageiras (por exemplo, verbos terminados em *-tionner*). Dentre essas práticas, a classificação social é muito presente: tipologia das palavras “vulgares” ou “elegantes”, proibições lexicais ou sintáticas condenando o “popular”, declarações irônicas de expressões “esnobes”, ou pronúncias abertas que identificam as classes dominantes.

A partir de 1983, em um artigo muito famoso e frequentemente citado: “Você disse popular?”, Bourdieu (2001, p. 137) clamava por uma “ciência rigorosa da sociolinguística espontânea”, que fazia eco, aliás, à “estilística espontânea”, que ele mencionava em *Ce que parler veut dire*, em 1981. Essa sociolinguística espontânea é a linguística popular em suas dimensões sociais, que se desenvolve em múltiplos lugares de fala, em conversas orais espontâneas, é claro, mas também nos múltiplos *blogs* e fóruns sobre a língua francesa (bem como em outras línguas), nos guias de boas maneiras, nas obras normativas e puristas sobre o bom francês, aquelas que vêm da “alma francesa”, constituindo o conjunto uma verdadeira história dos costumes languageiros franceses.

O ponto em comum dos elementos desse *corpus* é que eles oferecem comentários metalinguísticos que colocam em jogo a subjetividade dos falantes. Três categorias de dados subjetivos estão envolvidas: as intuições, as percepções e os sentimentos linguísticos. Essas categorias de observação permitem aos não-linguistas construir observáveis entre os quais escolhi examinar aqui as normas sociais da linguagem (correto vs. incorreto), os marcadores

114 O *corpus* do estudo é apresentado no final do capítulo. As gramáticas são mencionadas por siglas no texto.

115 Como a tradução do termo popular apresenta problemas de polissemia, integrei o termo inglês ao francês e falo, a partir de agora, de linguística *folk* ou de gramática *folk* (PAVEAU, 2008).

116 Para uma definição detalhada, consulte Brekle (1989), nosso artigo no n. 151 de *Français aujourd'hui* (PAVEAU, 2005) e, para vários exemplos de todos os níveis de análise linguística, ver Paveau e Rosier (2008).



sociais da linguagem (as categorias “popular”, “burguês”, “esnobe”, etc., concernentes às “classes”, mas também às redes sociais – jovens, comunidades profissionais, geográficas, sociogeográficas) e, enfim, as vozes, socialmente descritas por acentos, timbres e tipos de articulação. O método é comparativo: observo o que o *corpus* escolar e o que o *corpus* popular dizem sobre esses três fenômenos languageiros.

## A norma social: a evidência do francês padrão

Toda a complexidade e o interesse pela questão da norma languageira é por sua duplicidade, ou seja, o conjunto de relações por vezes muito complexas que existem entre a norma social e a norma linguística. Nas gramáticas escolares consultadas, não há problema deste tipo: a questão da norma nunca é posta, e a norma é pro(im)posta, sem questionamento, sem reflexão sobre o erro e até sem exercícios a partir dos erros. “O ensino da gramática tem por finalidade favorecer a compreensão dos textos lidos e ouvidos, melhorar a expressão de forma a garantir a justeza, a correção sintática e ortográfica”, informam os novos programas do ensino fundamental para CE2 e CM (p. 14). Sim, mas de que correção se trata? A variação social não é mencionada, e a gíria, por exemplo, que poderia fornecer recursos interessantes para a manipulação da linguagem, está ausente: “A escola não questiona o significado que o padrão tem para a criança, dando por certo que ela deseja adquiri-lo, sem dizer por que é desejável” (GADET, 2007, p. 105)<sup>117</sup>.

Esse aspecto desejável do padrão e do correto, por outro lado, encontramos já abundantemente descrito no *corpus* popular: falar corretamente é desejável porque é falar como os que têm poder, é dominar os códigos sociais e ganhar poder ou conquistar um lugar na sociedade. Todos os guias de etiqueta e todas as obras sobre o bom francês contêm esse discurso, mesmo que seja prescritivo e por vezes severamente conservador (*Le Bon français*, de M. Druon, publicado em 1999, é um bom exemplo). O padrão é motivado por eles. Isso pode ser visto, por exemplo, nestes comentários sobre o excesso de acentos circunflexos encontrados no *site* <http://langue-fr.net> (ortografia preservada):

Tirem o chapéu!!!

É o que se chama “erro por hipercorreção”: exagerando, você acrescenta acentos circunflexos onde não deveria.

TF1 gosta do circunflexo

- O nobre AmphigouriX (21 Pradaria do ano CCVIII, 9 de junho de 2000 d.c.-d.c.g.)

- Visto em Pernaut-13h [NDÉ: telejornal da primeira emissora nacional francesa], uma jovem se preparando para a opção “basca” no bacharelado; seu nome no subtítulo, seguido de *future bachelière*. Schtroumpf dizia: “Você vê como as pessoas amam o circunflexo, eles o colocam em todo lugar”.

<sup>117</sup> Não tenho espaço para desenvolver este ponto, mas como abordar a multiplicidade de textos literários franceses, muitas vezes perfeitamente canônicos, que encenam falares populares ou socialmente marcados, sem introduzir, em um momento ou outro da aprendizagem linguística, a ideia de uma marcação social da língua?

- Maximilien (9-6-2000) – É para ser mais sério. E funciona, parece mais sério. Bem, à primeira vista, já que, de fato, parece mais negligenciado que outra coisa.
- Schtroumpfix (9-6-2000) – Bachotage et rabâchage são os dois seios do futuro bacharelado.
- Clément-Noël Douady (10-6-2000) – Prevíamos que ela ia perder o bacharelado, e entrar em uma fábrica de produzir lonas (nova moda: boina basca em lona).

Mas o que é interessante é que o não padrão, o vernacular ou a gíria, também o são: a tradição purista, sempre ambígua, abre espaço para a ‘truculência’ da gíria, para o prazer de xingar, para o gozo da fala vulgar (PAVEAU; ROSIER, 2008, cap. 8). Trata-se de uma visão de língua obviamente menos científica, mas muito mais rica, a meu ver, do que a das gramáticas escolares.

O risco imediato dessa constatação é alimentar os ensinamentos subjetivos, estéticos e não “científicos”, e ir na direção das propostas governamentais francesas dos últimos anos, que reorientam a aprendizagem de línguas para um normativismo tradicional, mais apreciativo do que objetivo (Relatório de Gramática de 2006, programa de ensino fundamental 2008, programa de faculdade em consulta 2008). Embora o termo *tradicional* precise ser ressignificado: os velhos Souché e Grunenwald de minha infância – para falar o dialeto orsenniano – propunha uma coluna de exercícios irregulares intitulada “Bom uso”. Tinha, por exemplo, um exercício na forma de “não diga vs. diga” sobre o emprego do auxiliar *avoir* ou *être* (1961, p. 61). No entanto, esta questão é estritamente social e histórica, como mostra C. Blanche-Benveniste em um trabalho intitulado “*J’ai descendu dans mon jardin*”, em que descobrimos que Littré admitia perfeitamente: “*j’ai resté un an à Grenoble*”, credenciando assim o francês falado conhecido como “errado” pelos trabalhadores da fábrica da Opel (BLANCHE-BENVENISTE, 2003, p. 319). Assim, a norma mudou, e o social influenciou a própria sintaxe, tantas vezes apresentada como uma estrutura intangível. Uma excelente oportunidade, a meu ver, para integrar o diastrático e o diacrônico no ensino-aprendizagem do francês, com todas as adaptações necessárias ao nível dos alunos.

A honestidade científica nos obriga a tomar posições matizadas e difíceis: a questão importante não é nem a da riqueza da abordagem nem a do ensino: a marcação social da língua é ensinada rigorosamente? Acho que sim. Impede o aprendizado fundamental do sistema linguístico? Acho que não. Então, sim ao enriquecimento do repertório social dos alunos e não ao abandono de critérios racionais para o ensino da língua, os únicos garantidores de seu ensino.

## Os “níveis de linguagem”: uma categoria mal definida

Se não encontramos nenhum dado diastrático em nossas gramáticas, por outro lado o nível diafásico está sistematicamente presente, na forma de um esquema ou de uma página intitulada “Os níveis de linguagem”, em que a linguagem não é realmente definida, mas apresentada como relacionada a situações de interação.

Na NGC, no sexto nível, três níveis são apresentados com exemplos: coloquial? *boulot*; corrente? *travail*; formal? *labeur* (p. 314). A apresentação é seguida de um desenvolvimento proscritivo: “Como evitar a linguagem coloquial?”, em que se aprende que o nível coloquial só pode ser usado na oralidade (retorno da velha confusão entre oral e popular), e em que várias dicas são dadas para aperfeiçoar seu vocabulário (p. 314 e segs.):

- evitando o *verlan*<sup>118</sup>, as gírias, as abreviações

*Ufa! Você viu o dinheiro que ele tem?? Você é louco! Você está ciente de sua fortuna?*

- evitando supressões de sílabas, repetições

*Ele tem uma boa scoot'? Ele tem uma bela scooter*

- usando *nous* em vez de *on*

A gente fez uma boa caminhada? Demos uma boa caminhada

Atenção!

Não empregue *nous* e *a gente* na mesma frase: *Nous, on ne bougera pas -> Nous nous ne bougerons pas*

Um pouco mais adiante, dicas com exemplos também são dadas para “evitar o relaxamento”:

- A negação completa e a pontuação<sup>119</sup>

*J'te raconte pas la bécanne? Je n'ose pas te décrire ce scooter*

- A pergunta

Dá para acreditar? Você acredita no que ele está dizendo?

- A supressão de verbos vicários, como *fazer*:

Tem que fazer isso de novo?? Você quer que eu explique para você de novo?

Por fim, explicamos ao aluno como escrever na linguagem formal: “A linguagem rebuscada” é usada na escrita e na oralidade nos textos literários, nos discursos:

- O vocabulário é rebuscado, e as frases são complexas: *Eu ignorava que você tinha adquirido uma motocicleta.*

- A gramática é sempre respeitada e utiliza certos modos verbais, como o subjuntivo: *Eu deveria ter podido falar com você sobre isso.*

Eu não gostaria de cair na facilidade do comentário irônico, o leitor apreciará a qualidade das “traduções” de um nível para outro, mas não sem antes fazer as seguintes perguntas:

118 *Verlan* é um tipo de gíria em que se invertem as sílabas ou as letras. Vem de *l'envers*, que significa o inverso.

119 O francês faz a negação com dois elementos – *ne* e *pas* – e a linguagem popular tende a suprimir o *ne*.

- sobre a definição de situação: quais são as situações que requerem a substituição, por exemplo, de *moto* por *motocicleta*? Como eles são identificados ou avaliados pelos alunos? O parâmetro social no sentido classista está realmente ausente? A quinta GPLE propunha mais ou menos a mesma coisa, afirmando “Como a situação exige” (título da página) e “De acordo com a situação de enunciação” (título do parágrafo);
- sobre a classificação dos níveis: para onde passou o nível da gíria, chamado popularmente de vulgar, grosseiro etc.? Os *merde* e os *bordel* e os *trou du cul* estão fora dos dicionários? Surpreendentemente, é nos currículos do ensino fundamental que eles são encontrados: “Saber o que é um registro de linguagem; durante as trocas orais, transpor qualquer enunciado espontâneo de registros familiares, gírias ou palavras baixas em um enunciado pertencente ao francês padrão” (CM1, p. 29). Evitadas, mas ainda mencionadas, as palavras “baixas”.

A linguística popular não tem esses pudores ou esses irrealismos, como se gostaria. A gíria é frequentemente analisada em seus *corpora* e não faltam comentários sutis sobre os usos. Assim, P. Daninos (1964, p. 18-19) em *Snobissimo* menciona as alternâncias diafásicas das pessoas comuns:

É sem dúvida nessas partes que a dosagem (vocabulário aviltado) de que falei alhures – do tipo Era divino... tinha um daqueles avós aí velhinho, é muito simples o nascimento de Vênus pra melhor... Acho que aquele desgraçado do Rubi ganhou um ingresso com ela engraçado – é o mais sábio.

E os editores do *Le Monde*, pertencentes à brilhante tradição dos tipógrafos franceses não-linguistas, apresentam regularmente análises de gírias presidenciais, das quais aqui está um exemplo:

*Sarkozy, ou a loucura dos preguiçosos.*

Como uma estrela vinda de seu firmamento, rodeada por seus satélites ministeriais e municipais, o presidente da república derreteu, na manhã do dia 22 de janeiro, numa terça-feira, junto a um grande grupo em Sartrouville, não longe de Paris, para proferir suas palavras doutrinárias... Ouvidas estas poucas palavras veiculadas pela imprensa audiovisual, durante uma breve interação com os “jovens” presentes no local e bastante maravilhados: o seu “plano de subúrbio” vai dar-lhes a oportunidade de trabalhar e de ter uma formação, “porque a vida não é para preguiçar”. Não comentaremos sobre a sintaxe do presidente, nem sobre a penetração de seu pensamento, mas apenas sobre o “*glander*”, verbo de rara elegância que se tornou decididamente um carro-chefe do vocabulário governamental.

O “*gland*” é, antes de tudo, o fruto do carvalho, não nos esqueçamos, e esta palavra nos vem do latim: *glans*, *glandis*, e muito antes disso, de fato, os linguistas a relacionavam com a raiz indo-européia *gwele* [...]. O significado atual, “esperar em vão”, só é atestado em 1941 (com forte conotação sexual: como “punheta”), e *glandouiller*, outro paradigma

do verbo governamental, dataria de 1938. Deixaremos de lado *glandage*, *glandule* e *glanduleux*, que existem, mas ainda não foram incorporadas ao discurso do Eliseu.

Em conclusão, diremos que um novo direito do povo está na mira do poder, o “direito de vadiar”! Mas que os jovens possam sempre responder com soberba ao presidente, parafraseando F. Mauriac: “O verdadeiro *glandeur* ignora as ofensas dos pequenos”.

(<http://correcteurs.blog.lemonde.fr/correctors/>, 24.01.2008).

A mim, parece que a gramática escolar poderia valer-se do fundo da linguística popular para apresentar uma visão enriquecida da língua, notadamente por meio de marcadores sociais.

## As vozes: uma gramática sem voz

Esta observação também diz respeito às vozes. Por voz, entendo não só o oral, mas todos os fenômenos marcados que o caracterizam: acentos sociais, timbres e articulações. A sociolinguística acadêmica leva em conta a oralidade e suas marcações sociais, mas basicamente nas constatações fonéticas:

As falhas de ligação mais comumente percebidas, expressas na frase coloquial “ligação incorreta”, são os chamados erros “*pataquès*”, que conotam um discurso muito pejorativamente. São chamados, para os mais recorrentes, de couro (fico muito confortável com isso) e de veludo (eu também). (GADET, 1989, p. 78).

No *corpus* consultado, a gramática escolar não leva em consideração o oral, o que significa que não compreendemos, de forma efetiva ou de forma indireta, as vozes do francês nos manuais didáticos, exceto a voz do professor e a dos alunos. Uma única gramática, a terceira *DTP*, oferece um CD de áudio com o livro do professor, que serve para exercícios regularmente propostos no manual. Por exemplo:

- Ouça com atenção esta conversa entre duas amigas. Lou acaba de apresentar Julien, uma jovem atraente, mas vaidosa, à sua melhor amiga, Émerance. Usando o estilo indireto e a narrativa de falas, relate em apenas algumas linhas o que as duas amigas estão dizendo uma à outra. Seu texto começará da seguinte maneira: Nesta passagem, Lou pergunta a Émerance se... (2003, p. 108, ao inserir letras em um texto);
- Em uma primeira audição, observe as subordinadas relativas nas passagens que você ouvirá. Em uma segunda audição, principalmente com a ajuda das pausas, especifique quais são os epítetos e quais são os apostos. (*DTP 3<sup>a.</sup>*, 2003, p. 185, sobre a relativa);
- O apresentador da estação de rádio “SOS solitude”, que você vai ouvir, às vezes tem uma maneira um tanto abrupta de falar com seus interlocutores. Formule, de maneira atenuada, seus conselhos ou pedidos, usando o condicional ou o imperfeito. (*DTP 3<sup>a.</sup>*, p. 145, sobre os modos e os valores modais).

Embora a questão social não seja colocada, os alunos podem ter a oportunidade de atentar para sotaques regionais ou acentos sociais que os familiarizem com a variação. A gramática

escolar atualmente em construção propõe uma concepção bastante teatral do oral, preocupada mais com a técnica do que com a marcação social:

Consciente de que o oral deve ser ensinado, o professor elabora exercícios variados e progressivos que permitem aos alunos trabalhar a voz, os gestos e a ocupação do espaço. É neste contexto que se realizam, em particular, a recitação (em articulação com os textos estudados), a leitura em voz alta, a exposição oral, o relato, as interações organizadas. (*Programme de collège en consultation*, 2008, p. 7).

No lado popular, abundam as notações classistas: desde as vozes muito “Guermantes” descritas por Proust aos sotaques populares encenados por Fallet, passando pelas excessivas aberturas de Marie-Chantal, as vozes, seus timbres e suas articulações são frequentemente fixados. Dois exemplos:

- A própria entonação diferenciada parece hoje de tom ruim, senão até duvidosa. Não é mais culpa de algumas locutoras de rádio, cujas palavras parecem salpicadas de strass [...]. Quanto ao *madhême*, que tantas vezes precedia minhas homenagens no tempo em que os *a* só saíam de bocas bem feitas enchapelados com um acento circunflexo, tornou-se prerrogativa das damas de companhia, ou das companhias aéreas (Daninos, 1964, p. 16)

- Evitar também ligações acentuadas demais. Às vezes, até são suprimidas: “Commen(t) allez-vous?” substituiu “Commen-t-allez-vous?”. Alguém que olhasse para o relógio e dissesse: “Je m’en vais, il est troi-z et demie” seria um pouco ridículo no mundo e pedante lá fora;

Finalmente, uma articulação clara e uma leve gagueira muito “oxoniana” (não dizer “oxfordiana”) é de uso para contar uma anedota ou uma história de caça. (JULLIAN, 1992, p. 197).

Quando ensinamos em lugares socialmente mistos, ou nos chamados bairros difíceis, ou mesmo em áreas de alta imigração, como na minha Universidade Paris XIII, em Villetaneuse, só conseguimos ouvir um francês muito marcado por sotaques diversos, para os quais categorias específicas nem sempre são adequadas: o famoso sotaque suburbano, acompanhado do discurso de metralhadora, é ao mesmo tempo social, étnico e geracional. Os adultos que trabalham em um ambiente profissional o perdem.

Que a gramática do francês seja confinada a uma escrita estranha parece-me representar o problema da realidade da língua, aqui de natureza social.

## Conclusão

Os materiais fornecidos pela linguística popular são inestimáveis e às vezes exclusivos, com os “linguistas dominicais” realizando um trabalho, em especial sobre as falas de classe, que os profissionais nem sempre fazem (para uma apresentação detalhada desse fenômeno, ver Paveau e Rosier, 2008).

A abordagem social da língua em sala de aula me parece necessária, por razões linguísticas (o francês padrão não é o francês), mas também por razões didáticas (ensinar o padrão é necessário, mas não o suficiente), e éticas (a escola não precisa mentir sobre a natureza profundamente discriminatória do poder simbólico da linguagem). Também é *uma faca de dois gumes*, uma vez que se oferece às ideologizações do ensino do francês, que se baseiam em avaliações normativas, estilísticas e até pseudoreligiosas (a “missão” da gramática amplamente descrita no relatório de novembro de 2006). Como sempre, apenas uma formação sólida de professores, incorporando um discurso reflexivo sobre sua própria variedade, sem negação ou desprezo, permite manter uma posição cientificamente rigorosa e pedagogicamente eficaz.

# IMAGENS DA LÍNGUA NOS DISCURSOS ESCOLARES<sup>120</sup>

Ao falarmos sobre o discurso escolar, tocamos num problema metodológico importante: o que se entende por “discurso escolar”? Identificado restritivamente como discurso da escola e, até mesmo, à custa de uma redução espacial, como discurso na escola, o discurso escolar não é impedido por si mesmo de se relacionar com aqueles que se encontram fora do espaço escolar ou da instituição escolar. Em outras palavras, o discurso na escola não é apenas os discursos da escola; seria preciso, portanto, poder compartilhar o que é dos pais e da família, o que depende de parâmetros sociais e culturais, o que se capta no discurso da mídia, o que emerge de uma crença popular etc. E esses próprios discursos interpenetram-se e entrelaçam-se formando um universo discursivo que se organiza de maneira diferente, de acordo com os tempos, as crises e os acontecimentos. Falar de imagens de língua em discursos escolares não pode, assim, ser feito sem levar em conta essa polifonia essencial e a tarefa é muito importante para ser realizada no âmbito de um capítulo.

Muitos trabalhos já abordaram isso tanto fora, quanto dentro da escola, proporemos aqui algumas respostas, porém sempre muito “monofônicas”, reduzindo os discursos escolares aos que são produzidos no âmbito da escola pelos alunos, pelos professores, pelos livros e pelos textos oficiais.

## Das representações complexas, múltiplas e implícitas

Questionar as imagens da língua é tentar identificar quais são os traços por meio dos quais cada um traça um retrato mais ou menos preciso, mais ou menos fixo e mais ou menos ciente de um sistema comum a todos; esses traços podem ser funções, valores ou propriedades. Essas imagens são, portanto, complexas, porque deslizam vários parâmetros de natureza diferente, e múltiplos, porque pode haver tantas representações quantos são os sujeitos falantes (ou grupos, comunidades etc.); na maioria das vezes, no entanto, eles estão implícitos, porque este não é nem de conhecimentos nem de saberes objetiváveis, mas, sim, de representações estruturantes. Nas situações de ensino de uma disciplina como o francês, as questões tornam-se ainda mais difíceis, pois essas representações estão, por natureza, em constante circulação.

## Discurso sobre a língua e reflexividade

Diante da complexidade do fenômeno, adotamos um método indireto: reunimos um conjunto de trabalhos e pesquisas realizadas sobre questões de língua na escola e procuramos ver o que elas revelavam, em vão e por inferência, dessas imagens difíceis de alcançar por um método de investigação direta. Isso nos permitiu ampliar o campo de investigação, mas permanecendo dentro do âmbito das fontes mencionadas anteriormente.

---

<sup>120</sup> Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. Images de la langue dans les discours scolaires. *Le Français aujourd'hui* 125. *Images et représentations de la langue*. Paris: AFEF, 1998. p. 52-60. Tradução de Fernando Curtti Gibin (UFSCar) e Marco Antonio Almeida Ruiz (USP).



Em relação ao estatuto do curso de francês não podemos repetir, é irredutivelmente singular, pois a língua é reflexiva: “um indivíduo, seja aprendiz ou não, não usa a língua como instrumento de ação sobre o mundo. Tampouco se comunica por meio de um instrumento que seria essa língua [...] Ele pode evocar a realidade *no* uso de uma língua e expressar seus pensamentos *nessa* língua [...]” (DAVID, 1997, p. 5). Ou seja, o aluno não analisa *a* língua, mas sim a *sua* língua, ele não lê o texto de um autor que usa *a* língua, mas resolve *na* sua língua a produção de quem fala a *sua* língua. As imagens da língua estão, portanto, intimamente relacionadas às imagens dos próprios sujeitos.

Quatro imagens dominantes emergem com bastante clareza de todo o discurso veiculado no campo escolar hoje (por volta dos anos noventa). Sua apresentação sucessiva não deve ocultar o fato de que muitas vezes mantém relações íntimas e que o todo forma, em última instância, uma macroimagem relativamente coerente da língua. Tampouco deve sua predominância nos fazer esquecer de que outras imagens, embora possam ser minoria ou indetectáveis, ainda existem, de modo que podem, com o tempo, tornar-se dominantes.

## A língua-mundo

### *Speculum mundi*

A antiquíssima concepção de espelho da língua do mundo está muito presente nos alunos, para os quais a língua é usada para dizer o mundo, a realidade, a verdade das coisas. Conforme É. Bautier (1995, p. 184), “as palavras parecem ter importância apenas na medida em que, para o aluno, traduzem melhor a sua experiência, o que ele quer dizer sobre ela. [...] A linguagem escrita, como a fala, é ‘feita para’; falar o ‘verdadeiro’, o que é, o que aconteceu”. Todos os professores de francês conseguem identificar essa “postura”, segundo É. Bautier, nos vários exercícios da disciplina, nomeadamente na leitura e na produção de textos narrativos. Essa aproximação entre a língua e a realidade, entre o textual e o real também se realiza na leitura de textos poéticos que não são diretamente referenciais. No âmbito de uma obra sobre “poesia viva”, uma aluna do segundo ano justifica assim a escolha do poema “Mãe”, de J. Darras: “Porque amo as mães”; outro descarta um poema de W. Cliff sobre a Bélgica, explicando: “Eu não sou belga”; e outro finalmente confessa que “Bélgica e batatas fritas, isso tem um aspecto pesado e desinteressante” (PAVEAU; PÉCHEYRAN-HERNU; JOUVENCEAU, 1997, p. 84-85). A mesma postura é encontrada no trabalho de argumentação no segundo e primeiro anos, já que os alunos às vezes resistem fortemente em defender pontos de vista dos quais não compartilham, que não correspondem para eles à “verdade das coisas”, a uma realidade que seria deles.

## Transmissão e circularidade

Os professores franceses interessados na questão conhecem bem essa representação, resultante de um realismo tão antigo quanto contínuo<sup>121</sup>. É uma questão saliente para os

121 Lembramos que a querela entre nominalismo e realismo (para dizer as coisas rapidamente) é uma constante para especialistas da língua da Antiguidade do século XVIII. Além disso, ao agruparmos a ideia da língua-mundo, vemos a sua predominância na linguística espontânea de locutores (Cf., por exemplo, BREKLE, 1989).

alunos e apresenta dificuldades em todas as aprendizagens relacionadas com a disciplina: se a língua não reflete o mundo, então o que é um texto, um discurso, um argumento? De que ordem dependem o som, a palavra, a frase? E, acima de tudo, o que é essa ordem mundial repentinamente privada de seu espelho? Porém, o significado e a durabilidade dessa imagem, que é obviamente o produto de vários legados, escolares e extracurriculares, não são explicitamente (suficientemente?) levados em consideração, na forma de uma obra real e de um real questionamento sobre representações, sobre o que já se sabe dos alunos, na formação dos professores e no próprio ensino. De repente, essa imagem persiste quando os alunos entram no Ensino Superior; ouve-se, por exemplo, de alunos do segundo ano de Letras Modernas, colocados em situação de produzir um argumento, o mesmo discurso do Ensino Médio<sup>122</sup>. E quando esses alunos são futuros professores, a língua-mundo, escapando às perguntas, ainda se espreita: na prova oral de explicação do texto da CAPES de Letras Modernas, os candidatos, muitas vezes, confundem língua e realidade em suas análises lexicais<sup>123</sup>. Dessa forma, esta representação repete-se de forma circular, nos diferentes lugares e tempos de ensino e formação. Há, neste campo das imagens da língua, um sítio a ser aberto, e não apenas em termos de validade científica; não se trata de substituir, com autoridade, uma imagem cientificamente invalidada por outra, legitimada pelo recurso às ciências da linguagem. Seria antes uma questão de compreender qual é o lugar e a função da língua-mundo no universo das representações escolares, de onde vem a legitimidade que confere a essa imagem uma longevidade tão notável e, sobretudo, qual tipo de ensino permite e não permite.

## A língua-norma

### A correção da língua

Se a língua é usada para dizer a verdade das coisas para os alunos, parece que se deve dizê-la especialmente *bem* para os professores. De acordo com os resultados da pesquisa realizada em 1993-1995 por Elalouf, Benoit e Tomassone (1997, p. 83), entre os futuros professores do segundo ano do IUFM, é possível descrever o perfil do

formando-tipo de letras modernas, que pode ser considerado a maioria entre os formandos [...]. Esse perfil é caracterizado por opiniões tradicionais sobre o ensino da língua. Para esses estagiários, ensinar a língua é ensinar a norma, as expressões oral e escrita corretas [...]; o ensino gramatical é usado principalmente para dominar as expressões oral e escrita [...].

A imagem estatisticamente dominante na amostra determinada por essa pesquisa (274 estagiários dos IUFMs em Rennes, Reims e Versailles) é, portanto, a de uma língua padrão, uma imagem que também pode coexistir com a anterior.

122 Essa marcação reflete somente a nossa própria experiência e demandaria uma pesquisa para ser confirmada.

123 Um exemplo entre outros: sobre “Le lézard amoureux” [O lagarto apaixonado], de R. Char, um candidato indica que o poeta utiliza, às vezes, “palavras simples”, “palavras do cotidiano”, dando como exemplo o cambalear [*titube*, em francês]. Interrogado sobre esses critérios de apreciação, ele afirma que “o cambalear não é tão estimado como atitude, cambaleamos quando estamos embriagados, por exemplo” (seção, 1998).

## A língua restrita

Aqui, novamente, não se trata de deplorar ou denunciar as concepções tradicionais ou gramaticais da língua, mas de se medirem os riscos do ensino do francês e de se compreender melhor o que o aluno pode fazer com a sua língua, quando ele recebe um ensino constituído por essa imagem; para isso, é útil perguntar que padrão é esse exatamente, e apreender o padrão escolar em seu funcionamento pedagógico, como fazem Fournier e Veck (1995, p. 53-58), em um artigo sobre “noções em francês”. Eles estudam as anotações das cópias dos alunos feitas por seus professores, observando os usos imperfeitos sancionados na margem. O estudo mostra que a norma escolar é específica, na medida em que restringe o uso da língua:

[...] a avaliação dos enunciados dos alunos sobre os quais as anotações se referem mostra que, na grande maioria dos casos, os usos imperfeitos observáveis nas cópias dos alunos não constituem em si falhas. Logo, a escola autoriza apenas uma parte dos usos possíveis. A implementação de noções de gramática em uma prática, a avaliação da escrita escolar, conduz à constituição de um padrão, e, nesse caso, à limitação dos usos e possíveis efeitos de sentido. (ibid., p. 54).

Essa restrição não diz respeito apenas às formas sintáticas, mas se estende a todos os usos linguísticos: em um estudo sobre o estilo dos alunos, Fournier e Allardi (1996, p. 38) mostram que “o exercício de redação constitui como padrão uma categoria de enunciados determinados por critérios mais seletivos do que aceitáveis”. Com efeito, as produções dos alunos sancionadas por fórmulas como “mal escrito”, “desajeitado”, ou “evitar”, são, de fato, enunciados corretos ao nível linguístico: “O padrão produzido pela escola surge assim como uma norma reforçada em relação ao que é produzido por outras instituições” (em particular o dicionário), concluem os autores, que acrescentam que, nessas condições, “o aluno não escreve a sua língua em plena liberdade” (ibidem., p. 39). Uma imagem da língua baseada em padrões escolares de correção, portanto, apresenta problemas que vão além de simples considerações axiológicas ou estéticas; é o uso de sua língua pelo aluno que está em causa e, ao final, sua constituição como sujeito, sua relação com o mundo e com o outro.

## A língua invariável

Se a língua-norma é uma língua limitada, ela é também, fundamentalmente, uma língua invariável, uma “monolíngua” exclusiva que fala somente de uma única e boa maneira. Essa evidência aparentemente simples é, de fato, como podemos observar, problemática nos aspectos do ensino do francês na escola.

## A escrita: a unicidade implícita do modelo

A norma escolar impõe, nos trabalhos escritos dos alunos, particularmente na composição francesa do ensino fundamental, uma maneira de escrita única, um conjunto de estilos prototípicos, o que implica a rejeição de outras formas de escrita. Até o momento, nada que

não possa se justificar, em especial pela necessidade de pedir emprestado, para produzir um objeto normatizado no campo escolar (em outros tempos, falaríamos da formação discursiva), ou seja, a composição, um estilo adequado a esse objeto. Todavia, a presença dessa norma única coloca dois problemas importantes em questão, analisados por Veck (1996) em seu trabalho sobre as anotações de cópias dos alunos. Em primeiro lugar, segundo o autor, a imposição de um protótipo estilístico único da composição parece arbitrário em relação à prática dos alunos: após ter identificado os estilos proibidos, ele observa que

[...] todas as maneiras de escrita, rejeitadas pelo francês escolar, não são descritas e nem listadas nos manuais: os estilos jornalísticos ou “literários”, ou “científicos”, são reconhecidos intuitivamente pelo professor, mas não são treinados pelos alunos para os distinguir, nem para os praticar como conhecimento de causa. É porque se trata de uma questão de prática que se coloca a partir da observação dessas anotações. É possível aprender o estilo dissertativo sem o situar em relação a outros? (VECK, 1996, p. 46).

Essa situação não realizada representa para ele um conjunto de bloqueios na evolução da disciplina: “É por uma abordagem complexa discursiva realizada tanto por um plano reflexivo, quanto para práticas diversificadas que a disciplina poderia, sem dúvidas, escapar da acusação frequente promovida pelo encontro de atividades limitadas e esclerosantes” (ibid., p. 46).

## O oral: clareza e distinção

As mesmas exclusões se produzem em relação às produções orais dos alunos. Tomar a oralidade e a diversidade dos usos é, de certo modo, uma atividade presente nas *Instruções oficiais* recentes; contudo, a diversidade de usos é ainda considerada sobre o ângulo de níveis de língua e de sua “métrica<sup>124</sup>” e a norma escolar continua sendo a única, já que se trata para os alunos como um produto de uma fala “audível, clara, ordenada e regular” (MEN, 1997, p. 8). Ou, como afirma E. Nonnon, a oralidade não é nem invariável, nem linear: “porque trata de uma organização que se elabora passo a passo, por aproximações, na atividade produzida pela fala, no qual nós nos corrigimos por ajustes sucessivos e regulamos por modalizações ou reajustes retrospectivos levando em consideração a participação de interlocutores para construir um espaço de compreensão comum. Essa emergência de significações na atividade conduzida pela enunciação, essa temporalidade sempre prospectiva e retrospectiva de ajustes para outras formas entram em conflito com a linearidade da linguagem, em que vai e vem, essa repetição e esses curtos-circuitos que caracterizam a fala espontânea” (NONNON, 1996, p. 59). Ela acrescenta que em tudo isso há dificilmente sentidos do falar da oralidade ao singular (não mais que na escrita), porque “não há múltiplas formas de atividade oral” (ibid., p. 59); ela precisa que essas formas são as vezes próximas de certas atividades escritas, que, de forma contrária, podem apresentar características do discurso oral.

---

124 “Essa situação (oral), qualquer que seja, impõe a cada vez suas próprias normas e implica, assim, como consequência, uma métrica progressiva de níveis da língua. As variedades do francês mostram que existem diversos ‘bons usos’ que convivem e dominam os códigos para participar plenamente da vida social” (MEN, 1997, p. 8).

## As variações da língua: o caso dos regionalismos

“Falar a língua do outro de forma livre”, como afirmam os escritores Fournier e Allardi, é para o aluno ser assegurado de não incorrer em sanções (no seio rígido da rejeição não explicitamente justificada) quando ele se inscreve nos usos da língua que não correspondem à norma escolar, pois elas constituem variações em relação aos usos legítimos no exterior, seria, dessa forma, promover uma sanção no tema, e sobretudo nas operações realizadas para resolver de maneira individual os problemas linguísticos. Os trabalhos dos sociolinguistas mostram que dessa maneira é principalmente a concepção “monolinguística”, invariável, que domina o lado dos professores e da instituição, e que as variações regionais são insuficientemente consideradas porque são desconhecidas. Blanchet mostra, por exemplo, por meio de suas pesquisas sobre os documentos oficiais, os manuais escolares e as representações de professores, que “a educação fica majoritariamente normativa (um único código), às vezes plurinormativa (vários códigos), longe de proposições plurinormalistas (usos de vários códigos) resultado do estudo científico dos fatos languageiros” (FOURNIER; ALLARDI, 1995, p. 49). Essa importante imagem de uma língua invariável tem por ela mesma graves consequências: “é uma distorção grave da educação francesa, tanto em relação ao plano de conteúdos errôneos, quanto para a ideologia da exclusão que ele instiga<sup>125</sup>” (ibid., p. 49).

## A língua-silêncio

### O “diálogo magistral”

Essa expressão, aplicada no padrão da repartição da fala em aula por Daunay, Marguet e Sauvage (1996, p. 102), designa um tipo de troca em curso no qual “a fala do aluno é essencialmente a resposta de solicitações” e também são “as únicas que alguns alunos sabem compreender sobre o seu local”. Ou seja, nessa “comunicação desigual”, os outros permanecem em silêncio. Esse silêncio dos alunos (trata-se do silêncio que os impede de falar, e não de um silêncio positivo escolhido pelo escutar e pela troca, por exemplo) é também o indício de uma imagem da língua. Para esses alunos, a língua é uma língua-silêncio e é composta pela constituição do tema no campo escolar, assim como a noção de aprendizagem na escola que se encontra afetada. É um conjunto de diversos professores colocando em discussão dispositivos que lhes permitem passar do diálogo magistral ao diálogo mais curto, se o modo da didática da oralidade é, de fato, largamente aberto, o que constata que “o problema das crianças silenciosas” é sempre aquele que os professores relevam majoritariamente quando os interroga sobre suas práticas da oralidade (LE CUNFF, 1994, p. 21, sobre o primário).

## O risco da língua

Essa imagem da língua em que os alunos mergulham representa um silêncio que é bem descrito por M. Rispaill (1995), isto é, que coleta junto dos alunos informações mostrando

---

<sup>125</sup> Para um tratamento mais aprofundado sobre essa questão, e para compreender como são constituídas na França as “ideologias diglossicas” (diglossia), consulte Boyer (1990).

que a imagem da língua-silêncio é parcialmente uma produção de representações nas quais falamos mais alto, em particular, a língua-norma e a língua invariável; eles dizem, por exemplo, sobre a impossibilidade de produzir uma fala não preparada, e a oralidade descrita no *IO* do colégio é a fala invariavelmente “audível, clara, ordenada, regular” que exclui o que D. Bucheton (1996, p. 6) chama de “rascunhos verbais”; eles exprimem, também, o medo da sanção dos professores e dos colegas de sala, o medo de não impor a “boa fala”, o que é adequado ao campo escolar. É preciso, para prolongar essa exploração, poder mesurar o degrau da violência desse silêncio dos alunos, violência dirigida contra a instituição e seus representantes; o silêncio dos alunos pode também constituir uma reversão de valores da instituição escolar, lugar da “métrica da língua” por excelência. É preciso também poder compreender o que diz a “fala sufocada” do sujeito silencioso. Frequentemente colocado sobre a conta das famosas lacunas e dificuldades acumuladas ao longo do curso escolar, o silêncio sempre se constitui, todavia como um discurso sobre o modo em que o sujeito institui sua autonomia em relação à outra, parente, colega de classe ou professor. Entretanto, essa abordagem supõe o inverso ao sujeito, e não como uma ferramenta exterior em que é preciso adquirir uma ilusão sobre a “métrica”.

## Funcionalidade das imagens da língua

Língua-mundo, língua-norma, língua invariável e língua-silêncio são imagens de língua dominantes, em que nós não podemos nos contentar de fazer um único objeto de contestação ou um uso simplesmente explicativo. Se sua identificação permite explicar certos passos linguísticos dos alunos e dos professores, são levadas em consideração suas “funções” no campo escolar que promove uma verdadeira reflexão sobre a língua. Função econômica da imagem da língua-mundo, em que a conservação salva os custos e, em especial, o que é uma verdadeira questão sobre a reflexividade da linguagem, e das modificações que ela implica na abordagem de textos literários sobretudo; função unificadora também porque a representação da língua como espelho do mundo aparece na doxa da linguística espontânea que une um conjunto e usuários de uma língua. Função ideológica das imagens da língua-norma e da língua invariável de muitas maneiras interdependentes; impor o aspecto polido da língua é apagá-la fazendo com que a instituição corra o risco de todas as grosseiras. Enfim, função de defesa da língua-silêncio, defesa de um sujeito em que o relatório doloroso em relação à língua diz com abundância a dificuldade de “tomar um lugar”.

# AS VOZES DO SENSO COMUM NOS DISCURSOS SOBRE A ESCOLA<sup>126</sup>

Senso comum: “Maneira de julgar, de agir, comum a todos os homens (que equivale ao bom senso)”. A definição do *Petit Robert* é uma definição de senso comum (doravante SC), uma vez que o dicionário de língua é o lugar de registro dos sentidos comumente aceitos por uma sociedade num dado momento de sua história. Ela é circular (*comum*), analógica (*que equivale ao bom senso*), extensiva (ausência de estabelecimento de critérios) e perceptivo-comportamental (*julgar e agir*). Trata-se de uma primeira aproximação possível da noção, que completaremos ao integrar a dimensão semântica do termo *senso*: o SC terá para nós uma dupla dimensão, languageira e perceptiva.

O SC é o que podemos chamar de uma noção vaga, que escapa à verificação pelo verdadeiro e falso, porque apresenta diversos graus de verdade: a categoria “SC” integra mais ou menos certos elementos segundo a escala de apreciação dos locutores, sendo que esta última se baseia na escala do que é comum ou não. Por exemplo, determinado provérbio bem naturalizado nos usos caberá plenamente na categoria, enquanto determinada representação de uma profissão ou de uma nacionalidade será sentida como mais ou menos partilhada. Isso ocorre, pois o SC é também uma noção silenciosa, fundada sobre o compartilhamento de referências e conveniências: no momento, será definido de maneira heurística, como um conjunto de percepções e produções verbais, marcadas pelos traços /coletivo/, /estabilizado/, /aceito/ e /silencioso/.

Esse acordo de “todos os homens”, como diz o *Petit Robert*, funda, a nosso ver, a construção e a circulação do sentido em discurso, é a condição de sua eficácia e mesmo de sua existência. É como tal que gostaríamos de explorar aqui seu funcionamento: depois de ter situado o SC no largo paradigma das noções que nomeiam as partilhas silenciosas, explicaremos por que ele nos parece um conceito central e operacional em análise do discurso, aplicando-o num *corpus* de ensaios para o grande público sobre a escola.

## 1. Pequeno percurso do SC e das noções vizinhas

### 1.1. Os dois paradigmas

Os fenômenos dotados dos traços propostos acima podem ser classificados em dois paradigmas.

---

126 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. Les voix du sens commun dans les discours sur l'école. *Pratiques* 117-118, Metz, CRESEF, p. 29-50, 2003. Tradução de Mariana Luz Pessoa de Barros (UFSCar) e Tamires Bonani Conti (UFSCar/FAPESP). Este artigo adota as retificações ortográficas propostas pelo Conselho Superior da língua francesa (JO, 06.12.1990), inclusive nas citações.

### 1.1.1. O paradigma linguageiro

Reúne produções verbais como o clichê, a ideia preconcebida, o chavão, o lugar-comum, o estereótipo, o tópos (identificável no plano do enunciado); a forma fixa, o provérbio, a língua de madeira, a “frase feita” (identificável no plano enunciativo)<sup>127</sup>.

Todas essas manifestações estão assentadas numa estabilização linguageira mais ou menos completa, que permite uma coconstrução eficaz do sentido e uma circulação fácil das produções discursivas. Não são essas as produções que nos interessam aqui: a não ser por formas definitivamente estabilizadas e registradas como provérbios, o estabelecimento dos critérios de identificação é sempre forçado, pois as formas fixas o são relativamente às épocas, aos *corpora*, às comunidades ideológicas, culturais. Ao localizar os clichês, os lugares-comuns etc., trabalhamos muitas vezes com o desconhecido dessas produções e de seus produtores, conforme o que é determinado pelos referenciais próprios ao pesquisador. De fato, a forma fixa recortada na matéria do discurso não diz nada sobre seus traços de SC. Preferimos ouvir o que os próprios discursos dizem sobre sua relação com o SC e ver como os locutores constroem sua relação com o silêncio das partilhas semânticas.

### 1.1.2. O paradigma perceptivo-cognitivo

Ao mesmo tempo perceptivo (representação pelo espírito de objetos exteriores) e cognitivo (construção das crenças e aquisições do saber), esse paradigma engloba numerosas noções, frequentemente imprecisas, algumas vezes concorrentes, e variadas quanto a suas origens disciplinares. Em suma, um labirinto terminológico e conceitual, através do qual procuraremos traçar uma trajetória do SC a partir de três espaços disciplinares.

## A filosofia

A filosofia fala de doxa ou de opinião comum (CAUQUELIN, 1999), de SC (uma célebre controvérsia opõe Moore e Wittgenstein sobre esse ponto), de crença (JACQUES, 1979; DENNETT, 1990), de prejulgamento (DASCAL, 1999). Detenhamo-nos por um instante sobre as origens filosóficas da doxa e do senso comum, noções salientes na disciplina. Doxa, palavra grega, é estabelecida como noção por Platão, particularmente em *A República*. Existe uma excelente arqueologia do termo e da noção em Cauquelin (1999). A autora lembra a composição das duas “tríades” platônicas:

- a tríade superior do Belo (fundando a estética), do Bem (fundando a ética), e do Verdadeiro (fundando a lógica), formulada pelo discurso filosófico, o Logos, discurso unitário dos princípios que se desdobram no domínio da teoria, lugar da permanência das Ideias.

- a tríade inferior da Tekhnè (a técnica, ou seja, o útil e agradável da arte), a Doxa (conjunto de “regras ou receitas para um comportamento eficaz que possa ser conveniente à maioria”, p. 28) e a Verossimilhança (resultante da dispersão do Verdadeiro em verdades particulares e contingentes). Esse “trio enganador que corresponde ao trio sublime” (p. 28) coloca-nos no

127 A lista é aberta. Os trabalhos abundam nesse domínio: por exemplo, Amossy (1991), Amossy e Herschberg-Pierrot (1997), Dascal (1999), Goyet (1996), Perrin-Naffakh (1985), Plantin (1993) e Schapira (1999).



domínio da prática, da ação e da variação; ele é formulado pelo discurso dóxico, a partir do nome de um dos três elementos.

É este o primeiro traço importante da doxa: é tanto a forma degradada do Bem dentro da “tríade inferior” quanto o regime de fala apropriado a essa tríade. Nesse sentido, a sofística é uma linguagem dóxica, pois o sofista é, para Platão, um técnico da palavra. Isso significa que a ambiguidade pesa sobre a noção desde suas origens, entre regras de comportamento e atitudes languageiras.

A partir daí, é tecida uma tradição filosófica um pouco subterrânea, constituída, explica Cauquelin (que, aliás, assimila senso comum e doxa), por “todos esses que sentiram que alguma coisa acontecia do lado do SC, da fala ordinária ou da argumentação baseada em hipóteses inverificáveis” (p. 34): Antifonte, Górgias, Filóstrato, Quintiliano. E mais perto de nós: Nietzsche, Wittgenstein, os filósofos da linguagem, os autores da Nova Retórica, os pragmaticistas, os sociólogos do cotidiano, os epistemólogos.

O SC aparece em diferentes contextos filosóficos.

G.-É Sarfati, em seu *Précis de pragmatique* (2000a, cap. 6: “L’idée d’une pragmatique des normes”) lembra que o senso comum é a tradução de *koinè aesthèsis*, estabelecido em *Da alma*, por Aristóteles, como uma “faculdade [que] permite operar uma síntese entre os perceptos dos cinco sentidos” (p. 101). A partir daí, G.-É Sarfati distingue “duas filiações de uma epistemologia do conceito de senso comum” (p. 101), uma que a toma por uma “racionalidade comum” e a outra que a leva para o lado da eficácia das crenças e da constituição das opiniões (problema da ideologia). É sobre a primeira filiação que nos debruçaremos aqui, a que constrói o SC como uma “racionalidade comum, antes de mais nada, organizadora dos dados da percepção” (p. 100). Ela estabelece uma teoria do conhecimento. Podemos dar como exemplo a controvérsia Moore/Wittgenstein. A posição de G. E. Moore sobre os traços daquilo que ele chama de “a concepção do mundo oferecida pelo senso comum” pode se resumir a essa declaração<sup>128</sup>:

[...] se sabemos que são características da “concepção de mundo oferecida pelo senso comum”, logo, elas são verdadeiras: é contraditório defender que sabemos que são traços da “concepção de mundo oferecida pelo senso comum”, e que, no entanto, não são verdadeiras. (MOORE, 1985 [1925], p. 146, grifos do autor).

A partir de sua crítica vigorosa da “compulsão filosófica” (*i. e.* a ilusão da posição de destaque do filósofo a partir da qual ele crê poder enunciar a verdade), L. Wittgenstein critica G. E. Moore por dar às verdades do SC um valor absoluto, à maneira da tríade platônica superior, podemos dizer. L. Wittgenstein encontra-se, de fato, ao lado de um relativismo integral (para ele, a dimensão pronominal da verdade é o Nós) e as evidências do SC estão na prática da linguagem, no fluxo da vida. Ele acusa G. E. Moore (para quem a dimensão pronominal da verdade é o Eu) de realismo dogmático e metafísico.

---

128 Exceto quando mencionado, todos os itálicos nas citações foram feitos por nós.

## A filosofia das ciências

O SC é um objeto de reflexão importante. Para Popper (1972), as opiniões e crenças comumente aceitas constituem o ponto de partida universal do saber, mesmo que as teorias propostas devam ser submetidas à crítica. Os filósofos das ciências dão uma atenção especial à linguagem: desenvolvem a ideia de que a experiência do SC, expressa na linguagem cotidiana, deve servir de base para o discurso científico teórico: de fato, o valor de verdade dos enunciados da linguagem cotidiana é superior (em seu reconhecimento) àquele dos enunciados da linguagem científica (SCHUTZ, 1987). Encontramos, mesmo em Nagel (1961), a ideia de que a imprecisão da língua do SC permite a perduração das crenças (por causa ou graças à dificuldade do controle experimental), enquanto o destino das teorias é morrer precocemente, por falta de imprecisão, podemos dizer.

## As ciências da linguagem

As ciências da linguagem constroem outras abordagens, de acordo com as subdisciplinas do campo:

– Na análise do discurso, a noção de pré-construído, extraída de Henry (1974, 1975) por Pêcheux e Fuchs (1975), é o ponto de partida da problemática do interdiscurso.

– Do lado da semântica integrada, é traçada uma linha de pesquisa que trata da estereotipia na língua: teoria dos *topoi* (ASCOMBRE; DUCROT, 1983, ASCOMBRE, 1995), teoria dos estereótipos (ASCOMBRE, 2001), teoria dos blocos semânticos e do paradoxo (CAREL; DUCROT, 1999).

As referências anteriores mostram que, nas ciências da linguagem, a questão do SC é posta nos domínios que integram, segundo graus variados, diversos parâmetros extralinguísticos (produção social, cultural, recepção etc.)<sup>129</sup>. No entanto, o SC, como tal e com esse nome, constitui raramente um objeto explícito de análise. Podemos citar os trabalhos de Sarfati, de Larsson e nossa própria abordagem, que será desenvolvida em 2.

Sarfati, trabalhando numa teoria das relações entre texto, discurso e doxa, propõe uma “pragmática das normas” (2002a), por meio de uma teoria linguística da doxa (2002b). Considerando o SC como um “regulador, até mesmo um *médium* semântico-pragmático” (2002b, p. 102), ele o define como “o conjunto das representações simbólicas distintivas de uma formação social”, dito de outro modo, uma “tópica social” (p. 103). Propõe uma abordagem em quatro dimensões: os dispositivos institucionais (dimensão 1), vinculados a textos canônicos (dimensão 2), determinam a tópica de uma sociedade (o SC, dimensão 3), que é composta, por sua vez, por uma ou várias doxas estruturadas em *topoi* ou “dispositivos de opinião” (dimensão 4). O postulado de partida dessa teorização é de que o sentido (objeto da semântica e da pragmática) se constitui a partir do SC (objeto de uma teoria da percepção).

Numa orientação mais semântica, Larsson (1997) traz a questão do sentido para o centro do debate entre relativistas e objetivistas. Para ele, o sentido é equivalente ao SC, que ele nomeia

---

129 À exceção daqueles que remetem à semântica integrada.

“bom” senso comum, livrando-o de seus europeus pejorativos. Propõe uma “concepção do sentido como cognição intersubjetiva” (LARSSON, 1997, p. 287), que implica uma epistemologia da relação:

Da concepção do sentido como propriedade emergente, tanto intersubjetiva quanto pública, decorre, então, uma epistemologia que não é nem aquela da introspecção nem aquela da observação exterior. A epistemologia do sentido, podemos afirmar, não é nem uma epistemologia do *eu*, nem uma epistemologia do *ele/ela* ou *eles/elas*. É uma epistemologia do *nós*, ou seja, uma epistemologia do conhecimento interacional (Mead), da observação participante (Boas Jakobson, Bakhtin), da experimentação dialógica (Vygotsky, Harré & Gillet) e da pragmática transcendental (Appel, Habermas). (LARSSON, 1997, p. 287-288).

## 2. O SC: um conceito para a análise do discurso

De nossa parte, frequentar os discursos de instituições (exército, 2000; escola, 2002; literatura, 2001, 2003) levou-nos a propor uma concepção de SC deliberadamente assentada em suas duas dimensões, semântica e perceptivo-cognitiva: a dimensão semântica é a da coconstrução do sentido em discurso, fundada num acordo silencioso, cujo funcionamento procuramos entender, a partir da articulação da linguagem e da pré-linguagem; a dimensão perceptiva é a dos quadros de crença e de saber, que configuram e prefiguram a experiência humana, e que informam profundamente os discursos dos locutores.

### 2.1. Definição

Definimos o SC como um conjunto de quadros de saberes e de crenças que fornecem instruções para a produção e a interpretação do sentido em discurso. Esses quadros possuem seis características.

#### 2.1.1. Compartilhamento coletivo e apropriação individual

Os saberes e as crenças do SC pertencem tanto à coletividade quanto ao indivíduo. Todo locutor pode se apropriar num *Eu* do sentido admitido na comunidade. Em sua célebre “Apologie du sens commun”, Moore (1925) explica que as verdades afirmadas em nome da “concepção do mundo oferecida pelo senso comum” (por exemplo, *eu nasci um dia*) podem ser apropriadas por diferentes locutores, sem que sejam fixadas numa forma particular de enunciado, pois são formuladas em formas que ele chama de homológicas.

#### 2.1.2. Transmissibilidade

Essa propriedade é uma condição de possibilidade da precedente: para que esse vai e vem entre coletivo e individual possa existir, é preciso haver possibilidades de transmissão universal de saberes e crenças. Essa aptidão para a transmissão, característica do SC, é chamada de *comunicabilidade* por Kant, que, aliás, em *Crítica da faculdade do juízo*, faz dela uma prova da existência do SC:

Conhecimentos e juízos, juntamente com a convicção que os acompanha, têm que poder *comunicar-se universalmente*; pois, do contrário, eles não alcançariam nenhuma *concordância* com o objeto [...] Se, porém, conhecimentos devem poder *comunicar-se*, então também o estado de ânimo, isto é, *a disposição das faculdades de conhecimento* para um conhecimento em geral, [...] porque sem esta condição subjetiva do conhecer, o conhecimento como efeito não poderia surgir. [...] Ora, visto que esta própria disposição tem que poder comunicar-se universalmente e por conseguinte também o sentimento da mesma (em uma representação dada), mas *visto que a comunicabilidade universal de um sentimento pressupõe um sentido comum*; assim, este poderá ser admitido com razão, e na verdade sem neste caso se apoiar em observações psicológicas, mas como *a condição necessária da comunicabilidade universal de nosso conhecimento*, a qual tem que ser pressuposta em toda lógica e em todo princípio dos conhecimentos que não seja cético. (KANT, 1993 [1790], § 21. “Se se pode com razão pressupor um sentido comum”)<sup>130</sup>.

### 2.1.3. Virtualidade

Trataremos da virtualidade para enfatizar a dimensão não ou pré-linguageira (de todo modo, silenciosa, isto é, sem palavras explícitas) do SC. Se aprofundamos essa ideia do acordo implícito sobre o sentido dos enunciados futuros e, portanto, sobre os conteúdos informativos prévios (crenças e saberes), deparamo-nos com o espinhoso problema da natureza das proposições. Dennett, trabalhando sobre as crenças em *La stratégie de l'interprète*, fornece uma boa síntese das diferentes concepções de proposições:

Existem, de fato, três tipos de definições gerais de proposições na literatura:

- (1) As proposições são entidades comparáveis a sentenças, que possuem partes segundo certa sintaxe. [...]
- (2) As proposições são conjuntos de mundos possíveis. Duas sentenças exprimem a mesma proposição somente se forem verdadeiras exatamente nos mesmos conjuntos de mundos possíveis. [...]
- (3) As proposições são como coleções ou arranjos de objetos ou de propriedades no mundo. (DENNET, 1990, p. 161-162).

Ele considera que todas essas posições apresentam o mesmo problema: “é esse fundo de intuição que existe em relação à possibilidade de uma apreensão das proposições” (Ibid., p. 270). Sua abordagem é inteiramente diferente:

Desde que reconheçamos que falar de proposições é apenas um *colchão heurístico* (Dennett, 1969, p. 80), uma aproximação útil (ainda que, às vezes, infiel), que é sistematicamente impossível tornar precisa, podemos nos livrar daquilo que é essencialmente falso, que

---

<sup>130</sup> KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993.

consiste em dizer que toda informação pode ser modelada a partir do fato de dizer – enviar um *dictum* de A a B [...] (Ibid., p. 270, grifos do autor).

Isso o leva a formular uma definição analógica da proposição que se adéqua bem à vagueza da noção de SC: “As proposições, entendidas como formas de “medir” a informação semântica, revelam-se mais parecidas com dólares que com números. [...] Não há unidades reais, naturais, universais, nem do valor econômico nem da informação semântica. (Ibid., p. 271, grifos do autor).

Dizíamos na introdução que a categoria “SC” integrava mais ou menos certos elementos, a partir de uma escala de apreciação relativa. Os conteúdos proposicionais de SC têm, a nosso ver, as mesmas características que essa moeda da qual fala Dennett, definida por sua virtualidade. A questão “Esse enunciado pertence ao SC?” pode, na verdade, receber a mesma resposta que aquela dada por Dennet ao final de sua demonstração: “O que vale uma vida de cabra? Ou ainda, onde e quando?” (Ibid., p. 273).

#### 2.1.4. Organização experiencial

Os saberes e crenças do SC organizam a percepção individual do mundo e a construção dos conhecimentos. Estabelecem a ligação entre o interior e o exterior, dado que configuram a percepção e o conhecimento do mundo para o sujeito. Como aponta Goodman (1992, p. 32), os mundos são feitos tanto quanto encontrados: “Se [...] os mundos são feitos tanto quanto encontrados, então conhecer é tanto fazer quanto dar conta. [...] Descobrir as leis implica redigi-las. Reconhecer padrões consiste, sobretudo, em inventá-los e aplicá-los. Compreensão e criação caminham juntas”.

A hipótese do SC nos leva a adotar a posição de um construtivismo moderado, entre relativismo e objetivismo.

#### 2.1.5. Aproximação

As crenças e saberes de SC não se submetem ao critério de verdade lógica, à verificação por demonstração. Remetem a uma verdade aproximativa. Sua erradicação, que vem de uma longa tradição na França, das instruções platônicas (Logos contra Doxa) ao espírito do Iluminismo (luta contra os preconceitos), passando pela tábula rasa cartesiana, pode ser equiparada à “ilusão cartesiana”, como assinala Dascal (1999, p. 115):

O preconceito sobre o preconceito implícito nessa posição é a crença de que é possível, com a ajuda de um método satisfatório, eliminar completamente os preconceitos, pensar e argumentar a partir de, digamos assim, um grau zero de pré-julgamentos e de preconceitos.

#### 2.1.6. Discursividade

O SC pode ser manifestado em discurso, por meio de marcas epi/metalinguísticas e linguísticas. De fato, os sujeitos constroem uma relação com o SC em seus discursos, com modalidades diferentes segundo as formações discursivas. Nossa concepção de SC reencontra

aqui parcialmente aquela de pré-construído, noção fundadora da análise do discurso francesa, que Pêcheux (1971 *apud* MALDIDIER, 1990, p. 153), seguindo Henry, elaborava no começo dos anos 70: “[...] o “sujeito falante” toma posição em relação às representações das quais é suporte, sendo que essas representações se encontram realizadas pelo “pré-construído” linguisticamente analisável”.

A noção de pré-construído está intimamente articulada a um contexto epistemológico e político específico (marxismo althusseriano, inspiração lacaniana), mas essa discursividade anterior à linguagem, essa presença do pré-linguageiro no languageiro nos parece uma propriedade partilhada pelo SC tal como o entendemos aqui.

## 2.2. Manifestações discursivas

### 2.2.1.1 A relação com o SC: uma prática discursiva

Nossa questão é a da relação com o SC construída no discurso. Nosso trabalho visa a contribuir com uma teoria da prática discursiva, dimensão inserida na origem da análise do discurso (em particular, por Pêcheux) e, relativamente, apagada, a nosso ver, na análise do discurso atual<sup>131</sup>.

Os discursos, de fato, constroem o sentido a partir de dados experienciais, não languageiros (costumes, hábitos, crenças, quadros perceptivos e cognitivos). Esses dados são tácitos: eles não precisam ser explícitos e, de qualquer forma, não estão abertos à explicitação (a possibilidade da explicitação é, segundo Dennett, o que diferencia o tácito do implícito).

Não será, portanto, o caso de “traduzir” as proposições que constituem os saberes e crenças de SC, mesmo a título heurístico. O que nos interessa é, ao contrário, seu estado virtual e pré-linguageiro, na medida em que informa os discursos, que permanecem prioritariamente nosso objeto. Em conformidade com a nossa definição, buscaremos ver como as instruções do SC se manifestam discursivamente.

### 2.2.2. Os dois SC

Na perspectiva de estudo sobre *corpus*, a noção de SC é construída por dois discursos, portanto, por duas visões diferentes:

- Discurso 1: o discurso “científico” do pesquisador que adota uma perspectiva funcional visando à análise, a partir de um SC1, definido anteriormente no seio de uma elaboração teórica.
- Discurso 2: o discurso dos locutores do *corpus*, que se baseiam num SC2, cuja definição é elaborada na prática do discurso.

---

131 A publicação recente de dois dicionários de análise do discurso (DÉTRIE *et al.*, 2001; MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2002) parece-nos o signo científico e institucional de um posicionamento atual dos discursivistas no campo da “teoria da teoria”.

O fenômeno interessante é que esse discurso 2 costuma se apresentar (e é particularmente o caso dos ensaios para grande público sobre a escola, escritos majoritariamente por filósofos) com a “cientificidade” do discurso 1. Acreditamos que haja duas consequências decorrentes disso:

– Do ponto de vista metodológico, o risco de confundir os dois discursos é grande. O trabalho do analista deve, então, conservar a profundidade do campo traçada pelas duas concepções do SC e evitar confundir os dois níveis, sob pena de projetar um sobre o outro;

– Do ponto de vista teórico, é interessante entender a pretensão científica do discurso 2 como a formulação de uma teoria popular do SC. Popular aqui quer dizer “espontânea”, no sentido em que falamos de uma linguística ou de uma física ou de uma psicologia popular. Se, como explicam os filósofos das ciências, a experiência do SC é o ponto de partida da teoria científica, então, a teoria popular do SC, que os *corpora* constroem, parece-nos um bom ponto de partida para uma teorização linguística do SC.

### 2.2.3. Os três patamares de análise

Propomos uma aproximação em três níveis (pré-discursivo, metadiscursivo, discursivo), fundada na presença de marcas no discurso.

– Nível pré-discursivo. O SC discursivizado está ancorado no espaço pré-discursivo dos conhecimentos prévios partilhados por uma comunidade discursiva (as “proposições”);

– Nível metadiscursivo. Os comentários dos locutores sobre a natureza de seu discurso (plano autodiscursivo) ou daquele do outro (plano alterdiscursivo) explicitam sua relação com o SC;

– Nível discursivo. A relação com o SC se constrói a partir de certo número de agenciamentos: formas do já-lá, convocação da língua, manifestações enunciativas, elaborações cognitivo-textuais.

## 3. Os discursos sobre a escola

Exploramos aqui uma parte dos ensaios sobre a escola publicados na volta às aulas de 1999. Retivemos nove dos trinta publicados, a partir de um critério de representatividade relativa (e muito aproximativa): são os que tiveram a maior repercussão midiática. O quadro dos debates é bem conhecido e goza de uma boa permanência desde os anos 70 (reforma Haby): de forma breve, a estrutura profunda é aquela da disputa entre Antigos e Modernos, e as estruturas de superfície evoluem com as condições históricas e sociais (PAVEAU, 1999, 2001). Em 1999, assumem a forma de uma oposição entre “Republicanos” (defensores da Escola da República) e “Reformadores” (partidários de uma evolução da escola), oposição formulada pelos “Republicanos”<sup>132</sup>. O *corpus* é o seguinte:

<sup>132</sup> A grande maioria dos ensaios para grande público sobre a escola contesta as reformas e as estruturas educacionais atuais. Isso indica que a origem da fala pública sobre a escola é, no geral, protestadora e contestadora. Isso significa também, a nosso ver, que o discurso do SC sobre a escola na França é informado por essa crítica permanente. Com exceção de raras figuras midiáticas como P. Meirieu, os “Reformadores” produzem, preferencialmente, obras científicas oriundas de trabalhos universitários, de difusão evidentemente menos massiva que os ensaios para o grande público.

- COUTEL, C. Que vive l'école républicaine! Entretien avec P. Petit. **Textuel**, "Conversation pour demain", 120 p.
- JAFFRO, L.; RAUZY, J.-B. **L'école désœuvrée**. La nouvelle querelle scolaire. Flammarion, 269 p.
- MICHÉA, J. C. **L'Enseignement de l'ignorance et ses conditions modernes**. Castelnau, Climats, 144 p.
- MILNER, P. **A bas les élèves!** Albin Michel, 189 p.
- MOLINIER, G. **La gestion des stocks lycéens. Idéologies, pratiques scolaires et interdit de penser**. L'Harmattan, 232 p.
- MOREL, G.; TUAL -LOIZEAU, D. **Horreur pédagogique**. Parole de profs et vérité des copies. Ramsay, 253 p.
- MORIN, E. **La Tête bien faite, Repenser la réforme, réformer la pensée**. Seuil, "L'histoire immédiate", 156 p.
- PENA-RUIZ, H. **L'École**. Flammarion, "Dominos", 128 p.
- REY, M. **La chute de la maison Ferry**. Arléa, 142 p.

Pudemos mostrar num outro trabalho sobre o mesmo *corpus* (2002) que esses discursos construíam uma relação negativa com o SC: escritos majoritariamente por filósofos de tradição "platônica", esses textos ancoram-se no que M. Dascal nomeia "ilusão cartesiana" e formulam, de maneira redundante, uma vontade daquilo que chamamos de "limpeza cognitiva": fazer tábula rasa das verdades aproximativas, logicamente falsas, expressas de um modo dóxico, para construir o discurso da verdade veiculada pelo *logos*. Essa postura é formulada no nível metadiscursivo, em particular por caracterizações autodiscursivas (negação da convocação do SC e reivindicação do discurso lógico) e alterdiscursivas (acusação da convocação do SC no discurso do outro). Havíamos, no entanto, apontado brevemente que esses discursos não mantinham as posições declaradas pelos metadiscursos: os processos de validação metaenunciativos do SC (expressões adverbiais como "naturalmente", "evidentemente" etc.) e o recurso frequente ao etimologismo mostravam que a legitimidade desses discursos também estava fundada na convocação do SC.

### 3.1. As formas do já-lá

O discurso diz o já-lá exterior ao sujeito sem seu conhecimento: declarando-se mestre de seu discurso (em termos althusserianos, falaríamos do indivíduo interpelado em sujeito), o locutor mascara tudo ao convocar os saberes e crenças do SC. É o caso da questão genérica e da negação *não...mais*.

#### 3.1.1. A questão genérica

A questão genérica, que a retórica clássica chama de interrogação oratória, é uma forma que registra essa postura dupla do locutor: assunção individual e apoio no SC. M. Ali Bouacha



formula muito claramente essa posição, na qual podemos reconhecer, aliás, o discurso de Moore sobre as verdades do SC que podem ser apropriadas por cada um:

[...] o enunciado genérico acumula essa propriedade dupla e, à primeira vista, contraditória de expressar um engajamento e de permitir um desengajamento. Engajamento, pois buscamos impor uma proposição contra outra proposição que lhe preexiste de uma forma ou de outra. Desengajamento, pois agimos como se não enunciássemos nossa opinião pessoal, mas a de todo mundo ou, melhor ainda, uma verdade fundada num “cogitamus racional”, dito de outra maneira, no que “obriga a pensar de acordo” (Bachelard). (ALI BOUACHA, 1993, p. 285).

As formas da questão genérica são variadas, mas todas têm em comum o fato de instalarem uma atmosfera de dúvida: a proposição avançada é, imediatamente, posta em debate em nome da evidência do SC, que instrui uma resposta implícita. Nos exemplos seguintes, a criação da dúvida ocorre por meio da negação, do futuro e da negação da consequência<sup>133</sup>:

### ***Interro-negação***

- Cou 40: Informar-se e formar-se são, a princípio, incompatíveis: para ser você mesmo, não seria preciso dar um passo para trás e para cima (o que diz a palavra “aluno”)?<sup>134</sup>
- Rey 9: Ele [P. Meirieu] não é funcionário? O que o libera, então, da obrigação de sigilo?

### ***Que+futuro***

- Jaf 13: Quem acreditará que, hoje, é realmente importante declarar a qual campo pertencemos, ao clube dos que têm uma visão moderna e “inovadora” de escola ou ao sindicato dos corporativistas, dos saudosistas e “antiquados”?
- Rey 33: Mas quem vai querer se ver reduzido à categoria de repetidor, não podendo transmitir mais que uma ínfima parte de um saber amado, de um saber taxado de enciclopedismo e, paradoxalmente, definido como o inimigo do conhecimento? Quem, então, vai querer – a menos que seja levado a isso pelo medo do desemprego – se resignar à polivalência...? Quem, então, vai querer submeter-se à vigilância dos delegados de classe e ao militarismo da administração?

### ***Consequência negada***

- Morel 29: Acreditamos que nossos alunos estejam suficientemente armados para praticar a ginástica intelectual dos sofistas?
- Morel 130: Quem pode ser tão cego a ponto de não ver que a aprendizagem da verbalização passa pelo gesto tanto quanto pelo cérebro?

<sup>133</sup> As referências: primeiras letras do nome do autor e páginas (exceto no caso de Morel e Morin).

<sup>134</sup> N.T. O autor retoma a relação de “élève”, traduzido por “aluno”, com “élever”, que pode ser traduzido por “elevantar”, “levantar”, entre outros. Não conseguimos manter essa relação na tradução.

Outras formulações são de ordem léxico- ou retórico-sintática; é a combinação da interrogação com a expressão explícita de uma solução alternativa impossível que produz o efeito genérico:

- Cou 27: De que outra forma explicar essa virada educativa e de exaltação da juventude que leva à mudança do nome do ministério em 1932 [...]
- Jaf 13: Adotar certa posição sobre as questões de política educativa é, simplesmente, escolher entre o código Morse e o celular?
- Rey 32: No entanto, esse prolongamento é, em essência, antidemocrático: que famílias podem manter seus filhos nos estudos por quatro a cinco anos depois do vestibular?

Nesses enunciados, a combinação se faz com o advérbio *distintamente*, a comparação técnica (*código Morse* e *celular*) e o emprego de *manter*, conduzido pela asserção precedente, sendo que ela mesma se apoia no SC via a expressão *em essência*.

### 3.1.2 A negação em *não... mais*

A forma *não... mais*, por definição, só pode ser construída a partir do caráter partilhado de um enunciado afirmativo anterior. Além disso, a natureza da forclusão inscreve o enunciado na temporalidade: o acordo anterior remete ao passado, o que explica por que essa estrutura também participa de uma estrutura transfrástica e polêmica mais ampla, o mito da decadência ou mito do tempo anterior, bem explorado por M. Angenot, por exemplo (1982), e que constitui uma das crenças do SC dos discursos sobre a escola. Alguns exemplos:

- Cou 40: Se a escola não transmite mais, a sociedade corre risco de se repetir e de não mais progredir.
- Jaf 126: Na escola de hoje, a maior parte dos aprendizados que passam necessariamente pela repetição dos mesmos exercícios ou que dependem da memória não está mais garantida.
- Morel 127: Não aprender mais nada... Piada triste!
- Pen 83: [...] medimos a amplitude de uma renúncia, assim programada, da Escola frente às desigualdades sociais que não são mais combatidas [...].
- Rey 33: À escola não se coloca mais o objetivo de enriquecer o humano, mas de torná-lo consumível.

### 3.2. O apelo à língua

O apelo para o SC é frequentemente em nosso *corpus* um apelo para a própria língua, que então aparece como o lugar mais consensual de acordo com o sentido das palavras (geralmente de uma perspectiva nomenclatural). Qualquer modificação de significantes ou da relação significante-significado é então considerada como uma mudança da ordem natural

e óbvia do senso “oficialmente” comum. Essa é a ortodoxia do SC que então serve como um argumento de peso em debates sobre a escola. Encontramos várias manifestações desse apelo à ortodoxia da língua; aqui vamos lidar com a rejeição, o comentário lexicológico e a definição lexicográfica espontânea<sup>135</sup>.

### 3.2.1. A rejeição

Fenômeno de não coincidência do discurso consigo mesmo, segundo J. Authier (1995), a rejeição de um segmento (na maioria das vezes uma unidade lexical), por meio de aspas ou comentários como “o que chamamos” ou “como dizemos”, aqui sinaliza uma não coincidência do discurso com uma concepção de discurso ancorada na normatividade do SC, o da língua. As rejeições do *corpus* geralmente se relacionam com as palavras atribuídas aos reformadores: *pedagogia, ciências da educação, profissionalização, formadores...* Exiladas num alhures ilegítimo do discurso, elas são de fato marcadas com um desvio das normas pré-discursivas compartilhadas e dominantes.

#### **Rejeições tipográficas: citações**

- Cou 8: O que você precisa saber para ensinar é “pedagogia” e não a matéria que você está ensinando.
- Jaf 23: Não é incomum encontrar na abundante literatura das “ciências da educação” essa mesma escansão da história de nosso sistema educacional.
- Jaf 60: No estado atual das coisas, os “formadores” da IUFM não podem ser professores experientes.
- Morel 172: Sem falar na confusão que impera na terminologia. [...] Entre a identificação de “capacidades”, que pressupõem o domínio de “habilidades” por sua vez detalhadas em “componentes”, há como se confundir.

#### **Combinação de citações + comentários**

- Jaf 45: Se, além disso, a formação contínua que recebem sob a forma de estágios ao longo da carreira é mais uma vez consagrada à “profissão docente”, como dizemos complacentemente, e nunca ao conteúdo do conhecimento transmitido, então eles serão, sem dúvida, maus professores, incapazes de ensinar completamente, com clareza e distinção, os primeiros elementos.
- Jaf 79: O tipo de dissimulação da dimensão comercial de certos “produtos culturais”, como são chamados, é uma das características mais surpreendentes de nossos Modernos.

---

135 (9) Não vamos voltar ao etimologismo, tratado em Paveau (2002, p. 170-172).

### 3.2.2. O comentário lexicológico

Trata-se de enunciados que fazem comentários críticos sobre os usos lexicais do campo oposto. O outro é acusado de se utilizar da língua, uma língua equivocada, como instrumento de dominação. A explicação do processo é clara no seguinte exemplo:

- Cou 13: [Pergunta] O que você chama de “retórica pedagógica”? [Resposta] Este é o conjunto de processos pelos quais os educadores oficiais, especialmente Philippe Meirieu, conseguem oficializar seu léxico e, portanto, sua visão das instituições de ensino e do homem em geral. [...] A língua dos pedagogos muitas vezes é repetitiva, amnésica e autonímica (ou seja, confundir o nome da coisa e a própria coisa). [...] É a essa língua que é conveniente resistir. Os tempos democráticos também são favoráveis a essas linguagens que são consensuais sem explicação. Essa é a consequência do igualitarismo, um desvio da igualdade. As palavras parecem verdadeiras pelo simples fato de serem usadas!

Esse tipo de comentário é baseado em uma representação ideal de língua, ou seja, uma “boa” língua, língua perfeita que fala a verdade do mundo; representação ideológica, é claro, à qual se apegam outros esquemas representativos:

- Cou8: [Prefácio de P. Petit] Palavras? Seria errado não ter cuidado com o vocabulário que alguns usam para transmitir seus pontos de vista. O dispositivo de linguagem dos atuais renovadores é uma máquina de guerra contra as escolas seculares e a educação pública [...] Um sistema no qual “alunos” se transformam em “jovens”, as “aulas” se transformam em “atividades”, a “disciplina escolar” se transforma em “conhecimento”. Como não levar a sério essa revolução languageira que a “pedagogia contemporânea” promoveu? Cabe a Charles Coutel [...] ter chamado nossa atenção [...] sobre este novo obscurantismo de palavras e valores que é o trampolim principal da revolução cultural em curso liderada por novos pedagogos.

*Revolução languageira, obscurantismo, revolução cultural:* a ruptura da ordem natural e óbvia da língua é uma transformação da ordem do mundo. Os comentários lexicográficos denunciam de fato uma tentativa de imposição de um “mau” SC substituindo o “bom”, no qual se baseia a língua da verdade educativa: “Tomar gato por lebre, mudar pouco a pouco o sentido das palavras”, como diz P. Rey (p. 14). É a identidade do SC consigo mesmo que é então ameaçada: com o SC, estamos no mesmo, nesta coletividade que pode ser apropriada e transmitida pelo indivíduo. Modificar as palavras do SC é colocar o outro, o estrangeiro, na língua. E a seguinte observação, do mesmo autor, aponta bem essa ameaça de alteridade:

- Cou 13: Trata-se, antes de mais nada, de tornar a escola alheia a si mesma por meio de um esvaziamento: as palavras se apagam pura e simplesmente a pretexto de que “envelheceram” ou de que eles são muito “tradicionais”. [...] Resistir a isso é lembrar o sentido das palavras reprimidas: “instituir” significa estabelecer e instruir. Esquecer

um termo como este é correr o risco de esquecer toda uma série de outras palavras: instituição, instrução... O esquecimento mais sério atualmente incide sobre as palavras “educação pública”.

Encontramos em outros autores muitas notações análogas:

- Jaf 163: A distinção entre “conhecimento acadêmico” e “conhecimento escolar” poderia ser considerada como uma das muitas curiosidades que estão florescendo atualmente na nova linguagem dos reformadores.

- Mol 58: Assim, os exercícios viraram lição de casa, então transformamos um movimento envolvendo todo o corpo [...] na obrigatoriedade de realização de trabalho duro imposto de fora [...]. Os exercícios realizados em sala de aula são chamados de controles, verdadeira instituição dentro da instituição, obsessão de todos os alunos. Da mesma forma, o aprendizado se reduz à obtenção de notas.

– Pen 82: O vocabulário do mercado ou do espetáculo não tem lugar na Escola. No entanto, ele lá se introduz um pouco mais a cada dia. Toda uma terminologia o confirma, que se encontra tanto nos textos oficiais quanto nos discursos ambientais sobre a escola, confirma isso. Os alunos constituiriam os “novos públicos”, “usuários”, até mesmo “consumidores de conhecimento”; teriam uma “demanda” que deveria ser atendida por uma “oferta formativa”; escolas de segundo grau deveriam ser “administradas” como “empresas de educação”, provavelmente com “parceiros” etc.

- Rey 15: Perversão da linguagem. Reforma não é abandono. Reformar não é vender, suprimir ou destruir. Reformar o correio não é transformá-lo, às escondidas, em um banco [...]. Reformar o sistema de saúde não significa fechar uns oitenta hospitais nas pequenas cidades [...]. Não, reformar é melhorar [...].

### 3.3. A construção semântico-lexical do SC

Se os autores denunciam esses ataques à ortodoxia da língua, eles, portanto, implicitamente se apresentam como os detentores e, possivelmente, os fiadores. Diversos processos discursivos contribuem para a construção-restauração do SC perdido.

#### 3.3.1. A definição lexicográfica espontânea

Chamamos de definição lexicográfica espontânea a construção em discurso de uma definição subjetiva, que não se refere a uma ferramenta lexicográfica ou a um aparato teórico e que, portanto, remete a uma lexicografia popular. Trata-se de uma remediação às deficiências de linguagem mencionadas anteriormente: os locutores se empenham na restauração do SC das palavras, aquele que eles acreditam que deve servir de base para uma verdadeira educação. Eggs (1994, p. 114) sublinha a dimensão coletiva e generalizante da forma da definição, que constitui um dos lugares mais eficazes da retórica, ao dotá-la de um poder de “tipização”:

Uma definição é uma fórmula que expressa uma ou mais tipizações que se tornaram quase necessárias. Neste caso, é uma questão de habilidade e utilidade retórica apresentar seu argumento evocando implicitamente a respectiva tipização ou para interpelar argumentativamente o auditório, mencionando explicitamente a “tipização definitiva” como no texto de Aristóteles: “Homens desregrados – todos concordariam – não se contentam com os favores de uma só mulher”.

Este “todos concordariam” constitui o não dito e a força argumentativa da definição lexicográfica espontânea que estabelece um *continuum* entre a opinião (o aprofundamento do conhecimento) e a definição (a fixação do conhecimento). O enunciado definidor é particularmente adequado às realidades sociais, que admitem maior convencionalidade do que as realidades naturais. Isso explica por que o processo é frequente em nosso *corpus*. As formas não são muito variadas, sendo classificadas em duas categorias principais: as definições que explicam a atividade definitiva do falante (modelo “E chamo de X...”) e aquelas que apresentam apenas uma predicação (modelo “X é ...”). Os exemplos a seguir mostram como o quadro da definição fixa, por tipização, um conteúdo argumentativo (polêmico ou ideológico), servindo em suma como uma pequena fábrica do SC:

#### ***Eu chamo de X***

- Cou 12: Atualmente reina o pedagogismo: chamo de “pedagogismo” a arte de multiplicar os pré-requisitos desnecessários para o ato de aprender e para o ato de ensinar.
- Jaf 16: Examinamos, portanto, todos os conceitos administrativo-educacionais que estão a cargo da escola, que denominamos “ideologia escolar”.
- Mic 14: Entenderemos, aqui, por “progresso da ignorância” menos o desaparecimento de conhecimentos essenciais, no sentido em que costuma ser lamentado (e, muitas vezes, com razão) do que o declínio regular da inteligência crítica [...].
- Mol 26: Eu chamo de ideologia escolar todas as falsas perguntas feitas, falsos problemas tratados, falsas respostas dadas a problemas reais e atuais na educação, que são também pistas para verdadeiras questões políticas, pedagógicas e éticas, e mesmo antropológicas, enfim, todas aquelas que dizem respeito à formação do cidadão e do homem para uma profissão.

#### ***X é ou X:***

- Cou 15: Da mesma forma, “aprendizagem fundamental” agora substitui “conhecimento elementar”, sendo que aprendizagem é o domínio de um simples saber-fazer e “fundamental” é um termo subjetivo que não se refere a nenhuma objetividade transmissível. Não é a mesma coisa de forma alguma.
- Cou 81: A República, portanto, tinha por vontade não educar, mas instruir. Quando a relação entre esses dois termos é elucidada, o ato de ensinar torna-se fácil de definir: é a arte de indicar (*signare*, “indicar”) conhecimento para mentes racionais ansiosas por aprender por si mesmas.

- Jaf 166: “Cultura científica” é um discurso sobre a ciência: o que se obtém quando todo o conhecimento não é internalizado, mas apenas mencionado. Uma metaciência.
- Morel 107: [Título do capítulo]: Cultura: o que resta quando você não aprendeu nada.
- Morin 59: A filosofia não é uma disciplina, é um poder de interrogação e reflexão que incide não só sobre o saber e sobre a condição humana, mas também sobre os grandes problemas da vida.

Um dos autores, aliás, leva a prática até o fim, ou seja, a tipização até o registro em dicionário:

- Mol 36: Em breve, em sua nova edição, *Le Petit Robert* escreverá na letra A: Académie: “1. ant.: escola fundada por Platão. 2. mod.: local de convívio onde procuramos amar uns aos outros”.

### 3.3.2. A derivação em *de-* e *re-*

Sabe-se que a derivação repetitiva em *de-* privativo é um dos processos do discurso panfletário (ANGENOT, 1982) ou reacionário (ARNOLD *et al.*, 1995). É acompanhada em nosso *corpus* por uma prefixação em *re-*, simétrica à primeira, esperada nesse discurso ancorado no mito da decadência, que quer que o tempo avance regredindo, e que re-ações em *re-* sejam necessárias. Além disso, o processo é saliente em dois dos títulos do nosso *corpus*: *A escola desocupada* e *A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento*.

Este tipo de derivação nos parece revelar o apelo ao SC por três razões: semântica, morfológica e estatística.

## Dimensão semântica

Como a forma em *não... mais*, a forma em *de-* logicamente é construída pela pressuposição da existência da unidade não derivada e de seu sentido positivo (de qualquer forma, não negativo), mesmo que se trate frequentemente de um efeito analógico, pois na realidade o circuito morfológico é mais complexo (10)<sup>136</sup>. O raciocínio é exportável para *re-*. Os exemplos a seguir (entre as centenas de ocorrências identificadas por cada forma *de-* e *re-*) constroem os saberes e as crenças do SC irrigadas pela ideologia crepuscular (PAVEAU, 1999):

#### **De-**

- Jaf 90: O primeiro e principal efeito do descontentamento com o mérito na escola...
- Mic 11: A crise do que se costumava chamar de “Escola Republicana” [...] obviamente participa do mesmo movimento histórico que, aliás, *desfaz* as famílias, *decompõe* a existência material e social das vilas e bairros e, em geral, gradualmente leva consigo

136 (10) Ainda que *decompôr*, por exemplo, seja construído a partir de *compôr*, *deriva*, *desvio*, *decadência*, *descontente* etc. não resultam de prefixação direta (a palavra não prefixada desapareceu ou nunca existiu em francês: \*œuvré). N. T. A observação diz respeito ao termo “désœuvrée” (ociosa), que traduzimos, com o objetivo de manter o prefixo de que trata a autora, por “desocupada”.

todas as formas de civilidade que, há algumas décadas, ainda marcavam uma parte importante das relações humanas.

- Mol 159: Encontramos na escrita o mesmo fenômeno de deslocamento e *desarticulação* do corpo e da língua. Temos que ler corpos de escritos sem esqueleto, a-morfos, que testemunham, por escrito, o colapso do corpo como uma relação consigo mesmo, com os outros e com as coisas.

- Morel 99: Falta de domínio da língua, dificuldades de compreensão, falta de retrospectiva e *desconstrução* do conhecimento são os principais problemas observados.

- Morin 20: Consequentemente, o *despojamento* do conhecimento, muito mal compensado pela vulgarização da mídia, coloca o problema histórico agora capital da necessidade de democracia cognitiva.

- Pen 96: Tendência perigosa, porque a deslegitimação dos mestres só pode desencorajá-los ainda um pouco mais.

- Rey 16: Por vinte anos e mais, temos trabalhado de forma aberta, cínica e implacável para degradar as condições sociais e morais de existência, para destruir os serviços públicos.

### **Re-**

- Cou 93: A repetição seria *restaurada* [...]. Esta medida chocaria alguns, mas quando constatássemos que ela (*re*) colocava os alunos para trabalhar, seria amplamente aprovada.

- Jaf 52: Em vez de continuar na via escolhida, seria preferível tentar *retroceder* – com cautela – a certos preconceitos entre os mais nocivos da ideologia escolar, *restabelecendo* a merecida confiança dos atores do sistema e a seriedade e o rigor que sua formação exige.

- Morin 46: Ela [a literatura] deve *restaurar* sua plena virtude.

- Pen 122: *Revalorizar* o amor pelo conhecimento contra os desvios formalistas e pedagógicos parece essencial a este respeito, inclusive na luta contra as novas formas de obscurantismo e irracionalismo.

- Rey 41: [...] todos aqueles que pensam que um sistema educacional só pode ser salvo mudando os métodos de ensino e evitando uma *restauração* moral.

## **Dimensão morfológica**

Quando a derivação é neológica, e o neologismo aparece em uso (salvo aspas excepcionais) em uma frase assertiva, e se inscreve num grande paradigma de termos em *de-* bem registrados na língua, isso produz um efeito de naturalização da unidade, inscrita de *fato* nas estruturas pré-discursivas dos destinatários do discurso (algo semelhante pode ser dito da derivação



em *re-*). Identificamos oito neologismos que são ou específicos de um autor ou retomados de um livro no outro (um caso de *desritualização* tirado de M. Gauchet):

- Cou 37: [...] as raízes da desinformação pública nos últimos anos.
- Cou 62: Como reconstruir esse poder espiritual nas democracias modernas? É óbvio que isso requer um (*re*)*estabelecimento* da virtude política entre cidadãos [...], mas também uma (*re*) *instituição* escolar.
- Cou 71: Os republicanos, portanto, correm o risco de “*se deslaicizar*” sem perceber.
- Jaf 118: [...] tanto se tornou evidente o risco de uma *marginalização* coletiva de setores inteiros da juventude.
- Mol 133: [...] o que estamos testemunhando hoje é uma *desinstitucionalização* do corpo, no sentido de que o corpo é desmembrado, deslocado, incapaz de se sustentar, incapaz de se sustentar no lugar, incapaz de sustentar em seu lugar.
- Mol 160: Há uma espécie de *desritualização* da aprendizagem (leitura/ escrita, contagem).
- Pena 119: A (*re*) *legitimação* da Escola é claramente urgente.

## Dimensão estatística

A alta frequência de uso dessas unidades produz um efeito de naturalização por repetição. São, em nossa opinião, ferramentas do que Moore chama de enunciados homológicos, adequados para a apropriação individual das verdades de SC, aqui a verdade da decadência e a necessidade de um despertar reparador: repetição coletiva da forma [*de-* ou *re-* + X], apropriação individual do segmento X.

### 3.3.3. A derivação em *-ismo*: o exemplo de *pedagogismo*

*Pedagogismo* é um neologismo agora instalado nos usos, em todo caso aqueles que testemunham os discursos do nosso *corpus*. A sufixação em *-ismo* produz em certos contextos unidades afetadas pela desvalorização: é então a ideia de um sistema fechado (político, ideológico etc.), mais ou menos autoritário e intencional, que emerge desse sufixo, tornando-se um subjetivema. Todos os empregos de *pedagogismo* em nosso *corpus* são marcados negativamente no contexto, como mostram os exemplos a seguir.

- Cou 15: O pedagogismo também tem a perigosa ambição de mudar a sociedade mudando a escola.
- Cou 57: A resposta de Philippe Meirieu concentra todas as confusões do pedagogismo.
- Jaf 100: [...] a desconstrução do “curso magistral”, recentemente associado ao elitismo, a fragmentação do grupo e a individualização dos percursos, enfim, tudo o que faz a reivindicação atual do pedagogismo, é justificado pela crítica social da escola.

- Morel 116: Voltaremos a esta noção de competência, bem como a estes novos apóstolos dos “métodos”, armados de certezas, que dão aula de boa vontade, adeptos de uma religião *pedagoga*, cujo credo se resume em um *slogan* tão pretensioso quanto destrutivo: aprender a aprender.
- Pen 74: As derivas sociais que põem em perigo a realidade específica da Escola parecem agora bem mais ameaçadoras à medida que são veiculadas, dentro da própria Escola, por um discurso *pedagoga* muito sistematizado.

Não encontramos nenhuma ocorrência neutra ou benéfica: a própria unidade é marcada pela subjetividade. Como as derivações precedentes, *pedagogismo* aparece em nosso *corpus* em enunciados assertivos, determinados pelo definido generalizante, o que implica uma pressuposição de existência e de identificação. O uso da palavra, portanto, inscreve a noção nas evidências compartilhadas do SC, como evidenciado por duas passagens interessantes. A primeira constitui uma espécie de arqueologia nosológica da pedagogia, construindo, então, a noção como uma corrente constituída dotada de intencionalidade negativa:

- Cou 26-27: [...] o pedagogismo contemporâneo, detectável a partir dos anos 1920 com certos movimentos de nova educação. [...] Um fato também deve ser observado: o fascínio exercido pela Itália fascista e depois pela Alemanha nazista sobre certas mentes. De que outra forma explicar essa virada educativa e de exaltação da juventude que leva à mudança do nome do ministério em 1932: “Educação pública” passou a ser “Educação nacional” (como na Itália!). Nasceu o Estado educador e, logo, o pedagogo [...]. Este pedagogismo oficial triunfou com a lei de julho de 1989 que iria impor, sob o ministério de Jospin, o Estado pedagogo.

A segunda atesta a mesma postura em relação à palavra e à noção, ao propor uma análise do “discurso pedagoga”, apresentado de fato como um corpo de enunciados constituído e coerente. O pedagogismo se torna quase uma formação discursiva:

- Jaf 177: O discurso pedagoga. Pedagogia é um termo equívoco. Refere-se tanto à arte de ensinar quanto à concepção de educação e ensino na qual essa arte se baseia. Quanto ao pedagogismo, existe uma concepção particular de ensino segundo a qual o essencial está na arte de ensinar. O pedagogismo é necessariamente polêmico, pois sua força principal consiste em afirmar que a preocupação com a pedagogia deve prevalecer sobre a do saber. Mas “a arte de ensinar” também é uma expressão equívoca. Podemos compreendê-la como todas as práticas e técnicas utilizadas mais ou menos conscientemente pelo professor; se forem inteiramente relativas à disciplina ensinada, por exemplo, matemática, a pedagogia é dita *especial* e em nada difere da “didática”. É que entendemos como “pedagogia”, sobretudo, um conjunto de técnicas e métodos cujo valor e relevância, sujeitos a algumas variações, são independentes das disciplinas particulares. Nesse sentido, a pedagogia é geral e se assemelha muito ao ideal lógico-teológico de um filósofo medieval que trabalhou para inventar uma

máquina para converter automaticamente os infieis. Tem como premissa a existência de procedimentos gerais de ensino e aprendizagem, que devem ser estudados, promovidos e aplicados por si próprios. A pedagogia seria o Método.

*Pedagogismo* é um bom exemplo da construção discursiva do outro antagonista no discurso polêmico: a argumentação requer um adversário, e a eficácia do discurso é aumentada pela existência e pela identificação prévias desse adversário. *Pedagogismo*, por meio de seu sufixo sistematizador, é então uma palavra que, concordando com N. Goodman, podemos dizer que é tanto feita quanto encontrada: é construída neologicamente no discurso, ao mesmo tempo em que se articula a partir de saberes anteriores.

### 3.4. A construção cognitivo-textual do SC

Chamamos de construção cognitivo-textual do SC um tipo de arranjo discursivo estabilizado que se baseia em um compartilhamento prévio de saberes e/ou crenças. É o caso das ligações analógicas, que induzem no receptor uma transferência de conhecimentos sobre um domínio supostamente conhecido e partilhado, que acreditamos ser do âmbito do SC. Dentre essas comparações, está obviamente a metáfora e retomamos as famosas hipóteses de Lakoff e Johnson (1985), para quem a atividade metafórica é natural para a expressão do pensamento e da ação. Douay-Soublin (1987) fala de “reconciliação explicativa” e nós a seguimos quando ela a torna uma macrocategoria que ignora as diferenças tradicionalmente estabelecidas entre várias figuras bem estabilizadas na história da retórica:

Para esta mesma forma e suas variantes, a tradição retórica disse, alternadamente, parábola, similitude, paralelo, comparação, equivalência, correspondência, transposição, metáfora, ou, coloquialmente, aproximação ou mesmo imagem... Que importa o rótulo, desde que tenhamos a forma; com o GTA [Grupo de Trabalho sobre Analogia] digo analogia para essa transferência explicativa cujas condições de uma boa formação importam mais para mim do que o nome. (DOUAY-SOUBLIN, 1987, *on-line*).

As conexões analógicas entre X e Y são suportadas pelas seguintes quatro teses:

- Existem semelhanças entre X e Y;
- Apesar dessas semelhanças, X e Y são diferentes de outras maneiras;
- Podemos descrever ou explicar X do ponto de vista de Y usando formas de pensar que são apropriadas a Y, mas que não teríamos espontaneamente associado a X;
- A comparação analógica permite entender melhor X porque Y é mais familiar e mais fácil de entender ou representar do que X.

Note-se que a analogia tem sido tradicionalmente objeto de certo desprezo nos discursos que defendem a expressão direta do conhecimento. Como Douay-Soublin (1987, *on-line*) aponta,

[...] endereçada pelo sábio ao ignorante, a analogia não visa ao conhecimento em todos os seus desdobramentos, mas apenas a uma primeira aproximação, uma esquematização que leva do não conhecimento ao semiconhecimento: a analogia precisa de um ignorante como álibi.

A relação analógica convoca, de fato, um tipo de saber aproximativo, não lógico, que contorna o Logos por meio dos caminhos da Doxa.

Falaremos aqui da analogia proporcional e da metáfora, sem condicionar suas diferenças formais, mas examinando o que as une: o apelo ao CS que elas estabelecem e supõem.

### 3.4.1. A analogia proporcional

A analogia oferece ao receptor um novo saber mediado por um saber compartilhado, o que Douay-Soublin (1987, *on-line*) chama de “transferência de conhecimento”:

É esse efeito de súbita, e muitas vezes duradoura, elucidação da representação, produzida por uma comparação “iluminadora”, uma imagem “justa”, que chamo de clique analógico, e me sentiria tentado, na prática, a conceder o *status* de acbf (analogia cognitivamente bem formada) a todas as formas simbólicas que realmente desencadeiam essa transferência de conhecimento, qualquer que seja o nome que lhes seja dado pela tradição.

Nos exemplos a seguir, a transferência de conhecimento ocorre de um domínio supostamente desconhecido ou mal conhecido para um domínio conhecido cujos quadros servem de suporte para a explicação. Essas analogias são consideradas proporcionais à medida que os autores comparam as proporções:

- Cou 52: A história das ideias é para a filosofia o que um inseto morto é para o voo de um inseto. É uma tentação formidável acreditar que esta história das ideias prepara os alunos para o pensamento: descrever um pensamento não é pensar.
- Jaf 35: O jogo dos colóquios e encontros pedagógicos atinge, em pouco tempo, na escala das sociedades eruditas, o que a seleção produz em vários milhões de anos no mundo dos vivos: cada um quer ter sua palavra, todos se alinham a um padrão virtual que parece nunca ter sido imposto por ninguém, mas que acaba se tornando a regra.
- Jaf 85: O mérito era para a política do conhecimento o que o secularismo foi para a diversidade dos cultos: uma forma bastante sofisticada de neutralidade [...].
- Jaf 111: Ideológica tem sido a forma de utilizar a empresa para dar um efeito de realidade ao universo fictício em que mantemos crianças e professores. A empresa é para os nossos contemporâneos o que era a natureza no século XVIII ou, mais precisamente, o mundo rural para os petainistas.

Mundo animal, seleção natural, secularismo, natureza: domínios secundários são mencionados, dentro das configurações textuais, para fins cognitivos, convocando os quadros pré-discursivos dos receptores.

### 3.4.3. A metáfora

As metáforas baseiam-se, como especifica Aristóteles, em séries constituídas, ou seja, o conhecimento anterior ao discurso que organiza as representações:

Aristóteles, ao mesmo tempo que insiste nas correlações entre séries produzidas por uma estrutura idêntica [...], de fato repousa o edifício analógico na existência prévia de séries já constituídas: partes do corpo, espécies animais, a lista de emblemas, o Panteão dos deuses [...]. Essas séries que existem na memória coletiva às vezes são longas, até indefinidas: os números, as cores, a flora, a fauna, os ofícios, [...]; outras são limitadas: as 22 a 26 letras do alfabeto; os doze trabalhos de Hércules, os doze apóstolos, os doze signos do zodíaco; os dez mandamentos [...] (DOUAY-SOUBLIN, 1987, *on-line*).

Os diferentes discursos estabelecem relações privilegiadas com esta ou aquela série. Sabemos que o discurso da educação se baseia em metáforas recorrentes, como aponta Charbonnel (1993), que dá a seguinte lista: viagens, alimentação, preenchimento, escultura, combate, luz, arquitetura, vida animal, crescimento vegetal, estabelecida com base em um estudo de textos que vão da Antiguidade ao século XIX. Os discursos contemporâneos sobre a escola (que são organizados no quadro argumentativo da controvérsia, ao contrário do *corpus* de Charbonnel) se baseiam em algumas dessas metáforas estruturantes (em particular alimentação e vida animal), mas oferecem outras, amplamente utilizadas. Escolhemos aqui falar sobre doenças e militares. Não são específicos ao nosso *corpus* do ano de 1999, mas organizam todos os discursos da “controvérsia escolar” que estudamos desde 1975 (PAVEAU, 1999). São também metáforas estruturantes do debate polêmico em geral, que podem ser encontradas no discurso político, por exemplo.

### A metáfora médica

É uma descrição analógica da crise escolar, que permite várias tipizações esclarecedoras, das quais daremos dois exemplos:

- A associação “Reformadores”/maus médicos e “Republicanos”/bons médicos:
  - Jaf 15: A política educativa consulta os especialistas em didática e em pedagogia, pede-lhes remédios; dirigiu-se aos piores médicos, pois a didática e a pedagogia, por muito tempo, anteciparam na teoria essa renúncia à transmissão e, em vez de curar a doença, optaram por apressar seu fim.
  - Rey 29: Vamos reformar o ensino médio, já que abandonamos a faculdade. Mais tarde, vamos reformar a Universidade. Gangrena e amputação.

- Confusão entre remédio (boa reforma escolar) e veneno (má reforma):

- Jaf 33: Condenamo-nos a curar uma doença, que é proibido diagnosticar publicamente, por meio de remédios que sabemos infligir mal.

- Rey 38: Este truque de passa-passa [...] permite [...] sob o pretexto de tratar a paciente, acabar com ela. E vai acabar com ela com a cumplicidade das mesmas pessoas que têm mais interesse pela sua sobrevivência: os pais dos alunos e os alunos, as classes médias e as classes trabalhadoras.

- Rey 50: Tornar a escola uma das causas do desemprego alivia os empregadores e as empresas de sua imensa parcela de responsabilidades. É apresentar o remédio como o veneno e o veneno como o remédio.

## A metáfora militar

É usada de duas maneiras. A maneira melhorativa, que vai ao encontro do que Charbonnel chama de “o combate”, associa ensino e bravura de guerra:

- Pen 78: [...] quem tem que trabalhar na linha de frente – professores no geral e professores da escola primária, e não pedagogos profissionais que já não ensinam – pode ser vencido pelo desânimo.

- Rey 9: A vida nas trincheiras [título do capítulo]

- Mil 11: [títulos dos capítulos] 1. Os objetivos da guerra – 2. O teatro de operações – 3. As forças opostas – 4. Suas táticas [dos alunos] – 7. Os ardis da guerra – 8. A intendência e as bases da retaguarda – 9. As alegrias do esquadrão.

O ponto de vista polêmico apela, sobretudo, para a desvalorização da atividade militar, que então serve de comparação com o funcionamento atual da escola:

- Mol 27: Esses métodos são mais parecidos com os métodos de gestão de estoques de mercadorias [...] do que com métodos de instrução, e se queremos manter o último termo, é mais uma questão de instrução militar do que instrução intelectual, isto é, um aprendizado da submissão e da aprendizagem cega.

- Mol 86: *A escola de gestão deve treinar seus oficiais subalternos* [título do capítulo].

- Morel 122: Algumas exceções significativas, porém, nesta ofensiva generalizada contra a memória e os procedimentos de aprendizagem: o jogador de futebol ou tênis, o virtuoso artista de concerto e até... o candidato à carteira de motorista.

## Conclusão

Ao final deste trabalho, gostaríamos de fazer duas observações:

- Levar em consideração o SC requer um trabalho sobre a presença de crenças e saberes compartilhados na própria materialidade do discurso: o SC é uma realidade representacional que exige um discurso de atestação. Na ausência dessa comprovação discursiva, o trabalho sobre o SC é limitado pela subjetividade do analista e enviesado por seus próprios saberes e crenças.

- O discurso sobre a escola privilegia formas “intelectuais” de apelo ao SC, determinadas pela formação discursiva originária: consideração constante da língua, reflexão sobre o sentido, uso de figuras retóricas. Os outros *corpora* constroem o apelo ao SC de forma diferente (os militares favorecem as formas práticas e os jornalistas favorecem as formas culturais).

As formas de convocação do SC constroem, assim, a identidade dos locutores nos discursos e sua consideração depende integralmente de uma teoria das práticas discursivas.

# A LINGUÍSTICA FORA DE SI MESMA: EM DIREÇÃO A UMA PÓS-LINGUÍSTICA<sup>137</sup>

No número 139/140 da revista *Pratiques* sobre linguística popular, publicado há pouco mais de dez anos, a introdução se intitulava “A linguística ‘fora do templo’” (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008). Essa expressão refletia outras formulações de uma lacuna em relação às normas que definiam e obrigavam as ciências (*ciência selvagem, ciência popular, ciência profana, e mesmo pseudociência*), mas também a arte (*arte bruta, fora dos muros, arte inocente, arte outsider*), a medicina (*medicinas alternativas, medicinas doces*<sup>138</sup>) e muitas outras práticas sociais. A linguística popular é, de fato, alinhada aos colecionadores/as apaixonados/as, dos inventores de teorias sem academia, dos curandeiros e das bruxas, dos sábios e xamãs, dos/das artistas loucos/as, dos/das criadores/as ociosos/as. Essa linguística está alinhada às pessoas que falam, sem elaboração científica nem construção teórica científica, sobre o que falam e o que os outros comentam.

Há dez anos eu pensava de modo ainda um pouco binário essa fronteira entre o que é científico-acadêmico e o que não é, ainda que a tipologia dos não-linguistas, proposta no texto “Os não-linguistas fazem linguística?”<sup>139</sup>, propusesse um *continuum* numa perspectiva já pós-dualista (PAVEAU, 2008). Esta forma de colocar as coisas me parece hoje ultrapassada, e pouco defensável, embora ela seja a regra na linguística acadêmica. Os artigos agrupados nesse número da revista *Carnets du Cediscor* (onde este texto foi originalmente publicado) parece ir em direção a um pensamento escalar, em ruptura com o binarismo fundador da ciência linguística: a linguística popular constituída pelos metadiscursos dos não-linguistas contribui, de fato, a situar a linguística não somente fora do templo, mas também fora de si mesma, isto é, fora de seus perímetros disciplinares, imaginários e normativos, e fora dos seus critérios de legitimidade. Essa evolução está também ancorada nas mudanças pelas quais passam atualmente todos os discursos, tanto aqueles do mundo, quanto os da ciência, e numa perspectiva internacional. Ela está articulada essencialmente em torno da derrota dos dualismos fundadores e do surgimento dos lugares de fala digitais, que podem ser apropriados por todos.

## Os não-linguistas não existem, eu os/as encontrei

Durante os últimos anos, o pensamento pós-dualista traçou seu percurso, e as propostas para pensar o mundo de maneira ecológica são felizmente desenvolvidas, nutrindo agora muitos trabalhos: questionamento da divisão entre natureza e cultura (LATOUR, 1991; DESCOLA, 2006), a hierarquização dos seres e das coisas que colocava o humano no topo da

137 Texto originalmente publicado em: PAVEAU, M.-A. La linguistique hors d'elle même. Vers une postlinguistique. *Les Carnets du Cediscor*, 14/2018, *on-line*. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cediscor/1478>. Tradução de Julia Lourenço Costa (UFSCar/FAPESP).

138 N.T. Terapias que vão da homeopatia, à acupuntura e à fitoterapia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2909200119.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

139 N.T. O texto faz parte deste livro.



pirâmide (SCHAEFFER, 2007), a concepção internalista do espírito (DENNET, 1990); também o distanciamento do antropocentrismo (BODDICE, 2011) e do eurocentrismo (CHAKRABARTY, 2009). Nesses diferentes campos, o questionamento das distinções dualistas enriquece os resultados das pesquisas e, mais amplamente, enriquece os pontos de vista: pensamos melhor fora dos muros das divisões categoriais, geográficas e ideológicas do que no interior dos perímetros forçados e fechados. Da derrota desses binarismos, encenada atualmente, emerge também a invalidez de uma separação clara entre o que seria científico e o que não seria, principalmente no que se refere ao conhecimento sobre a linguagem: Nancy Niedzielski e Dennis Preston demonstraram, na síntese que fizeram em 2000, que no centro das atividades linguísticas profissionais, os linguistas adotavam atitudes profanas, e que, reciprocamente, diversas descobertas linguísticas profanas se revelaram perfeitamente precisas e verificáveis<sup>140</sup>. Eu mesma apelei, em 2008, por uma perspectiva integracionista dos saberes populares, contra um eliminativismo que ainda funda a definição de ciência (eliminação dos saberes do senso comum). Levar em consideração e até mesmo respeitar os resultados da linguística popular é, portanto, um enriquecimento da própria linguística e é difícil entender porquê os linguistas deveriam se privar dela. É o que explica Catherine Ruchon no seu artigo sobre a atividade de definição do discurso animal: “As teorias populares fornecem caminhos de acesso aos processos de semiotização” (RUCHON, no mesmo número da revista onde o original foi publicado<sup>141</sup>).

Ela dá o exemplo da palavra *carne* do ponto de vista dos carnívoros, que não evoca ou não evoca mais o sema da animalidade, que é o que o militantismo animal faz. “As teorias populares podem, portanto”, ela conclui, “alimentar a pesquisa sobre a relação entre o léxico, a referência e as representações, mostrando como as categorizações léxico-semânticas populares são formadas e quais são as representações axiológicas associadas” (Ibidem). Essa integração dos pontos de vista e, em última instância, das experiências dos/das locutores/as, em detrimento da abordagem usual e logocentrada de suas próprias produções, compete plenamente a uma perspectiva pós-dualista.

Anne-Charlotte Husson vai mais longe na integração dos pontos de vista dos/das locutores/as ao propor uma elaboração teórica, que articula a linguística popular e a epistemologia do ponto de vista (a *standpoint epistemology*/epistemologia do ponto de vista feminista norte-americana). Essa articulação permite que ela integre na análise dos fenômenos languageiros e discursivos os dados éticos e políticos dos ambientes produtores de discurso (HUSSON, no mesmo número da revista onde o original foi publicado<sup>142</sup>). Eis, portanto, a linguística popular descrita como linguística não binária, que funciona de maneira ecológica, baseada em uma episteme pós-dualista. Não foi esse o caso do coletivo de 2008, que, ainda assim, reuniu

---

140 Lembremos que as primeiras proposições da linguística popular foram feitas nos Estados Unidos por Hoenigswald em 1966, quando as versões contextualistas da linguística estavam se desenvolvendo, de acordo com o trabalho de Harris em particular (HARRIS, 1969; HENIGSWALD, 1966). Isso significa que a linguística popular é contemporânea ao nascimento da linguística contextual entendida como uma superação linguística frástica internalista, tornada emblemática pelas Estruturas Sintáticas de Chomsky (CHOMSKY, 1962).

141 N.T. “Lexique, catégorisation et représentation : les reformulations métalinguistiques dans le discours animaliste”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1226>.

142 N.T. “La contribution des théories féministes du *standpoint*. Pour une version forte de la perspective folk” Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1324>.

quinze artigos; entretanto, se inserem nessa perspectiva pós-dualista não apenas as propostas ecológicas de antropólogos filosóficos como Philippe Descola, mas também os estudos de gênero, finalmente instalados na França e surgidos da ironia um tanto desdenhosa que as ciências humanas e sociais francesas, que há muito reservaram aos *estudos culturais* seus *objetos sujos*. Também a chegada de uma nova geração de pesquisadores/as que puderam se apropriar desses legados de maneira lucrativa e, muitas vezes, com alegria, como evidencia esta edição<sup>143</sup> e também o presente livro.

Parecia-me possível em 2008 dizer que os não-linguistas eram valiosos/as linguistas. Eu diria hoje que não existem não-linguistas, uma vez que a linguística é praticada de forma plural, a partir de posições variadas e mutáveis; os não-linguistas não existem, pois estão em toda parte e ser linguista constitui uma posição, e uma construção discursiva. Isso é claramente demonstrado pelo artigo de Judith Visser sobre línguas regionais<sup>144</sup>: nesta questão, de fato, a distinção linguista *versus* não-linguista é particularmente inoperante, na medida em que o conhecimento sobre os dialetos, por exemplo, é inacessível aos linguistas profissionais. Portanto, prefiro dizer hoje que os linguistas, quaisquer que sejam seu *status*, sua atividade e sua legitimidade social, são pós-linguistas valiosos/as, no bom sentido do termo<sup>145</sup>. Por *pós-linguista*, quero dizer um/a pesquisador/a equipado/a epistemologicamente, ciente da natureza mais institucional que científica das fronteiras disciplinares das ciências da linguagem, integrando plenamente contextos (*realia*<sup>146</sup> e pontos de vista) em seu trabalho sobre as matérias languageiras e discursivas, em uma abordagem ecológica que evita o logocentrismo, antropocentrismo e eurocentrismo.

## Os/As amadores/as no terreno da *web*: falar de pessoas que falam

A *web* é um fator determinante para a implantação de uma prática pós-linguística. Nos últimos dez anos, esse espaço de fala se desenvolveu consideravelmente e mudou as práticas sociais, inclusive as linguísticas: a *web 2.0*, um dos serviços de internet mais usados, devido suas possibilidades conversacionais, colaborativas e participativas, de fato permite que o discurso linguístico dos/as amadores/as seja expresso de forma ilimitada tanto nos espaços públicos, quanto nos privados. Retomo o termo *amador/a* de Patrice Flichy (2010) que, em *Le sacre de l'amateur* (A consagração do amador), descreve essa apropriação das possibilidades da *web* por pessoas comuns, que fazem o que antes estava reservado aos profissionais: fotografia, filme, arte, escrita, crítica, venda, tantas práticas que a acessibilidade aos espaços e às ferramentas facilitaram muito. O mesmo acontece com as práticas linguísticas que encontram na *web* conversacional lugares de formulação e recepção: os espaços de escrita e

143 N.T. O número 14 de 2018 da revista **Les Carnets du Cediscor**, intitulado “Les métadiscours des non-linguistes”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1089>.

144 N.T. “Linguiste ou non-linguiste? Réflexions sur une dichotomie controversée à partir de l’analyse de métadiscours sur les langues régionales”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1384>.

145 Acrescento esse esclarecimento pensando na carga atualmente muito depreciativa da palavra pós-verdade e nas conotações frequentemente críticas de outros termos em pós-, como pós-humanismo, por exemplo.

146 N.T. “Em tradução, os *realia* são palavras que denotam objetos, conceitos e fenômenos exclusivos de uma determinada cultura. Por não possuírem correspondências precisas em outras culturas, representam, muitas vezes, um desafio para o tradutor”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Realia>. Acesso em: 10 out. 2020.

discussão *on-line* (espaços para escrever *blogs*, dispositivos tecnodiscursivos dos comentários, formatos de discussão das redes sociais) favorecem a produção de locutores/as comuns sobre a língua, mas também a permitem, no sentido simbólico do termo, aquilo que é uma novidade em relação aos lugares de expressão pré-digital.

Em seu artigo sobre dicionários colaborativos<sup>147</sup>, Kaja Dolar enfatiza algo que a linguística não está habituada a abordar: as “experiências pessoais” dos linguistas, que fundam seus saberes lexicográficos. Este campo dos dicionários colaborativos *on-line* é particularmente interessante para a observação das práticas linguísticas, porque não se trata apenas de colaboração, mas também da ampliação enunciativa (os sujeitos da enunciação são perpetuamente tecidos pelas livres contribuições dos internautas), da relacionalidade (as definições propostas são colocadas em relação com outros documentos por meio de *links* hipertextuais) e inumerabilidade (ao contrário do diagrama lexicográfico tradicional que inclui apenas uma definição, mesmo longa, os dicionários colaborativos podem oferecer várias dezenas de definições, como pode ser visto em alguns artigos do *The Urban Dictionary*, por exemplo). Os critérios de validade dos metadiscursos produzidos são, portanto, dos trabalhos lexicográficos habituais, onde é a *expertise* do enunciador que fundamenta sua legitimidade: *on-line* é o controle colaborativo e a negociação intersubjetiva, muitas vezes anônima, que valida as definições ou as descrições, como na Wikipédia, por exemplo. É por isso que a questão aqui colocada por Dietmar Osthus sobre a captação das produções dos/as locutores/as comuns<sup>148</sup>, na maior parte do tempo indescritível, é crucial: invisibilizados/as e tornado/as imperceptíveis pela “espiral do silêncio”<sup>149</sup>, estes/as últimos/as produzem uma massa de discurso que afeta a sociedade, mas não é reconhecida. “O desafio que se apresenta para as pesquisas futuras em linguística popular”, enfatiza Dietmar Osthus (no mesmo número da revista onde o original foi publicado), “será coletar as fontes de ‘falantes comuns’ fora dos espaços de discussão ou de publicação explicitamente metalinguísticos” .

Em um contexto não digital, parece que esse desafio também é assumido por François Labatut que mostra que as atividades metalinguísticas estão em ação em um determinado tipo de discurso<sup>150</sup>, o *amicus brief*, texto no qual o cidadão ou cidadã americano/a comum podem fornecer evidências ao juiz no contexto de um julgamento. Com efeito, François Labatut mostra que neste tipo de texto, que não tem vocação metalinguística, os ajustes metalinguísticos são numerosos, destinados a servir a uma das partes envolvidas no processo. Voltando à *web*, seus espaços de escrita não modificam simplesmente o conteúdo dos metadiscursos, e a própria concepção de lexicografia, como indica Kaja Dolar, mas a ecologia inteira da prática linguística: suas formas, seus objetos, seus critérios de reconhecimento e legitimidade, seus espaços. É também nisso que a linguística se torna pós-linguística: os terrenos da *web*, e

147 N.T. “Les dictionnaires collaboratifs en ligne, des objets métalinguistiques profanes”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1161>.

148 N.T. “À la recherche du ‘locuteur ordinaire’ : vers une catégorisation des métadiscours”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1124>.

149 Dietmar Osthus retoma aqui a noção desenvolvida nos anos 1970 por Élisabeth Noëlle-Neumann para descrever o funcionamento da opinião pública, consultar a referência em seu artigo.

150 N.T. “Énoncés définitoires et subjectivité dans les débats sur l’évolution du mariage aux États-Unis”. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/1268>.

mais amplamente da internet, pressionam a linguística para fora de seus templos e para fora de si mesma, forçando-a nas abordagens ecológicas, sob a ameaça de perder a dinâmica da construção do sentido e a vida da matéria languageira.

## Provincializar a linguística: por uma ecologia do discurso

A linguística popular ou os metadiscursos de pessoas que falam provincializam a linguística no sentido que Dipesh Chakrabarty emprega esse termo. Em *Provincialiser l'Europe: la pensée postcoloniale et la différence historique* (Provincializar a Europa: pensamento pós-colonial) e diferença histórica (CHAKRABARTY, 2009), ele se propõe a pensar a história dos países não ocidentais não mais a partir do centro europeu e eurocêntrico, mas a partir das margens. Ele preconiza um descentramento das epistemes ocidentais, uma viagem para fora de si mesmas e, em certa medida, de modo a adotar abordagens mais globais e respeitadas em relação às realidades singulares das áreas geográficas implicadas. A provincialização é, portanto, uma saída do centro levando em conta as margens, o que, conseqüentemente, implica o apagamento desta distinção dualista centro/margens. Para Dipesh Chakrabarty (2009, p. 92), trata-se de “imaginar a heterogeneidade radical do mundo”. A provincialização é uma abordagem pós-dualista e, nos meus termos, ecológica. Mais recentemente, Eduardo Kohn retoma essa noção para aplicá-la diretamente à linguagem. No famoso ensaio *Comment pensent les forêts* (Como as florestas pensam), ele compreende que os signos linguísticos não são os únicos elementos de significação languageira a serem considerados e que também devemos estar atentos aos ícones e indícios usados pelos agentes não humanos, animais, árvores e plantas, para representar. “[...] os outros modos de representação têm propriedades bastante diferentes daquelas demonstradas pelas modalidades simbólicas das quais a linguagem depende. Em suma, se interessar pelos tipos de signos que emergem e circulam para além do simbólico permite convencer-nos da necessidade de ‘provincializar’ a linguagem” (KOHN, 2017, p. 68).

Continuo a tecer a metáfora, de minha parte, desejando uma provincialização, não apenas da linguagem, mas da própria linguística, que me parece bem iniciada pelas práticas da linguística popular. Considerar, no próprio trabalho linguístico, os metadiscursos das pessoas comuns, incorporando suas experiências de vida, seus pontos de vista, suas posições morais, suas situações políticas e tudo o que compõe sua vida permite à linguística sair do logocentrismo que a priva da profundidade da vida dos sujeitos (a linguística da enunciação, por exemplo, permanece nas margens de suas vidas). A plena integração das condições de fala dos/as locutores/as nas práticas linguísticas, quer sejam elas dos/as produtores/as dos *corpora* ou de seus analistas, permite iniciar o programa de uma pós-linguística que respeita tanto os ambientes das pessoas que falam quanto suas palavras.

**Sobre a autora,  
o/as organizador/as  
e os/as tradutores/as**



**Marie-Anne Paveau** é professora e pesquisadora na Université Paris XIII – Sorbonne Paris Nord. Trabalha na teoria do discurso com uma abordagem transdisciplinar (filosofia, ciências sociais, SIC, pesquisa sobre Internet, estudo acerca de animais e plantas). Desenvolve uma análise do discurso que integra ambientes não humanos, de natureza tecnológica, corporal, animal e vegetal, na produção do discurso em uma perspectiva pós-dualista e ecológica.

Atualmente, trabalha na articulação entre discurso, gênero e raça em uma perspectiva decolonial. Grupos e colaborações: *Análise do discurso digital* (AD2I), grupo franco-brasileiro de pesquisa – Universidades de Campinas e Paris 13 e *Feminilidades, Discurso e Sexualidade*, grupo franco-brasileiro de pesquisa – Universidades de Campinas, Paris 13 e ENS Lyon. Publicações recentes: *L'Analyse du discours numérique. Dictionnaire des formes et des pratiques* (Hermann, 2017); *Le discours pornographique* (La Musardine, 2014); *Langage et morale. Une éthique des vertus discursives* (Lambert-Lucas, 2013); *La langue française. Passions et polémiques* (VUIBERT; ROSIER, 2008); *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition* (Presses Sorbonne Nouvelle, 2006); *Les grandes théories de la linguistique* (COLIN; SAFARTI, 2003).

E-mail: [ma.paveau@orange.fr](mailto:ma.paveau@orange.fr)

Fonte: <https://pleiade.univ-paris13.fr/profil/marie-anne.paveau/>

**Érika de Moraes** é docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), vinculada à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, *campus* de Bauru, e ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE-UNESP, São José do Rio Preto. Com pós-doutoramento pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV), sob supervisão do professor Dr. Dominique Maingueneau, realizado em 2017. Doutora e Mestre em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, IEL/UNICAMP, com ênfase em Análise do Discurso de linha francesa. Graduada em Comunicação Social: Jornalismo, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e em Letras pela Universidade do Sagrado Coração. Líder do grupo de Pesquisa DisCo21 – Discurso e Comunicação no Século XXI e membro do FEsTA – Fórmulas e Estereótipos, Teoria e Análise.

E-mail: [erikademoraes@uol.com.br](mailto:erikademoraes@uol.com.br)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7422887152634157>

**Fernando Curtti Gibin** é doutorando e mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e é bacharel em Letras com Habilitação de Tradutor pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e em Direito pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP). No que concerne à vida profissional, atua como produtor de conteúdo, revisor de textos, professor de língua portuguesa e advogado. À luz dos estudos linguísticos, apresenta especialidade na área de Linguística, com ênfase em Linguística Textual e em Análise do Discurso. Nas águas dos estudos jurídicos, é pós-graduando em Direito Civil pela Escola Paulista de Direito (EPD).

*E-mail:* [fernandocurtti@hotmail.com](mailto:fernandocurtti@hotmail.com)

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2951925118571459>

**Julia Lourenço Costa** é pesquisadora de Pós-doutorado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo na Universidade Federal de São Carlos (FAPESP/UFSCar 2017/12792-0), sob a supervisão de Roberto Leiser Baronas. Realizou estágio de pesquisa na Universidade Paris 13 Nord (FAPESP 2018/18860-0), sob a supervisão de Marie-Anne Paveau. Doutora em Linguística (2017) pela Universidade de São Paulo (USP); com período de estágio de pesquisa na Universidade Paris-Sorbonne IV sob a supervisão de Dominique Maingueneau. Mestre em Linguística (2013) pela USP e graduada em Letras (2011) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É membro do *Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais* (LEEDiM/UFSCar) e do *Grupo de Estudos Semióticos da Universidade de São Paulo* (GES-USP). É editora assistente da revista *Linguasagem* (PPGL/UFSCar) e da revista da ANPOLL. Sua pesquisa tem como foco a Análise do discurso francesa, a Semiótica greimasiana e a Comunicação nas diversas interfaces com os feminismos.

*E-mail:* [juliajlc@gmail.com](mailto:juliajlc@gmail.com)

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/5592296124389416>

**Marco Antonio Almeida Ruiz** é Bacharel, Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e pós-doutorando em estudos linguísticos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto.

*E-mail:* [marcoalmeidaruiz@gmail.com](mailto:marcoalmeidaruiz@gmail.com)

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/4613888575492521>

**Maria de Fátima Sopas Rocha** é Professora Associada, aposentada, da Universidade Federal do Maranhão. É doutora em linguística pela Universidade Federal do Ceará. Participou, como pesquisadora, dentre outros, dos projetos Atlas Linguístico do Maranhão – AliMA, Atlas Linguístico do Brasil – AliB e Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português. Foi fundadora e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado Acadêmico. Participou como autora ou organizou, em coautoria, dentre outras, as seguintes obras: *A diversidade do português falado no Maranhão: o Atlas Linguístico do Maranhão em foco* (2006); *O português falado no Maranhão: estudos preliminares* (2010); *O português falado no Maranhão: múltiplos olhares; Pelos caminhos da Dialetologia e da Sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas* (2010); *Dicionário da obra de Domingos Vieira Filho* (2015).

E-mail: [fsopas@yahoo.com.br](mailto:fsopas@yahoo.com.br)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6600718231861371>

**Mariana Luz Pessoa de Barros** possui bacharelado e licenciatura em Língua Portuguesa (USP), mestrado (2006) e doutorado (2011) em Semiótica e Linguística Geral (USP) e Pós-Doutorado em Linguística (2016), pela USP. Realizou estágio de doutorado-sanduíche na Université Paris 8. Atuou como professora de língua portuguesa no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio (ensino regular e EJA). Foi coordenadora do Fórum de Atualização em Pesquisas Semióticas (FAPS Ges-Usp) e coeditora da *Revista Estudos Semióticos* (USP). Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos, vice-presidenta do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (2019-2021) e líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Semiótica da UFSCar (PISCar). Suas publicações envolvem os seguintes temas: estudos do texto e do discurso, semiótica, autobiografia, memória, tempo, análise do discurso político e ensino de língua portuguesa.

E-mail: [maluzpessoa@gmail.com](mailto:maluzpessoa@gmail.com)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4830505244404566>

**Mônica Magalhães Cavalcante** é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, com pós-doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordena o grupo de pesquisa Prottexto, na Universidade Federal do Ceará, onde atua, ainda hoje, como Professora Associada. Dentre as obras que produziu ou organizou, citam-se as seguintes: *Referenciação* (2003); *Os sentidos do texto* (2012); *Intertextualidade – diálogos possíveis* (2007); *Referenciação* (2013); *Coerência, referenciação e ensino* (2014). É organizadora das traduções *Apologia da polêmica* (2017), de Ruth Amossy, e *O texto – tipos e protótipos*, de Jean-Michel Adam (2019).

E-mail: [monicamc02@gmail.com](mailto:monicamc02@gmail.com)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5088972912048247>



**Paula Camila Mesti** possui graduação em Letras – Licenciatura em Português-Inglês (2007) e mestrado em Letras (2010) pela Universidade Estadual de Maringá (2010) e doutorado em Linguística (2017) pela Universidade Federal de São Carlos. Com apoio de bolsa BEPE/FAPESP, fez doutorado sanduíche na Sorbonne – Paris IV, em Paris – França, sob a supervisão do Professor Dominique Maingueneau no período de setembro/2014 a junho/2015. Nos anos de 2011 e 2012, foi professora colaboradora da Universidade Estadual do Mato Grosso – *campus* de Tangará da Serra-MT. Atualmente, é secretária executiva da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística e professora colaboradora da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão. É membro do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais – LEEDiM – UFSCar/CNPq desde 2013.

*E-mail:* [paulamesti@hotmail.com](mailto:paulamesti@hotmail.com)

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8453392455009320>

**Phellipe Marcel da Silva Esteves** possui bacharelado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade Candido Mendes (2008), mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010), doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2014) e residência em pesquisa na Fundação Biblioteca Nacional (2014-2016). Atualmente, é professor adjunto da UFF, além de exercer os ofícios de edição e tradução. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, história das ideias linguísticas, história do livro, linguística aplicada e linguística. O materialismo histórico como princípio, a paternidade como vida, a revolução dos trabalhadores como horizonte.

*E-mail:* [phellipemarcel@yahoo.com.br](mailto:phellipemarcel@yahoo.com.br)

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6384597108585900>

**Roberto Leiser Baronas** é professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFMT. Graduado em Letras (1994) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2003) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Durante o ano de 2003, fez seu doutorado “sanduíche” na Universidade Paris Est - Créteil - Val de Marne - França, no Centro de Estudos de Discursos, Imagens, Textos, Escritos e Comunicação - CÉDITEC (2003). Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Artes e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É um dos coordenadores do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM/UFSCar). Editor chefe da revista *Linguagem - Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem* (PPGL/UFSCar). Seus estudos têm como foco a análise do discurso, a linguística popular/*folk linguistics*, o discurso político e a epistemologia e a história da linguística brasileira.

*E-mail:* [baronas@uol.com.br](mailto:baronas@uol.com.br)

*Link para o Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/4613001301744682>

**Samuel Ponsoni** é Graduado em Letras, Mestre e Doutor em Linguística, pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2015). Atualmente, é professor Designado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos. Coordena, nessa mesma universidade, o laboratório de estudos e pesquisas intitulado Laboratório Interdisciplinar de Comunicação, Discurso, Acontecimento e Memória (LABIAM – UEMG/CNPq).

*E-mail:* [samuel.ponsoni@uemg.br](mailto:samuel.ponsoni@uemg.br)

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6739815431846441>

**Tamires Cristina Bonani Conti** atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSCar. Desenvolveu pesquisa de mestrado na mesma universidade. Fez parte deste mestrado (sanduíche) na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, sob supervisão de Dominique Legallois. É formada em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2014). Fez intercâmbio acadêmico de graduação na Universidad de Buenos Aires (2013/1). Foi bolsista de Iniciação Científica da FAPESP (2011-2012) e também do CNPq (2014). É integrante do Grupo de Estudos “Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais” (LEEDiM/ UFSCar).

*E-mail:* [tamy\\_bonani@hotmail.com](mailto:tamy_bonani@hotmail.com).

*Link para o currículo Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/3442362906177938>

# Bibliografia

- ABECASSIS, M. Le français populaire: a valid concept? **Marges linguistiques**, v. 6, p. 115-132, 2003. Disponível em: [www.texto-revue.net](http://www.texto-revue.net).
- ACHARD-BAYLE, G.; LECOLLE, M. Sentiment linguistique et discours spontanés sur le lexique. **Recherches linguistiques**, Université de Metz, v. 30, 2008.
- ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. La linguistique "hors du temple". **Pratiques**, Metz, Centre de recherche sur les médiations, v. 139-140, p. 3-16, 2008.
- ALLARDI, B.; FOURNIER, J.-M. Le style des élèves. **Le Français aujourd'hui**, AFEF, n. 116, p. 34-42, 1996.
- ALI BOUACHA, M. La question générique: statut linguistique et enjeu discursif. *In*: MOIRAND, S. *et al.* (dir.). **Parcours linguistique de discours spécialisés**. Berne: Peter Lang, 1993. p. 279-289.
- AMOSSY, R. **Les Idées reçues. Sémiologie du stéréotype**. Paris: Nathan, 1991.
- AMOSSY, R.; DELON, M. **Critique et légitimité du préjugé**. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1999.
- AMOSSY, R.; HERSCHBERG-PIERROT, A. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Nathan, 1997.
- ANGENOT, M. **La Parole pamphlétaire**. Paris: Payot, 1982.
- ANSCOMBRE, J.-C. **Théorie des topoï**. Paris: Kimé, 1995.
- ANSCOMBRE, J.-C. Le rôle du lexique dans la théorie des stéréotypes. *In*: IBRAHIM, A. (dir.). **Langages, Les discours intérieurs au lexique**, Larousse, v. 142, p. 57-76, 2001.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- ARNOLD, N. *et al.* Chronique lexicale des événements politiques. **Histoire de la langue française 1914-1945**, CNRS Éditions, pp 207-267, 1995.
- APOTHELOZ, D.; BYSAETH, L. Attitudes linguistiques: résultats d'une enquête. **Travaux neuchâtelois de linguistique**, p. 69-90, 1981.
- AUROUX, S. La naissance des métalangages. *In*: BOUCHARD, R.; MEYER, J.-L. **Les Métalangages de la classe de français**. Lyon: DFLM, 1995. p. 10-13.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ANTOS, G. **Laien-Linguistik. Studien zu Sprach - und Kommunikationsproblemen im Alltag**. Tübingen: Niemeyer, 1996.

- ATIENZA, J. L. (org.). Appropriation des langues et attitudes linguistiques. **Études de linguistique appliquée**, v. 144, 2006.
- AUTHIER, J.; MEUNIER, A. Norme, grammaticalité et niveaux de langue. **Langue française**, 1v. 6, p. 49-62, 1972.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Ces mots qui ne vont pas de soi. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire**. Paris: Larousse, 1995. 2 tomes.
- BAUTIER, É. Activités d'écriture ou production d'écrits? Le point de vue d'un sujet socialement situé. *In*: BOUCHARD, R.; MEYER, J. C. (dir.). **Les Métalangages de la classe de français**. Lyon: DFLM, 1995. p. 184-186.
- BEACCO, J.-C. Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif. **Langages**, Paris: Larousse, n. 153, p. 109-119, 2004.
- BEACCO, J.-C. (dir.). Représentations métalinguistiques ordinaires et discours. **Langages**, Paris: Larousse, n. 154, 2004.
- BÉGUELIN, M.-J. (org.). **De la Phrase aux énoncés: grammaire scolaire et descriptions linguistiques**. Bruxelles: De Boeck et Duculot, 2000.
- BENVENISTE, E. De la subjectivité dans le langage. *In*: BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. v. 1. Paris: Gallimard, 1966 [1958]. p. 258-266.
- BERRENDONNER, A. **L' éternel grammairien. Étude du discours normatif**. Berne: Peter Lang, 1982.
- BESSON, M.-J.; CANELAS-TREVISI, S. Activité langagière, activité métalangagière en classe de 6e primaire. **Repères**, n. 9, p. 177-189, 1994.
- BLANCHET, P. Le métalangage des variations de langue en FLM ou quando l'école inculque l'exclusion. *In*: BOUCHARD, R.; MEYER, J. C. (dir.). **Les Métalangages de la classe de français**. Lyon: DFLM, 1995. p. 47-48.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. A escrita irredutível a um código. *In*: FERREIRO, E. F. **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BOYER, H. Matériaux pour une approche des représentations sociolinguistiques. **Langue française**, Paris: Larousse, n. 85, p. 102-124, 1990.
- BODDICE, R. (org.). **Anthropocentrism: Humans, Animals, Environments**. Leiden et Boston: Brill, 2011.
- BOUCHARD, R.; MEYER, J.-C. **Les Métalangages de la classe de français**. Lyon: DFLM, 1995.

- BOURDIEU, P. **Vous avez dit “populaire”?** *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001. p. 132-151.
- BUCHETON, D. L'art du élange – Présentation. **Le Français aujourd'hui**, Paris, AFEF, n. 113, p. 6, 1996.
- BRANCA-ROSOFF, S.; GOMILA, C. La dimension métalinguistique dans les activités scolaires d'apprentissage de la lecture. **Langages**, n. 153, p. 113-126, 2004.
- BREKLE, H. La linguistique populaire. *In*: AUROUX, S. (dir.). **Histoire des idées linguistiques**. Tome I. Paris: Mardaga, 1989. p. 39-44.
- BRIGAUDIOT, M. Quelles activités métalinguistiques à l'école maternelle? **Le français aujourd'hui**, n. 107, p. 91-99, 1994.
- CALVET, L.-J., MATHIEU, P. (org.). Argots, français populaires et langues populaires. **Marges linguistiques**, 6, 2003. Disponible em: [www.texto-revue.net](http://www.texto-revue.net). Acesso em: 10 jan. 2019.
- CAUMERY; PINCHON, J.-P. **Bécassine pendant la grande Guerre**. Paris: Gautier-Languereau, 1915.
- CAREL, M.; DUCROT, O. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *In*: GALATANU, O.; GOUVARD, J. M. (dir.). **Langue française 123**, «Sémantique du stéréotype». p. 6-26, 1999.
- CAUQUELIN, A. **L' Art du lieu commun. Du bon usage de la doxa**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- COATES, J. **The Claim of Commonsense. Moore, Wittgenstein and the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CHAKRABARTY, D. **Provincialiser l'Europe: la pensée postcoloniale et la différence historique**. Tradução de O. Ruchet e N. Vieillecazes. Paris: Éditions Amsterdam, 2009 [2000].
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (dir.). **Dictionnaire d'analyse du discours**. Seuil: Editora, 2002.
- CHARBONNEL, N. Lieux communs et métaphores: pour une théorie de leurs rap- ports. *In*: PLANTIN, C. (dir.). **Lieux communs et métaphores: pour une théorie de leurs rap- ports**. Paris: Kimé, 1993. p. 144-151.
- CHOMSKY, N. **Structures syntaxiques**. Paris: Seuil, 1962 [1957].
- CHURCHLAND, P. Le matérialisme éliminativiste et les attitudes propositionnelles. *In*: FISETTE, D.; POIRIER, P. (org.). **Philosophie de l'esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981]. p. 117-151.

- DASCAL, M. Trois préjugés sur le préjugé. *In*: AMOSSY, R.; DELON, M. (dir.). **Critique et légitimité du préjugé, du XVII<sup>e</sup> siècle à nos jours**. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1999. p. 113-118.
- DAUNAY, B. *et al.* Le travail en groupe au lycée. **Le Français aujourd'hui**, Paris, AFEF, n. 113, p. 102-109, 1996.
- DAVID, J. Quelles conceptions de la langue en didactique du français? **La Lettre de la DFLM**, Namur: AIDFLM, n. 20, p. 4-6, 1997.
- DAVID, J.; LABORDE-MILAA, I. Les verbes, de la phrase aux discours. **Le français aujourd'hui**, n. 139, 2002.
- D'ALKEMADE, V. **La haute**. Bruxelles: Éditions Racine, 2004.
- DELAMOTTE-LEGRAND, R. Le métalangage sollicité: questions de place dans des conversations en classe de langue. *In*: BOUCHARD, R.; MEYER, J.-C. Les métalangages de la classe de français. **Actes du 6<sup>ème</sup> colloque la DFLM**. 1995. p. 85-87.
- DENNETT, D. **The Intentional Stance**. trad. française P. Engel, 1990. La Stratégie de l'interprète. Le sens commun et l'univers quotidien. Paris: Gallimard, NRF essais, 1987.
- DENNETT, D. **La Stratégie de l'interprète. Le sens commun et l'univers quotidien**. Tradução de Engel P. Paris: Gallimard, 1990.
- DENNETT, D. De l'existence des patterns [Realpatterns]. *In*: FISETTE, D.; POIRIER, P. (org.). **Philosophie de l'esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981]. p. 153-193.
- DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Seuil, 2006.
- DEVITT, M. Intuitions In Linguistics. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 57, n. 3, p. 481-513, 2006.
- DEVITT, M.; STERELNY, K. "Linguistics: What's Wrong with the "Right View"". *In*: TOMBERLIN, J. (org.). **Philosophical Perspectives**, v. 3, p. 496-521, 1989.
- DOUAY-SOUBLIN, F. La contre-analogie, réflexion sur la récusation de certaines analogies pourtant bien formées cognitivement. **G.T.A. Recueil de textes**, Paris, polyco-pié, 50 ex. (édition électronique).
- DUCANCEL, G. Constructions de savoirs métalinguistiques à l'école primaire. **Repères**, n. 9, p. 93-117, 1994.
- EGGS, E. **Grammaire du discours argumentatif**. Paris: Kimé, 1994.
- ECO, U. **La recherche de la langue parfaite dans la culture européenne**. Paris: Le Seuil, 1994.

- ELALOUF, M. L. *et al.* Enseigner le français. La formation linguistique des professeurs de lettres en question. **Travaux et recherches en linguistiques appliquée**, AFLA, Amsterdam: De Werelt, Série A, n. 1, 1995.
- EDWARDS, J. Refining our Understanding of Language Attitude. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 18-1, p. 101-110, 1999.
- FABRE, C. **Les Brouillons d'écoliers ou l'entrée dans l'écriture**. Grenoble: L'Atelier du texte / Céditel, 1990.
- FISSETTE, D.; POIRIER, P. (éd.). **Philosophie de l'esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit**. Paris: Vrin, 2002.
- FOURNIER, J. M.; VECK, B. **Les notions en français. Le Français aujourd'hui**, Paris, AFEF, n. 109, p. 53-58, 1995.
- FONTAINE, D. **Le parti pris des mots. Normes et attitudes linguistiques**. Liège: Mardaga, 1983.
- FLICHY, P. **Le sacre de l'amateur**. Sociologie des passions ordinaires à l'ère numérique. Paris: Seuil, 2010.
- FREI, H. **La Grammaire des fautes**. Genève-Paris: Slatkine reprints, 1982.
- HARRIS, Z. S. Analyse du discours. **Langages**, Paris: Didier et Larousse, v. 13, p. 8-45, 1969 [1952].
- GADET, F. **Le français populaire**. Paris: PUF, 1992.
- GADET, F. "Français populaire": un concept douteux pour un objet évanescent. **Ville-École-Intégration Enjeux**, v. 130, p. 40-50, 2002.
- GADET, F. **La variation sociale en français**. Paris: Ophrys, 2003.
- GADET, F. Le "mystère de l'homme parlant" dans la linguistique française. **Le français moderne**, numéro anniversaire pour les 75 ans de la revue (fichier de travail), 2008.
- GOODMAN, N. **Manières de faire des mondes**. Jacqueline Chambon. Paris: Galimard, 1992 [1978].
- GOYET, F. **Le « sublime » du lieu commun**. Paris: Champion, 1996.
- GLEITMAN, L.; GLEITMAN, H.; SHIPLEY, E. The Emergence of the Child as a Grammarian. **Cognition**, v. 1-2/3, p. 137-164, 1972.
- HARNISH, R. M. Folk psychology and literal meaning. **Pragmatics and cognition**, v. 13.2, p. 382-399, 2005.
- HENRY, P. **De l'énoncé au discours: présuppositions et processus discursifs, ronéoty-pé**. Paris: CNRS-EPHE, 1974.



HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursive. *In*: PECHEUX, M. (dir.). **Langages**, n. 37, « Analyse du discours. Langue et idéologie », Didier-Larousse, p. 81-98, 1975.

HEINTZ, C.; POUSSCOULOUS, N.; TARABORELLI, D. (ed.). **Folk Epistemology**. European Review of Philosophy, v. 8, 2008.

HOENIGSWALD, H. M. **Language Change and Linguistic Reconstruction**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

HOENIGSWALD, H. M. A Proposal for the Study of Folk-linguistics. **Sociolinguistics**: Proceedings of the UCLA Sociolinguistic Conference 1964. Ed. by W. Bright. The Hague: Mouton, 1966. p. 16-26.

HOUDEBINE, A.-M. **L'imaginaire linguistique**. Paris: l'Harmattan, 2002.

JACQUES, F. **Dialogiques. Recherches logiques sur le dialogue**. Paris: PUF, 1979.

JACKENDOFF, R. **The Structure of Language: Why It Matters to Education**. Talk for conference on Learning and the Brain, Linguistic Society of America, Cambridge, November 5-8, 2003. Disponível em: [www.edupr.com](http://www.edupr.com). Acesso em: 10 jan. 2019.

JULIA, C. **Fixer le sens? La sémantique spontanée des gloses de spécification du sens**. Paris: PSN, 2001.

KANT, E. **Critique de la faculté de juger**. (Analytique du beau). Paris: GF Flammarion, 1995 [1790].

KLEIBER, G. **La Sémantique du prototype**. Catégories et sens lexical. Paris: PUF, 1990.

LARSSON, B. **Le « bon » sens commun**. Lund: Presses de l'Université de Lund, 1997.

KOHN, E. **Comment pensent les forêts**. Tradução de G. Delaplace. Paris: Zones sensibles, 2017 [2013].

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les genres de l'oral**: Types d'interactions et types d'activités. Les genres de l'oral. Université Lyon 2, 2003. Disponível em: [http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees\\_genre.htm](http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees_genre.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**. Arlington, VA: The Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. **Sociolinguistique**. Tradução de A. Kihm. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976 [1972].

LABOV, W. "Qu'est-ce qu'un fait linguistique?". Tradução Coletiva. **Marges linguistiques**, v. 1, p. 25-68, 2001 [1975]. Disponível em: [www.revue-texto.net](http://www.revue-texto.net). Acesso em: 10 jan. 2019.

LAFONTAINE, D. **Le parti pris des mots. Normes et attitudes linguistiques**. Bruxelles: Mardaga, 1986.

- LAMBERT, W. E.; HODGSON, R.; GARDNER, R. C.; FILLENBAUM, S. Evaluational reactions to spoken languages. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 3, p. 44-51, 1960.
- LANGER, N. Linguistic Purism in Action – How auxiliary “tun” was stigmatized in Early New High German. **Studia Linguistica Germanica 60**. Berlin, New York: Gruyter, 2001.
- LATOURE, B. **Nous n’avons jamais été modernes. Essai d’anthropologie symétrique**. Paris: La Découverte, 1991.
- LAURENCE, S. Is Linguistics a Branch of Psychology? *In*: BARBER, A. (org.). **The Epistemology of Language**. Oxford: OUP, 2003. p. 69-106.
- LEDEGEN, G. **Le bon français. Les étudiants et la norme linguistique**. Paris: L’Harmattan, 2000.
- LÉON, P. *et al.* **Les accents des Français, livre-cassette**. Paris: Hachette, 1983. Version *on-line*: <http://accentsdefrance.free.fr>.
- LE CUNFF, C. L’oral en France: textes officiels et pratiques à l’école primaire. **La Lettre de la DFLM**, Namur, AIDFLM, n. 15, p. 19-21, 1994.
- LEEMAN-BOUIX, D. **Les fautes de français existent-elles?** Paris: Seuil, 1994.
- LLEWELLYN, N.; HARRISON, A. Resisting Corporate Communications: Insights into Folk Linguistics. **Human Relations**, v. 59/4, p. 567-596, 2006.
- MARKOVITS, F. Histoire naturelle du préjugé. *In*: AMOSSY, R.; DELON, M. (dir.). **Critique et légitimité du préjugé**, du XVII<sup>e</sup> siècle à nos jours. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1999. p. 73-90.
- MALDIDIER, D. (prés.). **L’inquiétude du discours**. Textes de M. Pêcheux. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
- MARCONOT, J.-M. Le français parlé dans un quartier HLM. **Langue française**, v. 85, p. 68-81, 1990.
- MENSION-RIGAU, É. **Aristocrates et grands bourgeois. Éducation, traditions, valeurs**. Paris: Plon, 1994.
- METTAS, O. **La prononciation parisienne**: aspects phoniques d’un sociolecte parisien, du faubourg Saint-Germain à la Muette. Paris: SELAF, 1979.
- MELEUC, S.; FAUCHART, N. **Didactique de la conjugaison. Le verbe autrement**. Bertrand-Lacoste: CRDP Midi-Pyrénées, 1999.
- MELEUC, S. Le verbe en trois dimensions. **Le français aujourd’hui**, V. 139, Les verbes, de la phrase aux discours, p. 49-57, 2002.
- MILROY, L. **Language and social networks**. Oxford: Blackwell, 1987 [1980].

- MOORE, G. E. Apologie du sens commun. *In*: ARMENGAUD, F. G. E. **Moore et la genèse de la philosophie analytique**. Paris: Klincksieck, 1985 [1925]. p. 135-160.
- MORHANGE-BÉGUÉ, C. **Les Fautes de français les plus courantes**. Paris: Hatier, 1995.
- NAGEL, E. **The Structure of science**. New York: Hartcourt, Brace & World, 1961.
- NIEDZIELSKI, N. The Effect of Social Information on the Perception of Sociolinguistic Variables. **Journal of Language and Social Psychology**, v. 18-1, p. 62-85, 1999.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. **Folk Linguistics**. Berlin, New York: de Gruyter, 2000.
- NONNON, E. Interactions et apprentissages. **Le Français aujourd'hui**, Paris, AFEF, n. 113, p. 55-63, 1996.
- PASSERON, J.-C. Dominocentrisme et dominomorphisme. **Enquête 1**: A propos des cultures populaires. 2006. Disponible em: <http://enquete.revues.org>. Acesso em: 23 jul. 2006.
- PAVEAU, M. A.; PÉCHEYRAN-HERNU, I.; JOUVENCEAU, N. **Poésie vivante. Le texte poétique en classe de seconde**. Beauvais: CDDP de l'Oisie, 1997.
- PAVEAU, M. A. Les non-linguistes font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk. **Pratiques**, v. 139-140, Metz, Centre de recherche sur les médiations: p. 93-109, 2008.
- PAVEAU, M. A. La "richesse lexicale", entre apprentissage et acculturation. **Le Français aujourd'hui 131**, « Construire les compétences lexicales », Paris, AFEF, p. 19-30, 2000.
- PAVEAU, M. A. Linguistique populaire et enseignement de la langue: des catégories communes? **Le Français aujourd'hui 151**. Paris: AFEF-Armand Colin, 2005. p. 95-107.
- PAVEAU, M. A. **Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition**. Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 2006.
- PAVEAU, M. A. Les normes perceptives de la linguistique populaire. **Langage et société 121**, Les normes pratiques, p. 93-109, 2007.
- PAVEAU, M. A. Le parler des classes dominantes, objet linguistiquement incorrect? Dialectologie perceptive et linguistique populaire. **Études de linguistique appliquée 150**, p. 137-156, 2008.
- PAVEAU, M. A. Quand Marie-Chantal dit merde. Sentiment linguistique et normes perceptives dans la haute société. Sentiment linguistique et discours spontanés sur le lexique. **Recherches textuelles**, Metz: Celled, v. 9, 2008.
- PAVEAU, M. A. L'homme qui parle et le grammairien. **Pratiques**, v. 139-140, 2008.

PAVEAU, M.-A. **La linguistique hors d'elle même**. Vers une postlinguistique. Les Carnets du Cediscor, n. 14, 2018. Disponible em: <http://journals.openedition.org/cediscor/1478>.

PHILIPPE, G. **Sujet, verbe, complément**. Le moment grammatical de la littérature française 1890-1940. Paris: Gallimard, 2002.

PAVEAU, M.-A.; ROSIER, L. **La langue française**. Passions et polemiques. Paris: Vuibert, 2008.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. La sémantique et la coupure saussurienne. *In*: MALDIDIER, D. **L'inquietude du discours**. Paris: Editions de Cendres, 1990. p. 133-153.

PÊCHEUX, M. (avec C. FUCHS). Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. **Langages**, v. 37, p. 7-80, 1975.

PÊCHEUX, M. **Les Vérités de La Palice. Linguistique, sémantique, philosophie**. Paris: Maspéro, 1975.

PERRIN-NAFFAKH, A.-M. **Le Cliché de style en français moderne. Nature linguistique et rhétorique, fonction littéraire**. Atelier national de reproduction des thèses, U. Lille III, Lille, 1985.

PETITJEAN, A.; PRIVAT J.-M. (org.). Les voix du peuple et leurs fictions. **Recherches Textuelles**, 7. Metz: Celled, 2007.

PFEFFERKORN, R. **Inégalités et rapports sociaux**. Rapports de classes, rapports de sexes. Paris: La Dispute, 2007.

PIERSSENS, M. **La tour de Babil**. Paris: Éditions de Minuit, 1976.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Dans les beaux quartiers**. Paris: Seuil, 1989.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Voyage en grande bourgeoisie**. Journal d'enquête. Paris: Quadrige/PUF, 2005 [1997].

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Grandes fortunes: dynasties familiales et formes de richesse em France**. Paris: Payot & Rivages, 2006 [1996].

PLANTIN, C. (dir.). **Lieux communs**. Topoi, stéréotypes, clichés. Paris: Kimé, 1993.

POPPER, K. **La connaissance objective**. Bruxelles: Complexe, 1982 [1972].

PRESTON, D. **Perceptual Dialectology**. Dordrecht, the Netherlands: Foris, 1989.

PRESTON, D. Talking Black and Talking White: A Study in Variety Imitation. *In*: HALL, J.; DOANE, N.; RINGLER, D. (org.). **Old English and New: Studies in Language and Linguistics in Honor of Frederic G. Cassidy**. Nova York: Garland, 1992. p. 326-355.

PROGRAMMES de sixième, Accompagnements du programme de sixième. Paris: CNDP, 1996.

- REY-DEBOVE, J. **Le métalangage. Étude linguistique du discours sur le langage**. Paris: Le Robert, 1978.
- RISPAIL, M. Vers un métalangage de l'oral: qu'en disent les élèves? *In*: BOUCHARD, R.; MEYER, J. C. (dir.). **Les Métalangages de la classe de français**. Lyon: DFLM, 1995. p. 77-79.
- ROSIER, L. Du discours rapporté à la circulation des discours: l'exemple des dictionnaires de "critique ironique". **Estudios de lengua y literatura francesas 14**, Cadiz: Universidad de Cadiz, p. 63-81, 2003.
- ROSIER, L. La circulation des discours à la lumière de "l'effacement énonciatif": l'exemple du discours puriste sur la langue. **Langages 156**, Paris: Larousse, p. 65-78, 2004.
- ROSIER, L. **Petit traité de l'insulte**. Bruxelles: Labor, 2006.
- RECANATI, F. **Literal Meaning**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- REY, A. Usages, jugements et prescriptions linguistiques. **Langue française**, v. 16, p. 4-28, 1972.
- SALAZAR-ORVIG, A.; KUGLER-LAMBERT. Construction du sens et définitions par devinette. **Repères**, n. 9, p. 75-91, 1994.
- SARFATI, G.-E. Aspects épistémologiques et conceptuels d'une théorie linguistique de la doxa. *In*: AMOSSY, R.; KOREN, R. (dir.). **Quelles politiques pour la rhétorique? Après Perelman**, L'Harmattan, p. 57-90, 2002a.
- SARFATI, G.-E. **Précis de pragmatique**. Chap. 6: «L'idée d'une pragmatique des normes», Nathan, 2002B.
- SAVELLI, M. *et al.* L'apprentissage d'un temps peu enseigné: le passé simple. *In*: DAVID, J.; LABORDE-MILAA, I. **Le français aujourd'hui**. Paris: La Sorbonne & ESPÉ, 2002, p. 39-48.
- SELLARS, W. La philosophie et l'images scientifique de l'homme. *In*: FISETTE, D.; POIRIER, P. (org.). **Philosophie de l'esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981]. p. 55-115.
- SÉRIOT, P. La linguistique spontanée des traceurs de frontières. *In*: SÉRIOT, P. (éd.). **Langue et nation en Europe centrale et orientale du 18ème siècle à nos jours, Cahiers de l'ILSL 8**, Lausanne, p. 277-304, 1996.
- SIOUFFI, G. Les homos parlent-ils comme les hommes ou comme les femmes? *In*: MAURIÈS, P. (org.). **Les Gays savoirs**. Paris: Gallimard/Le Promeneur & Éditions du Centre Pompidou, 1998. p. 211-225.
- SCHAEFFER, J.-M. **La fin de l'exception humaine**. Paris: Gallimard, 2007.
- SCHAPIRA, C. **Les Stéréotypes en français: proverbes et autres formules**. Paris: Ophrys, 1999.

SCHMALE, G. Conceptions populaires de la conversation. **Pratiques**, v. 139-140, "Linguistique populaire?", 2008.

SCHUTZ, A. **Le Chercheur et le quotidien**. Phénoménologie des sciences sociales. Méridiens Klincksieck, 1987.

TERBOUCHE, R. **La diffraction langagière dans trois spectacles de Fellag**. Mémoire (Master 2) - Université de Paris 13, Villetaneuse, 2008.

TERMINOLOGIE grammaticale. Ministère de l'Éducation nationale. Paris: CNDP, 1997.

TOMICHE, A. **Entre nègre, chinois, indien et français villon: Artaud et les langues**. Europe, v. 873-874, p. 141-154, 2002.

VAN BEZOOIJEN, R.; GOOSKENS, C. "Identification of Language Varieties. The Contribution of Different Linguistic Levels". *In*: MILROY, L.; PRESTON, D. (org.). **Journal of Language and Social Psychology**, v. 18-1, p. 31-48, 1999.

VECK, B. "Style": une annotation marginale révélatrice". **Le Français aujourd'hui**, Paris, AFEF, n. 116, p. 43-46, 1996.

YAGUELLO, M. **Alice au pays du langage**. Pour comprendre la linguistique. Paris: Le Seuil, 1981.

WOLFRAM, W. **Dialects and American English**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1991.

## **CORPUS FOLK**

DANINOS, P. **Snobissimo**. Paris: Hachette, 1964.

JULLIAN, P. **Dictionnaire du snobisme**. Paris: Bartillat, 1992 [1958].

PROUST, M. **Le côté de Guermantes 1**. Paris: Gallimard, 1954 [1920].

SAN ANTONIO. **Le standinge selon Bérurier**. Paris: Fleuve noir, 1965.

VANDEL, P. **Le dico français-français. Le livre-décodeur**. Paris: Le livre de poche, 1993 [1992].

Publique seu e-book com a gente!

*Letraria* 



As Noites São  
Escuras  
e os Dias São  
Wanna  
São  
Orr

Letraria 

**LEEDIM**

Laboratório de estudos epistemológicos  
e de discursividades multimodais